

Resolução CONSUP/IFG de nº 011 de 28 de março de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a decisão do Conselho Superior em reunião realizada no dia 28 de março de 2016 e, ainda, com base no inciso VII do Artigo 9º do Estatuto do IFG, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás referente ao Exercício de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA
Presidente do Conselho Superior



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO IFG 2015



SUMÁRIO

ÍNDICE DE EQUAÇÕES	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	4
ÍNDICE DE QUADROS.....	5
1 APRESENTAÇÃO.....	7
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	9
FINALIDADES E COMPETÊNCIAS	9
NORMAS E REGULAMENTOS.....	10
AMBIENTE DE ATUAÇÃO	11
ORGANOGRAMA.....	21
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	24
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO OPERACIONAL	27
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	27
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	28
EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	28
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DE DESPESAS	43
EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSO.....	45
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	46
MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES	61
4. GOVERNANÇA.....	71
DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	71
ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUTORIA INTERNA.....	76
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	83
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	83
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	86
CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	86
CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	90
AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	90
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	94
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, AOS SERVIÇOS E ÀS INSTALAÇÕES	100
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	104
REVISÃO ANALÍTICA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104
REVISÃO ANALÍTICA DO ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.....	105
REVISÃO ANALÍTICA DO PASSIVO CIRCULANTE.....	107

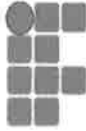


7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	109
GESTÃO DE PESSOAS	109
GESTÃO DE PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	121
<i>Gestão da Frota de Veículos</i>	121
<i>Gestão do Patrimônio Imobiliário</i>	122
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	126
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	137
8.CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE..	139
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO TCU	139
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)	140
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA	146
INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	150
ANEXO I – RELATÓRIO DA ÁREA FINALÍSTICA ENSINO.....	151
ANEXO II – RELATÓRIO DA ÁREA FINALÍSTICA PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO	158
ANEXO III – RELATÓRIO DA ÁREA FINALÍSTICA EXTENSÃO	167
ANEXO IV – RELATÓRIOS CONTÁBEIS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS.....	174



ÍNDICE DE EQUAÇÕES

Equação 1: Relação Candidato por vaga.....	49
Equação 2: Relação Ingressos por Aluno.....	51
Equação 3: Relação Concluintes por Aluno.....	53
Equação 4: Índice de Eficiência Acadêmica.....	55
Equação 5: Índice de retenção do fluxo escolar.....	57
Equação 6: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral.....	58



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cenário da Rede Federal	12
Gráfico 2: Relação Candidato x Vaga.....	49
Gráfico 3: Potencial de vagas ofertadas	51
Gráfico 4: Relação Concluintes/Alunos.....	53
Gráfico 5: Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente	55
Gráfico 6: Evolução do índice de retenção do fluxo escolar.....	57



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de IES nos municípios em que existem Câmpus do IFG (2015).....	18
Quadro 2: Oferta de cursos nos Câmpus do IFG (2015).....	19
Quadro 3: Organograma.....	23
Quadro 4: Macroprocessos Finalísticos	24
Quadro 5: Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	28
Quadro 6: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC-OFSS/ Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	29
Quadro 7: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Contribuição da União.	30
Quadro 8: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS/ Assistência Médica e Odontológica aos Servidores.....	31
Quadro 9: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Assistência Pré-Escolar aos Dependentes.	32
Quadro 10: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Auxílio Transporte aos Servidores.....	33
Quadro 11: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Auxílio Alimentação aos Servidores.....	34
Quadro 12: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Expansão e Reestruturação de Instituto.	35
Quadro 13: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Apoio à Capacitação e Formação Inicial.....	36
Quadro 14: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Funcionamento de Instituições Federais.	37
Quadro 15: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	38
Quadro 16: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Assistência ao Estudante da Educação.....	39
Quadro 17: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Capacitações de Servidores Públicos Federais.....	40
Quadro 18: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Fomento ao Desenvolvimento da Educação.	41
Quadro 19: Ações não Previstas LOA do Exercício – Restos a Pagar - OFSS.....	42
Quadro 20: Despesas por Modalidade de Contratação.	43
Quadro 21: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.	44
Quadro 22: Concessão de Suprimento de Fundos.....	45
Quadro 23: Utilização de Suprimento de Fundos.	45
Quadro 24: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência.	46



Quadro 25: Finalização do Calendário Acadêmico de 2015 nos câmpus do IFG onde a greve comprometeu a atualização dos registro do SISTEC.....	47
Quadro 26: Resumo dos indicadores.....	48
Quadro 27: Relação Candidato x Vaga por Modalidade.....	50
Quadro 28: Vagas Ofertadas	52
Quadro 29: Relação Ingresso x aluno	52
Quadro 30: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral - 2015	59
Quadro 31: Alunos matriculados em 2015 por possuírem renda <i>per capita</i> familiar $\leq 1,5$ salário mínimo	60
Quadro 32: Relação Candidato / Vaga.....	62
Quadro 33: Relação Ingressos por Alunos.....	64
Quadro 34: Relação de Concluintes por Alunos	66
Quadro 35: Índice de Eficiência Acadêmica.....	68
Quadro 36: Índice histórico de retenção do fluxo escolar.....	70
Quadro 37: Ações de capacitação	83
Quadro 38: Consultas ao Serviço de Informação ao Cidadão – 2015.....	87
Quadro 39: Atendimentos do SIC nos anos 2013 e 2014	87
Quadro 40: Demanda de Processos na Comissão de Ética do IFG.....	88
Quadro 41: Endereços eletrônicos do IFG.....	96
Quadro 42: Revisão Analítica do PL.....	104
Quadro 43: Revisão Analítica do Ativo Circulante e Não Circulante	106
Quadro 44: Revisão Analítica do Passivo Circulante	108
Quadro 45: Tipologia dos Cargos	109
Quadro 46: Distribuição da lotação dos servidores efetivos	110
Quadro 47: Relação entre Efetivos e Substitutos por Câmpus.....	111
Quadro 48: Distribuição de Cargos e Funções.....	111
Quadro 49: Custos com Pessoal.....	113
Quadro 50: Classificação dos servidores quanto ao cargo ocupado	119
Quadro 51: Classificação dos servidores quanto ao nível de escolaridade	120
Quadro 52: Classificação dos servidores quanto ao Gênero	120
Quadro 53: Classificação dos servidores quanto à Idade.....	120
Quadro 54: Distribuição dos Bens Imóveis.....	123
Quadro 55: Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.	125
Quadro 56: Imóveis locados de terceiros	126
Quadro 57: Trabalhos Desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação	134
Quadro 58: Processos de Tecnologia da Informação	136
Quadro 59: Recomendações da Auditoria Interna	147
Quadro 60: Despesas com publicidade.	150



1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É, funcionalmente, uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Sua finalidade é formar cidadãos profissionais para os diversos setores da economia, realizar pesquisas, promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social e a soberania do Brasil.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, em atenção aos parâmetros e metas definidos pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi proposto pelo Ministério da Educação, tem se comprometido em expandir pelo Estado de Goiás a oferta de uma educação pública e de qualidade, que forme tanto o profissional quanto o cidadão.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012/2016, o objetivo precípua do IFG é mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (omnilateral) de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente. Portanto, o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construído na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.

O IFG possui atualmente 14 câmpus nos seguintes municípios do Estado de Goiás: Uruaçu, Formosa, Águas Lindas, Valparaíso, Luziânia, Cidade de Goiás, Anápolis, Inhumas, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Jataí, Itumbiara e dois câmpus na cidade de Goiânia.

Em cumprimento ao seu dever de prestar contas, já que é uma instituição mantida por recursos públicos, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás apresenta neste Relatório as ações executadas pela Instituição e a finalidade foi atender ao interesse público, que, no caso do IFG, se materializa na oferta do ensino, da pesquisa e da extensão.

O Relatório de Gestão do IFG Exercício 2015 foi elaborado conforme o conjunto de normas sobre a prestação de contas, dentre elas a Portaria TCU nº 321/2015, Portaria CGU 522/2015 e das orientações do órgão de controle interno, e está dividido em 08 capítulos e 03 anexos assim apresentados:

1. Apresentação;
2. Visão geral da unidade;
3. Planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional;



4. Governança;
5. Relacionamento com a sociedade;
6. Desempenho financeiro e informações contábeis;
7. Áreas especiais da gestão;
8. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle.

Anexo I – Resultados relacionados às atividades de Ensino;

Anexo II – Resultados relacionados às atividades de Pesquisa;

Anexo III – Resultados relacionados às atividades de Extensão;

Anexo IV – Relatórios Contábeis, Financeiros e Patrimoniais.





2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Finalidades e Competências

A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu Art. 2º, estabelece que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o objetivo precípua do IFG é mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (omnilateral) de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente. Portanto, o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construído na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.

O IFG possui os seguintes objetivos:

- 1) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- 2) ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, prioritariamente com elevação do nível de escolaridade, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas de educação profissional e tecnológica;
- 3) realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- 4) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais;
- 5) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- 6) ministrar, em nível de educação superior, cursos:
 - a) superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;
 - c) de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;



- d) de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica;
- 7) promover a aproximação e integração efetiva com a sociedade por meio do fortalecimento de ações de comunicação interna e externa direcionadas, capazes de integrar os diversos serviços e públicos, a fim de estimular a participação efetiva da comunidade na vida acadêmica do IFG e repartir com ela o conhecimento produzido e as informações que fortaleçam efetivamente o compromisso institucional com a melhora da qualidade de vida da comunidade.

Normas e Regulamentos

Internamente, o IFG possui 03 (três) documentos de normativos principais, são eles o Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Estatuto do IFG publicado no D.O.U. em 26.08.2009, e disponível no site do IFG por meio do link <http://www.ifg.edu.br/images/arquivos/Estatuto/estatuto%20ifg.pdf>, estabelece os princípios, finalidades, características e objetivos da instituição, além de estabelecer, em linhas gerais, como se dá a organização administrativa, definindo a competência de seus órgãos colegiados e setores gerenciais.

Conforme deliberação do Conselho Superior do IFG, o Regimento Geral do IFG está em fase de discussão com a comunidade acadêmica, dessa forma, o documento à disposição da sociedade em http://www.ifg.edu.br/images/arquivos/2010/Reitoria/regimento_122010.pdf é uma minuta de Regimento Geral.

O Regimento Geral buscará detalhar, a partir do que está estabelecido no Estatuto do IFG, toda a estrutura administrativa da instituição, definindo a estrutura, finalidade e competência de cada órgão colegiado, comissão, e setores (Pró-Reitorias, Diretorias, Departamentos, Gerências e Coordenações) da Reitoria e dos câmpus do IFG.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é elaborado para um período de 5 (cinco) anos e identifica a filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver nesse período.

O PDI em vigor do IFG, contemplando o período de 2012 a 2016, foi elaborado por meio de um Congresso que contou com a presença de representantes de toda a comunidade acadêmica, contém todos os elementos previstos no Art. 16 do Decreto nº 5.773/2006, e está disponível a toda a comunidade acadêmica mediante o link <http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii>.

Em 2016, o IFG irá discutir o próximo PDI visando o planejamento para o período entre 2017 e 2021.

Além dos 03 (três) documentos de referência supracitados, diversos regulamentos de natureza institucionais são aprovados por meio de Resoluções do Conselho Superior do IFG

(CONSUP/IFG). Todas as reuniões do CONSUP/IFG são transmitidas ao vivo via Internet e as Resoluções aprovadas estão à disposição mediante o link: <http://www.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>.

Ambiente de Atuação

Ao apresentar um panorama do ambiente de atuação da Instituição, é preciso efetuar a análise dos seguintes tópicos: caracterização e comportamento do mercado de atuação, principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares, contextualização dos produtos e serviços ofertados em relação ao ambiente de atuação e principais mudanças de cenário ocorridas nos últimos exercícios.

Ao buscarmos a caracterização da educação profissional no Brasil, faz-se necessário remetermos ao período de colonização, sendo os primeiros aprendizes de ofício os índios e escravos, que recebiam formação para o trabalho, já que pertenciam às mais baixas categorias sociais. A partir do ciclo da mineração e criação das casas de fundição e de moeda, houve a demanda por um ensino mais especializado, contudo, apenas os filhos de homens brancos tinham acesso à formação técnica necessária para o exercício dessa atividade. (FONSECA, 1961, p.68).

O histórico de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices e, posteriormente, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação e Tecnologia, e, atualmente, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ultrapassa 100 anos de dedicação à oferta de educação profissional.

Em se tratando da atual conjuntura brasileira, reflexo da expansão da Rede Federal, identificamos a articulação entre a Educação Profissional, a Ciência e a Tecnologia com vistas a elevar os índices de desenvolvimento regional e local a partir do momento em que oferece condições para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Conforme o Gráfico 1, o cenário atual da Rede Federal é o seguinte:

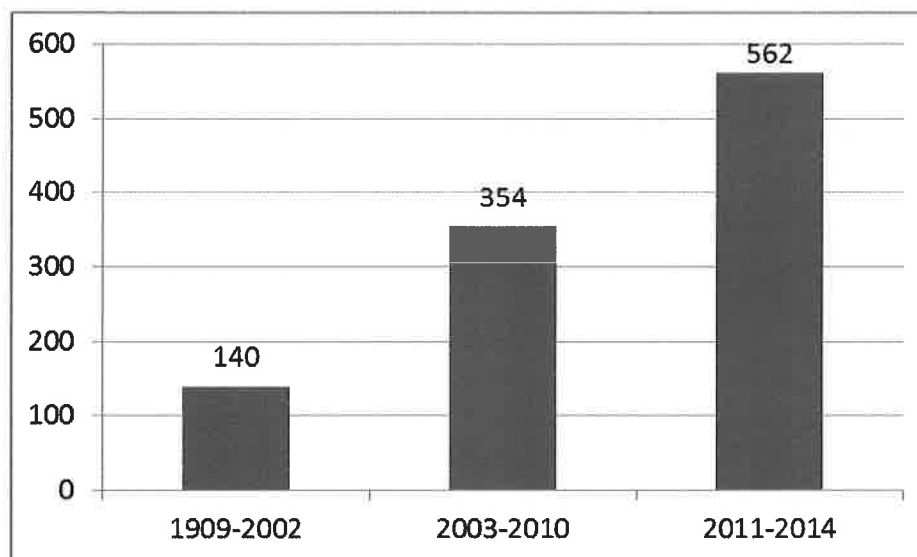


Gráfico 1: Cenário da Rede Federal

Fonte: Ministério da Educação (2016)

A oferta de cursos por meio do IFG objetiva a formação técnico-profissional dos trabalhadores, tanto por meio de cursos técnicos de nível médio quanto superiores, sendo estes gratuitos e de referência, buscando a transformação de realidades locais dos municípios onde estão inseridos, assim como os circunvizinhos. Contribui-se, assim, para o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, conforme PDI, esta Instituição tem o propósito de exercer o papel de formadora de ideias, conhecimento e cultura, capaz de preparar cidadãos qualificados tecnicamente, com habilidades sociais e profissionais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é uma autarquia do Poder Executivo, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, cuja principal área de atuação é a educação.

A atuação do IFG encontra-se alinhada às características e às finalidades estabelecidas pela Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para tanto, deve ter como princípios norteadores da atuação institucional a crescente ampliação da sua função social, a participação democrática efetiva dos seus segmentos internos e a conquista da autonomia institucional. A presença do IFG em todas as regiões do Estado de Goiás mostra sua capilaridade, e que o Instituto vem cumprindo sua função social na área da educação pública e gratuita, ao levar qualificação profissional por meio da implantação de cursos voltados para as demandas de cada região.

Atualmente o IFG atende aproximadamente 15 mil alunos nos seus 14 câmpus em funcionamento: Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso.

O Câmpus Goiânia oferece desde educação integrada ao ensino médio à pós-graduação. Na educação superior, conta com cursos de mestrado profissional, especialização *lato sensu*,



bacharelados, licenciaturas e superiores em tecnologia. Na educação profissional técnica de nível médio, atua, nas modalidades subsequente e integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). São ofertados ainda cursos de extensão, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de Formação Inicial e Continuada (FIC), e cursos de educação a distância (EAD).

Foram efetivadas no Câmpus Goiânia, em 2015, 1.179 (Um mil, cento e setenta e nove) matrículas de alunos classificados nos processos seletivos e vestibulares do Ensino Técnico Integrado, Subsequente, Superiores (Bacharelados, Licenciaturas e Tecnológicos), Portadores de Diplomas, Transferência Externa e Interna, Reingresso, EJA, SISU e, na maioria das modalidades, havia as ações afirmativas (sistemas de cotas).

O Câmpus Goiânia oferta 2 (dois) cursos na modalidade de especialização *lato sensu* e 1 (um) curso *stricto sensu*. São ofertados 10 (dez) cursos superiores de bacharelados, 05 (cinco) cursos superiores de licenciatura, 12 (doze) cursos tecnológicos que apesar de extintos, ainda estão em curso, 07 (sete) cursos técnicos integrados, 03 (três) cursos técnicos subsequentes e 03 (três) cursos técnicos integrados (Educação de Jovens e Adultos – Proeja – Cursos destinados a jovens e adultos, a partir de 18 anos, que concluíram o Ensino Fundamental, mas ainda não cursaram o Ensino Médio).

O Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG, seguindo essa estrutura, oferece atualmente, em Nível Superior, cursos de Bacharelado em Engenharia Civil, Licenciatura em Dança e Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Libras/Português, todos no turno noturno.

Em Nível Técnico, são ofertados Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio. Para os alunos em idade regular, os cursos são Agroindústria, Edificações e Química, todos com aulas em tempo integral. E para a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), são ofertados os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) de Panificação e de Modelagem do Vestuário, ambos em turno noturno.

Ainda em nível técnico são ofertados os cursos do Profucionário – Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública. Esses cursos são ofertados na modalidade Educação a Distância, em apoio às Redes públicas municipal e estadual de educação. Os cursos ofertados, no referido ano, pelo Câmpus Aparecida de Goiânia foram: Técnico em Secretariado, Técnico em Infra Estrutura Escolar e Técnico em Multimeios Didático.

Nos Programas do Governo Federal de fomento ao desenvolvimento profissional, como a Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), os cursos ofertados pelo Câmpus Aparecida de Goiânia em 2015 foram: Agente Cultural, Almoxarife, Assistente em Recursos Humanos e Montador e Reparador de Computadores. E, no Pronatec, Mulheres Mil, voltado exclusivamente para educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, foi ofertado o curso de Confeitaria.

O Câmpus Inhumas do IFG, também situado na região metropolitana de Goiânia, tem um papel estratégico no desenvolvimento microrregional, levando a formação profissional aos cidadãos desses municípios, destacando-se: 1. Efetiva contribuição para a melhoria da educação básica local e regional, tanto pela consolidação do Curso de Licenciatura em Química, na formação de



professores, quanto pela execução de projetos e pesquisas articulados com as redes públicas de ensino da região. 2. Eficácia nas ações de formação profissional, desde a formação básica até a graduação, nas áreas da Química, Informática, Alimentos e Produção Sucoalcooleira. 3. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa aplicada e a extensão.

O Câmpus Inhumas tem estabelecido relações de parceria com as prefeituras dos municípios da microrregião, destacando-se o município de Inhumas, com apoio na realização de diversas atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Destacando-se, ainda, parceria com o Câmpus da Universidade Estadual de Goiás instalada no município, com empresas privadas como a Milhão e Centro-álcool.

O Câmpus Anápolis em relação à Educação Profissional, oferta cursos técnicos integrados ao nível médio de forma regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também cursos subsequentes ao nível médio, na modalidade Ensino a Distância (EaD).

São ofertados, no Câmpus Anápolis, 05 (cinco) cursos técnicos integrados e 02 (dois) cursos técnicos subsequentes. Além de cursos técnicos, o Câmpus Anápolis também atua no ensino superior, com cursos de Licenciatura, Bacharelado e Tecnológico Superior. São ofertados os cursos de Licenciatura em Química no período noturno e Licenciatura em Ciências Sociais no período vespertino, ambos com duração de 4 (quatro) anos. O curso de Engenharia Civil da Mobilidade é ofertado no período matutino com duração de 5 (cinco) anos e o curso de Tecnologia em Logística, ofertado no período noturno com duração de 3 (três) anos completam a grade de cursos ofertados na Instituição.

No Câmpus Senador Canedo os cursos oferecidos são do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, ideal à cadeia produtiva da região, de acordo com pesquisa realizada pelo Observatório do Mundo do Trabalho. Nesse sentido, o Câmpus iniciou as atividades com a oferta de um Curso Técnico de Refrigeração e Climatização e mais outros dez cursos de qualificação, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O Câmpus Goiânia Oeste foi criado para atender à população de Goiânia, com foco na região Oeste, e também de municípios da Região Metropolitana. O Câmpus oferta cursos pautados nos eixos da Educação e da Saúde. O Câmpus Goiânia Oeste atualmente funciona na antiga instalação onde funcionava o Colégio Estadual Professor Venerando Freitas Borges, no setor Jardim América, em Goiânia.

Foram feitas algumas adaptações e manutenções, considerando que aquele colégio já estava há algum tempo desativado e no local funcionava recentemente o Acervo das Escolas Extintas. Mas considerando que a estrutura original do prédio fora feita para funcionar uma unidade de ensino, mesmo sendo uma sede provisória, o local de funcionamento do Câmpus possui 3 (três) pavilhões, dos quais 1 (um) é destinado ao uso da Pró-Reitoria de Ensino, vinculada à Reitoria do mesmo órgão, e dois pavilhões paralelos é de uso do Câmpus. Em 2015, apenas um estava em atividade, considerado o número de cursos regulares ofertados (01 (um) Superior em Pedagogia no período noturno, 01 (um) Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, destinado à Educação de Jovens e Adultos, também no período noturno e 01 (um) Técnico em Nutrição e Dietética Integrado ao Ensino Médio, em período Integral) e a etapa que o Câmpus se encontra (implantação).



Do final de 2015 para o início de 2016, foi adaptada e realizada a manutenção no pavilhão que não estava em uso, passando ali a comportar as salas para uso das funções administrativas, e o outro pavilhão passou a ser destinado ao funcionamento das salas de aula, em razão da oferta de duas novas turmas e uma expectativa de 60 novos alunos ingressantes.

No Câmpus Cidade de Goiás os parâmetros norteadores da identificação das possíveis modalidades de educação profissional e tecnológica e de cursos a serem oferecidos foram determinados com base na legislação vigente, que disciplina a oferta de educação profissional e tecnológica pela Rede Federal de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e com base na pesquisa de campo do Município de Goiás e Região Limítrofe, que compreende os relatórios das reuniões, os questionários aplicados, bem como os apontamentos das observações realizadas.

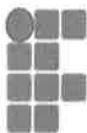
O Curso Técnico Integrado em Agroecologia, oferecido pelo Câmpus Cidade de Goiás, atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista, fundamentados em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção. O referido curso desenvolve, também, ações integradas unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos; atua na conservação do solo e da água; auxilia ações integradas de agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos; e participa de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.

A construção do conhecimento agroecológico perpassa por uma perspectiva mais integradora do ponto de vista técnico e menos convencional do ponto de vista metodológico. Por isso, a proximidade com a comunidade rural, entendendo como se dá as relações, a assistência técnica horizontalizada, as ferramentas participativas, as festividades, a tradição, o conhecimento acumulado do agricultor é tão pautado dentro da agroecologia. Essas parcerias fortalecem a relação do Instituto com a comunidade, nesse caso a comunidade rural numericamente grandiosa, mas marginalizada e olhada como atrasada e improdutiva.

A oferta do curso de Bacharelado em Cinema e Técnico em Áudio e Vídeo concorre para a consolidação de Goiás num polo nacional de produção de cinema e vídeo, em especial nos campos ambientais e educacionais. O Curso de Bacharelado em Cinema e Vídeo, oferecido pelo Câmpus Cidade de Goiás, envolve as atividades de cinema, vídeo, animação, computação gráfica, interpretação e artes visuais, som, entre outras. Os campos de atuação profissional envolvem diversos empreendimentos, com destaque para estúdios de cinema, televisão, agências de publicidade e empresas de marketing.

O Câmpus Jataí atua na região do Sudoeste Goiano desde o ano de 1988. À época, este era Unidade Descentralizada da então Escola Técnica Federal de Goiás, tendo passado, no ano de 1999, à condição de Unidade do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás – CEFET-GO -, instituído por meio do decreto sem número, de 22 de março de 1999.

Em nível de educação superior, o Câmpus Jataí ofertou, em 2015, cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, inscritos nos seguintes eixos tecnológicos e áreas do conhecimento: 1. Comunicação e Informação/Informática; 2. Controle e Processos Industriais/Engenharia Elétrica; 3. Infraestrutura/Engenharia Civil e 4. Física. Na pós-graduação *stricto sensu*, fomentada pela Pró-



Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação do IFG ao longo dos últimos três anos, o Câmpus Jataí ofertou também, em 2015, capacitação institucional multicâmpus em nível de mestrado, nas áreas de Ciências e Matemática. Nesse escopo de atuação, a Instituição vem aprofundando o processo de formação de professores para as áreas de Biologia, Física, Química e Matemática, consideradas estratégicas para a melhoria da educação no país.

Não obstante a prevalência da Agricultura e da Pecuária no arranjo produtivo local do Sudoeste Goiano, o Câmpus Jataí atuou, em 2015, de forma expressiva no sentido de qualificar profissionais para os setores da economia vinculados aos eixos tecnológicos de Comunicação e Informação, Infraestrutura e Controle e Processos Industriais. No período em questão, essa atuação se traduziu na oferta de 5 (cinco) cursos técnicos de nível médio, a saber: Curso Técnico Subsequente em Agrimensura, Curso Técnico Integrado em Edificações, Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica, Curso Técnico em Secretariado/Proeja e Curso Técnico Subsequente em Açúcar e Álcool/EaD. Com o intuito de ampliar o seu espaço de atuação institucional no contexto em que está inserido, o Câmpus do IFG em Jataí criou, no decorrer de 2015, o Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, para o qual já foram destinadas vagas no último processo seletivo regulamentado pelo Edital nº 170/2015.

Primando pela integração do ensino com a pesquisa e extensão, o Câmpus Jataí ampliou, em 2015, a sua participação no processo de desenvolvimento local e regional, por meio da realização de pesquisas e do desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. Nesse sentido, a oferta do Curso Técnico em Açúcar e Álcool, na modalidade a distância, exemplifica o esforço feito pela instituição para o atendimento à população não só do município sede do Câmpus, mas de toda uma região. Da mesma forma, destaca-se o amplo alcance do IFG, que, em 2015, recebeu alunos oriundos de diferentes regiões do País. Sobretudo nos cursos superiores de Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, há larga incidência de alunos provindos de outros municípios de Goiás e até mesmo de outros estados. Assim, também ocorreu no Curso de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática. Quanto aos cursos técnicos, devido à faixa etária dos alunos, o atendimento feito pelo IFG em 2015 ocorreu predominantemente junto aos alunos residentes em Jataí, embora haja casos de alunos, também nesse nível de ensino, que se deslocam de municípios vizinhos, tais como Serranópolis, Portelândia e Caiapônia.

O Câmpus Formosa, no exercício 2015, realizou atividades objetivando alcançar parcerias na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. A Instituição proporcionou à comunidade acadêmica a organização e participação em eventos de pequeno, médio e grande porte, dentre os quais se destacam: a semana de meio ambiente, seminário sobre violência e suas múltiplas faces, palestras, ciclos de debates, semana de ciência e tecnologia, outubro rosa, novembro azul, atividades de conscientização.

No último bimestre de 2015, iniciou o projeto “IFG Fazendo o bem”, organizado por servidores do Departamento Acadêmico, o projeto tem duração de um ano, e vem desenvolvendo diversas atividades, tendo seu início nas campanhas “Abraço Grátis”, realizado na Praça Anísio Lobo de Formosa, e posteriormente o “Natal Solidário” no Lar de Idosos São Vicente de Paulo, Formosa.



As Instituições Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Formosa e a Delegacia da Mulher (DEAM) tiveram um destaque, no exercício de 2015, por colaborarem, respectivamente, na realização de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) pelo PRONATEC, ministrado dentro da unidade de reabilitação e do seminário de “violência e suas múltiplas faces”.

Neste evento, contamos com a parceria de diversas instituições da cidade Formosa, tais como docentes e discentes dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Direito e Enfermagem das Faculdades Iesgo, discentes e docentes do curso de Serviço Social da Faculdade Unopar, servidores do Centro de Apoio Sócio Educativo (CASE), Centro de Referência de Assistência Social (CRASE), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da região, alunos e docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmara dos Vereadores, servidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Delegacia Especializada de atendimento à Mulher (DEAM), e parceiros da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Um projeto de extensão tecnológica do IFG em parceria com a SANEAGO, por meio de convênio, vem sendo criado. O objetivo é o desenvolvimento de um sistema em plataforma web para implantação de um plano de segurança da água. O projeto envolve alunos, docentes e pessoal funcional da empresa. O intuito é implantar piloto em Formosa e em Goiânia, no entanto, o estudo e implantação de ferramentas estão sendo realizados de forma isolada.

O Câmpus Luziânia trabalha com 3 (três) modalidades de Curso. Na educação superior, oferece o curso de Licenciatura em Química, Bacharelado em Sistemas de Informação e o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (curso em extinção). Na educação profissional técnica de nível médio e integrada ao Ensino Médio, oferece os cursos: Técnico em Química, Técnico em Edificações e Técnico em Informática para Internet. Atende também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o curso Manutenção e Suporte em Informática. Além disso, a oferta de cursos na modalidade a Distância (EAD) é uma realidade que está voltada à qualificação dos profissionais da Educação Municipal e Estadual com os cursos: Técnico em Alimentação Escolar; Técnico em Multimeios Didático; Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Infraestrutura Escolar.

As vagas, para os cursos regulares, no Câmpus Luziânia, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional e ofertadas nos Processos seletivos realizados no exercício somaram 90 (noventa) vagas para os cursos superiores e 90 (noventa) vagas para os cursos técnicos integrados.

O diálogo entre o Câmpus Valparaíso e as autoridades dos municípios limítrofes ao município onde estamos instalados tem sido proveitoso, ocasionando parcerias entre a Instituição e as secretarias desses municípios. Podemos citar como exemplos dessas parcerias a cessão pela Prefeitura de Valparaíso de espaços físicos dentro de postos de atendimento à população. Nesses espaços, estagiários da Prefeitura divulgam os cursos oferecidos pelo Câmpus e disponibilizam terminais de computador para candidatos efetuarem inscrições em processos seletivos. Também, fruto desta parceria, citamos o uso de escolas municipais para realização de processos seletivos. Observamos também um crescente aumento na utilização da Biblioteca pela comunidade externa. A



parceria com o município de Luziânia já gerou a doação de mudas de árvores nativas pela prefeitura da cidade. E com o município de Novo Gama, citamos um convênio para a formação de mais de 150 guardas municipais daquele município.

O Câmpus Águas Lindas surgiu com o intuito de ser uma opção a mais para diversos estudantes da região, oferecendo quatro opções de cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo que um dos cursos é na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para os cursos técnicos integrados no período integral, são oferecidas ao todo 90 (noventa) vagas por ano, sendo 30 (trinta) vagas para cada um dos seguintes cursos: Análises Clínicas, Meio Ambiente e Vigilância em Saúde. Para o curso Técnico Integrado em Enfermagem (modalidade EJA), são oferecidas anualmente 60 (sessenta) vagas.

Dessa forma, o Câmpus Águas Lindas oferece 150 (cento e cinquenta) vagas por ano para estudantes que ingressarão no ensino médio, sendo que dessas vagas, 60 (sessenta) são para jovens maiores de 18 (dezoito) anos e que não concluíram o ensino médio, ou seja, são para os ingressantes na Educação de Jovens e Adultos.

Ao se avaliar o quadro de oferta de ensino superior nos municípios em que o IFG atua, o Quadro 1, a seguir, demonstra a importância do Instituto na disponibilização de ensino superior dos municípios do interior do Estado de Goiás.

Município	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS	TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL		
Águas Lindas	1	0	1	2
Anápolis	1	1	9	11
Aparecida de Goiânia	2	1	5	8
Cidade de Goiás	2	1	0	3
Formosa	1	1	3	5
Goiânia	3	1	27	31
Inhumas	1	1	1	3
Itumbiara	1	1	3	5
Jataí	2	1	2	5
Luziânia	1	1	1	3
Senador Canedo	1	1	0	2
Uruaçu	1	1	1	3
Valparaíso	1	0	3	4

Quadro 1: Quantidade de IES nos municípios em que existem Câmpus do IFG (2015)

Fonte: e-MEC (2015).

Em 2014, o IFG ofereceu 136 (cento e trinta e seis) cursos presenciais e, em 2015, foram ofertados 152 (cento e cinquenta e dois) cursos, o que representa um aumento de 11,76% na oferta de cursos.



Conforme demonstra o Quadro 2, a seguir, o IFG, atento à Lei nº 11.892/2008, oferta cursos em diversos níveis e modalidades, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, à educação superior e às pós-graduações, otimizando a infraestrutura física e os quadros de pessoal.

O Quadro 2 evidencia, ainda, a preocupação do IFG com a oferta de cursos Técnicos, indo ao encontro do que preconiza a Lei nº 11.892/2008, e a oferta de cursos voltados para o público de Jovens e Adultos em todos os Câmpus do IFG.

CÂMPUS	QUANTIDADE							TOTAL
	Téc. Integ	Téc. Int. EJA	Subseq	Superior			Mestrado	
				Bachar	Licenc	Tecnól		
Águas Lindas*	3	1						4
Anápolis	5	2	1	1	2	1		12
Aparecida de Goiânia	3	2		1	2			8
Cidade de Goiás	3	2		1	1			7
Formosa	5	3	1	1	2	1		13
Goiânia	9	4	3	10	5	15	1	47
Goiânia Oeste*	1	1			1			3
Inhumas	4	2		3	1			10
Itumbiara	3	1	2	2	1			9
Jataí	4	2	1	2	2	1	1	13
Luziânia	4	1	1	1	1	1		9
Senador Canedo*	2	1						3
Uruaçu	4	2	1	1	1	1		10
Valparaíso*	2	1			1			4
TOTAL	52	25	10	23	20	20	2	152
2014	46	20	10	21	15	22	2	136

Quadro 2: Oferta de cursos nos Câmpus do IFG (2015)

Fonte: Visão-IFG. Acesso em 11/01/2016.

* Câmpus em processo inicial de implantação

Atentos às mudanças do mercado do trabalho e à necessidade de orientação da oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, há um esforço permanente do IFG em modificar a oferta de cursos, extinguindo cursos de pouco alcance e ofertando outros cursos mais voltados aos interesses da sociedade local. Durante o ano de 2015, 48 (quarenta e oito) cursos do IFG estavam em processo de extinção em 09 (nove) dos Câmpus do IFG. Destes, 21 (vinte e um) eram cursos superiores, 21 (vinte e um) eram cursos técnicos integrados ao ensino médio e 06 eram técnicos subsequentes.



Atento às novas tecnologias, o IFG oferece 08 (oito) cursos técnicos na modalidade subsequente no formato de Ensino à Distância (EAD) com polos de educação a distância em todo o Estado de Goiás.

Assim, como ocorre na oferta dos cursos presenciais, todos os cursos a distância são precedidos por uma análise do Observatório do Mundo do Trabalho da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que busca avaliar os arranjos produtivos regionais, de forma a orientar os investimentos institucionais a partir das demandas apresentadas pela sociedade.

Em 2015, o IFG ofertou os seguintes cursos a distância: Açúcar e Alcool; Alimentação Escolar; Cerâmica; Edificações; Infraestrutura escolar; Multimeios didáticos; Química e Secretaria Escolar.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

21

Organograma

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Superior – Consup	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. O Consup é composto por 30 (trinta) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Conselho Superior	JAN-DEZ
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) Diretor Executivo; c) os Pro-Reitores; d) os Diretores-Gerais dos Câmpus.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Colégio de Dirigentes	JAN-DEZ
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Conepex	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do ConEnPEX	JAN-DEZ
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.	Eliézer Alves Teixeira	Presidente da CPA	JAN-DEZ
Comissão de Ética	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.	Marisa Alves Vento	Presidente da Comissão de Ética	JAN-DEZ
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.	Benjamin Pereira Vilela	Presidente da CPPD	JAN-DEZ
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos – CIS	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal Técnico-Administrativo da Instituição.	Paulo Rodrigues Alves Reis	Presidente da CIS	JAN-DEZ
Diretoria Executiva	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de	Adelino Candido Pimenta	Diretor Executivo	OUT-DEZ



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

22

Auditoria Interna	<p>É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.</p>	Dean Mardem	Auditor-Chefe da Auditoria Interna	JAN-DEZ
Procuradoria Federal	<p>É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº 10.480/2002, observada a legislação pertinente.</p>	Sheila Cargino Lima	Procuradora Federal	JAN-DEZ
Gabinete	<p>É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.</p>	Amaury França Araújo	Chefe de Gabinete	MAR-DEZ
Assessoria de Relações Institucionais	<p>Responsável por assessorar o Reitor na relação com agentes externos.</p>	Gerley Lopes Cardoso	Diretora de Relações Institucionais	JAN-DEZ
Pró-Reitoria de Ensino	<p>É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.</p>	Adriana dos Reis Ferreira	Pró-Reitora de Ensino	OUT-DEZ
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	<p>É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.</p>	Ruberley Rodrigues de Souza	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	JAN-DEZ
Pró-Reitoria de Extensão	<p>É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.</p>	Sandro Ramos di Lima	Pró-Reitor de Extensão	JAN-DEZ
Pró-Reitoria de Administração	<p>É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e</p>	Ubaldo Eleutério da Silva	Pró-Reitor de Administração	JAN-DEZ



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA**

23

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	<p>Tecnologia de Goiás.</p> <p>É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o IFG</p>	Weber Tavares da Silva Júnior	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	JAN-DEZ
--	---	--------------------------------------	--	----------------

Quadro 3: Organograma



Macroprocessos Finalísticos

Novos desafios se colocaram para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como compreender o caráter e a natureza das transformações, identificar o impacto social e profissional nos arranjos produtivos, repensar as modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os cursos oferecidos e estabelecer uma sintonia entre as referidas modalidades e cursos ofertados às demandas locais e regionais. O IFG procurou, mediante os estudos do Observatório do Mundo do Trabalho, sintonizar sua oferta de cursos com as demandas profissionais apresentadas pelas comunidades por meio da análise dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e pelos empreendimentos que compõem os setores mais fortes da economia goiana, cumprindo com o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região de sua abrangência.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Oferta de cursos de Formação de Trabalhadores	Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar os profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica	Cursos FIC	Alunos em todos os níveis de escolaridade que demandam profissionalização	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de Educação Técnica de Nível Médio	Educação profissional técnica de nível médio: oferecer educação de qualidade para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos	Cursos Técnicos de Nível Médio	Alunos que concluíram a segunda fase do ensino fundamental	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de ensino superior	Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias): formar profissionais para os diferentes setores da economia	Cursos Superiores de Bacharelado e Tecnologia	Alunos que concluíram o ensino médio	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos voltados para a formação de professores	Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica: formar professores para educação básica e para a educação profissional	Cursos especiais de formação pedagógica e licenciaturas em diversas áreas do conhecimento	Professores das redes públicas e egressos do ensino médio interessados em atuar como docentes	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de pós-graduação	Cursos de pós-graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> (Aperfeiçoamento, especialização e mestrado): contribuir no processo de geração e inovação tecnológica	Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i>	Egressos do ensino superior	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão	Promover, de forma articulada com o ensino, ações de ampliação do conhecimento	Pesquisas aplicadas e projetos de extensão	Corpo discente e docente do IFG	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG

Quadro 4: Macroprocessos Finalísticos

Fonte: IFG

No desenvolvimento dos Macroprocessos Finalísticos acima descritos, destacam-se os seguintes processos:



- **Gestão do Ingresso:** acompanhar os ingressos e monitorar a evasão;
- **Gestão dos Programas de Assistência Estudantil:** desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFG, para garantir a permanência e o êxito do educando;
- **Gestão de Informações Acadêmicas:** Monitorar os resultados acadêmicos;
- **Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional:** estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos da comunicação do IFG;
- **Gestão Orçamentária e Financeira:** normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução financeira;
- **Gestão de Pessoas:** conceber e implantar um programa que promova a valorização do servidor e a atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- **Elaboração do Planejamento:** avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IFG e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional;
- **Gestão das Políticas de Ensino:** normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

No âmbito dos Macroprocessos Finalísticos, cumpre ainda identificar os principais parceiros externos à unidade jurisdicionada, que apoiaram o IFG em seu desenvolvimento.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, por meio de seus fóruns temáticos nas áreas de Desenvolvimento Institucional, Tecnologia de Informação, Gestão de Pessoas e áreas finalísticas, desenvolver um importante trabalho de aproveitamento de boas práticas dos Institutos da Rede Federal, permitindo que experiências exitosas sejam adaptadas e aproveitadas com celeridade por diversos institutos da Rede Federal.

Outra ação que merece destaque, esta no âmbito do estado de Goiás, é o protocolo de intenções assinado pelos Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, da Universidade Estadual de Goiás e da Universidade Federal de Goiás em 2012, que instalou oficialmente o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás desenvolveu uma série de ações conjuntas em 2015, inclusive viabilizou o projeto “Estude em Goiás”, por meio do site <http://www.estudeemgoias.com.br/>. Portal virtual Estude em Goiás.



No final de 2015, foi estabelecida uma importante parceria com a Controladoria Geral da União – CGU, com a finalidade de capacitar servidores do IFG e IFGoiano para o desenvolvimento de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, o que ocorrerá em 2016.

Ainda em 2015, foi assinado o termo de convênio entre o IFG e o IFGoiano para a constituição de um único Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS IFG/IFGoiano, dessa forma, foi possível potencializar o uso da força de trabalho das duas instituições, criando um efeito sinérgico que é percebido por toda a comunidade acadêmica.

Ainda, foram realizadas/mantidas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria Estadual de Educação de Goiás, Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, Agência Goiana Prisional (Presídio Feminino de Luziânia), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Ciências sem Fronteiras – convênio com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação, Super Estágios LTDA/ME, Agência Brasileira de Estudantes LTDA, Fórum de Reitores das Instituições Públicas Federais, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto Tecnológico de Porto (IPP), Consejo de Educación Técnico Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay, Northern Virginia Community College (NOVA), Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH entre outros.



3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO OPERACIONAL

Planejamento Organizacional

Por se tratar de uma Instituição de Ensino, o IFG, em consonância com o que preconiza as Leis nº 9.394/96, 10.861/2004 e o Decreto nº 5.773/2006, estrutura o seu Planejamento Estratégico por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Plano de Desenvolvimento Institucional orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016).

Em 19/12/2013, o PDI do IFG foi aprovado pelo Conselho Superior, publicado mediante a Resolução nº 036, de 19/12/2013, e inserido pela Procuradoria Educacional Institucional no e-MEC que é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (credenciamento e reconhecimentos das Instituições de Ensino Superior – IES, autorização e reavaliação de reconhecimentos de cursos) regulamentados pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.

O PDI 2012/2016 foi dividido em dez conjuntos de informação:

1. Perfil Institucional, função social e princípios institucionais;
2. Projeto Político Pedagógico Institucional;
3. Organização Acadêmica;
4. Gestão de Pessoas;
5. Corpo Docente;
6. Organização Administrativa;
7. Autoavaliação institucional;
8. Infraestrutura e instalações acadêmicas;
9. Estrutura de apoio à inclusão;
10. Demonstrativo de Sustentabilidade Financeira.

Em 2015, o IFG criou o Núcleo de Estatística e Planejamento (NEP) com diversas finalidades, dentre elas, estudar a viabilidade de se desenvolver o anuário estatístico da instituição, publicar boletins de informações a partir das demandas apresentadas pelos campi, criar indicadores de desempenho e acompanhar os resultados institucionais, além de avaliar o atingimento das ações previstas no PDI 2012/2016 e contribuir com a construção do PDI 2017/2021.



Desempenho Orçamentário

Os quadros a seguir relatam toda a execução física e financeira da UJ, de acordo com a Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade de Unidade.

Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	00M1				Tipo:	
Título	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa					Código: Tipo:	
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.680,00	91.680,00	76.893,57	76.893,57	76.893,57	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 5: Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS
Fonte: PROAD/IFG

Benefícios cedidos, como rege a lei, para auxílios natalidades e auxílios funerários aos servidores lotados nos diversos campus do IFG.



Identificação da Ação						
Código	0181			Tipo:		
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.416.721,00	33.913.713,00	33.892.622,89	33.892.622,89	33.892.622,89	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 6: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC-OFSS/ Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Fonte: PROAD/IFG.



Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo:		
Título	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.161.627,00	36.465.038,00	36.129.941,75	36.129.941,75	36.129.941,75		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 7: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Contribuição da União.

Fonte: PROAD/IFG.



Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo:			
Título	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.934.621,00	3.758.429,00	3.690.161,08	3.690.161,08	3.690.161,08		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 8: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS/ Assistência Médica e Odontológica aos Servidores.

Fonte: PROAD/IFG.



Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo:			
Título	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
363.615,00	363.615,00	350.839,39	350.839,39	350.839,39		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 9: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Assistência Pré-Escolar aos Dependentes.

Fonte: PROAD/IFG.

f



Identificação da Ação						
Código	2011			Tipo:		
Título	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.265.654,00	1.015.654,00	706.150,30	706.150,30	706.150,30	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 10: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Auxílio Transporte aos Servidores.

Fonte: PROAD/IFG.



Identificação da Ação						
Código	2012			Tipo:		
Título	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.685.862,00	8.855.862,00	8.825.152,06	8.825.152,06	8.825.152,06	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 11: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Auxílio Alimentação aos Servidores.

Fonte: PROAD/IFG.

9



Identificação da Ação						
Código	20RG		Tipo:			
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUTO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000.000,00	12.000.000,00	9.649.388,15	5.318.583,51	3.979.092,01	1.339.491,50	4.330.804,64
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.252.768,17	4.653.019,28	122.341,13				

Quadro 12: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Expansão e Reestruturação de Instituto.

Fonte: PROAD/IFG.

A LOA 2015, sancionada em junho do corrente, trouxe um contingenciamento na ordem de 47% do valor estipulado em dotação inicial de capital. Desse modo, o IFG teve que constituir um replanejamento das ações de expansão nos campus, retraindo a programação de obras para o exercício 2015, bem como, o atraso das descentralizações por parte do governo, das liquidações de NF medidas em obras executados.



Identificação da Ação						
Código	20RJ		Tipo:			
Título	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
659.400,00	659.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 13: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Apoio à Capacitação e Formação Inicial.

Fonte: PROAD/IFG.

Vários fatores colidiram com a não execução do valor inicial de capacitação no exercício 2015. O término do contrato da empresa que gerenciava e ofertava os cursos de capacitação, a LOA aprovada em junho de 2015 e o não sucesso do processo licitatório da nova empresa.



Identificação da Ação						
Código	20RL		Tipo:			
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa			Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.619.575,00	51.619.575,00	41.512.471,89	33.685.805,89	29.178.420,96	4.507.384,93	7.826.666,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
15.767.159,36	10.308.442,06	1.487.962,61				

Quadro 14: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Funcionamento de Instituições Federais.

Fonte: PROAD/IFG.

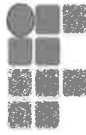
Com o contingenciamento do custeio de 2015, no índice de 10% inicial, e o bloqueio de limites orçamentários, não havia possibilidade de construir processo de aquisições e contratações de pessoas jurídicas pelo fato de incertezas em nosso orçamento. De janeiro a Junho de 2015, foi liberado, por parte do governo 1/18 mensalmente do limite orçamentário, obrigando-nos a uma reestruturação de ações para o apoio dos programas no eixo de ensino, pesquisa e extensão. No que se refere a liquidação e efetivo pagamento, há uma retração de descentralização de financeiro na ordem de aproximadamente 35 a 40% mensalmente. Não havendo equilíbrio de um mês para o outro.



Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo:			
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
157.400.707,00	193.691.873,00	193.600.622,92	193.600.622,92	193.600.622,92	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 15: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Pagamento de Pessoal Ativo da União.

Fonte: PROAD/IFG.



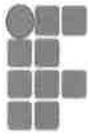
Identificação da Ação						
Código	2994		Tipo:			
Título	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.125.633,00	7.125.633,00	6.411.755,31	6.411.755,31	6.390.455,31	21.300,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
39.549,60	39.541,04	8,56				

Quadro 16: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Assistência ao Estudante da Educação.

Fonte: PROAD/IFG.

No ano de 2015, nos meses de julho a setembro do corrente, a maioria dos campus do IFG, aderiu ao movimento paredista nacional em construção de uma greve da educação federal, onde, neste período, não foi oferecida aulas presenciais. Desta forma, houve uma retração de 10,01% do valor inicial. Temos que destacar que, houve reposição dos dias parados e, conseqüentemente, aulas ministradas para fechamento do ano letivo 2015 nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016.

8



Identificação da Ação						
Código	4572			Tipo:		
Título	CAPACITAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.617.360,00	1.617.360,00	1.067.494,93	993.587,75	961.471,41	32.116,34	73.907,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
98.578,42	58.219,57	40.358,85				

Quadro 17: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Capacitações de Servidores Públicos Federais.

Fonte: PROAD/IFG.

Através da PRODÍ, ações de cursos e apoio para qualificação e capacitação dos servidores do IFG aconteceram com o oferecimento de bolsas de mestrado e doutorado, além de realizações de cursos presenciais nas mais diversas modalidades, tanto para docentes como para técnicos-administrativos.



Identificação da Ação						
Código	6380					Tipo:
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: Tipo:					
Unidade Orçamentária	26.429 – INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () O.atras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
198.356,00	198.356,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Quadro 18: Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade UPC-OFSS/ Fomento ao Desenvolvimento da Educação.

Fonte: PROAD/IFG.

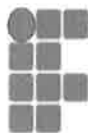
PROEXT – Programa de Extensão para a Excelência no Ensino, Pesquisa e Performance em percussão no Estado de Goiás. Não houve execução deste valor pelo atraso na descentralização do orçamento 2015 e, conseqüentemente, não conseguindo manter o cronograma das atividades em pagamentos de bolsas e aquisições de material para a implantação do mesmo.



Identificação da Ação							
Código	Tipo:						
Título							
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Cutras						
Restos a Pagar Processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira					Execução Física - Meta		
Ano de inscrição	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Saldo a pagar em 31/12/2015	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2014	1.053.713,48	1.048.583,69	83,35	5.046,44			
2013	308.242,31	308.242,31	0,00	0,00			
2012	3.388,90	0,00	0,00	3.388,90			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira					Execução Física - Meta		
Ano de inscrição	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Saldo a pagar em 31/12/2015	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2014	18.878.670,74	12.669.387,80	887.811,94	5.321.471,00			
2013	4.387.908,24	2.402.268,69	1.764.024,16	221.615,39			
2012	413.833,72	121.207,09	11.477,00	281.149,63			

Quadro 19: Ações não Previstas LOA do Exercício – Restos a Pagar - OFSS

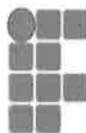
Fonte: Siafi Gerencial



Informações sobre a Execução de Despesas

Unidade orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	31.264.325,87	38.003.886,72	25.572.848,14	37.279.921,84
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	4.933.650,75	13.563.626,61	4.068.960,12	15.527.230,14
d) Pregão	26.330.675,12	24.440.260,11	21.503.888,02	25.752.691,70
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	6.306.433,83	3.525.291,56	5.900.651,67	3.523.087,57
h) Dispensa	5.549.824,25	2.887.779,39	5.188.682,25	2.885.882,07
i) Inexigibilidade	756.609,58	637.512,17	711.969,42	637.205,50
3. Regime de Execução Especial	3.194,32	9.178,35	3.194,32	9.178,35
j) Suprimento de Fundos	3.194,32	9.178,35	3.194,32	9.178,35
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	273.589.190,26	219.877.162,68	273.569.985,78	219.877.079,33
k) Pagamento em Folha	272.825.501,91	218.917.842,43	272.825.501,91	213.917.842,43
l) Diárias	763.688,35	959.320,25	744.483,87	959.236,90
5. Outros	15.345.645,59	12.730.898,90	14.181.664,28	12.679.535,78
6. Total (1+2+3+4+5)	326.508.789,87	274.146.418,21	319.228.344,19	273.368.802,87

Quadro 20: Despesas por Modalidade de Contratação.



Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3190.11-Venc. Vant.Fixas	184.542.06 2,54	140.978.3 68,01	184.542.06 2,54	140.978.3 68,01			184.542.06 2,54	140.978.368 ,01
3191.13-Obrigações Patronais	37.576.476 ,51	28.581.49 5,99	37.576.476 ,51	28.581.49 5,99			37.576.476 ,51	28.581.495, 99
3190.01-Aposent.e Reformas	28.712.942 ,47	26.072.78 3,74	28.712.942 ,47	26.072.78 3,74			28.712.942 ,47	26.072.783, 74
<i>Demais elementos do grupo</i>	12.791.706 ,04	10.385.41 8,56	12.791.706 ,04	10.385.41 8,56			12.791.706 ,04	10.385.418, 56
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.37- Loc. Mão-de- Obra	17.103.079 ,02	13.870.41 6,08	16.033.128 ,48	12.063.67 9,69	1.069.950, 54	1.806.736, 39	15.165.698 ,92	12.041.130, 77
3390.39-Serv.Pessoa Jurídica	15.417.379 ,30	13.333.36 5,16	11.856.978 ,16	8.148.484, 79	3.560.401, 14	5.184.880, 37	10.215.527 ,96	8.124.420,6 0
3390.18- Aux.Finan.Estudantes	8.878.195, 58	8.674.665, 62	8.838.595, 58	8.670.965, 62	39.600,00	3.700,00	8.466.778, 11	8.636.453,6 2
<i>Demais elementos do grupo</i>	18.488.226 ,79	20.880.33 1,08	17.624.248 ,41	19.349.13 4,84	863.978,38	1.531.196, 24	16.404.569 ,42	19.302.117, 48
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4490.51-Obras e Instalações	8.427.146, 12	17.941.15 0,29	4.650.223, 16	13.563.62 6,61	3.776.922, 96	4.377.523, 68	3.850.532, 53	13.527.230, 14
4490.52-Equip.Mat. Permanente	7.470.916, 21	10.805.41 2,09	3.826.388, 13	5.892.460, 36	3.644.528, 08	4.912.951, 73	1.463.603, 22	5.279.383,9 6
449039-Outros Serv.Terceiros	56.040,39		56.040,39				38.446,47	
449061-Aquisição de Imóveis		440.000,0 0		440.000,0 0				440.000,00
<i>Demais elementos do grupo</i>								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Quadro 21: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.



Execução descentralizada com transferência de recurso

Não serão prestadas informações relacionadas à realização de receitas posto que a UJ não possui fonte de receita própria.

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	158430	IFG-Campus Goiânia	0,00	0,00	03	3.194,32	8.000,00
2014	158430	IFG-Campus Goiânia	0,00	0,00	06	9.178,35	8.000,00

Quadro 22: Concessão de Suprimento de Fundos.
Fonte: PROAD/IFG.

Com relação ao ano exercício 2014 comparado com o exercício 2015, houve uma diminuição de 65,19 %, com a redução de 50 % da quantidade de cartões corporativos. Isso se dá com a prática implantada por esta gestão do IFG de planejamento com os recursos descentralizados da LOA 2015.

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	158430	IFG-Campus Goiânia		0,00	05	1.453,80	1.740,52	3.194,32
2014	158430	IFG-Campus Goiânia		0,00	18	4.065,01	5.113,34	9.178,35

Quadro 23: Utilização de Suprimento de Fundos.
Fonte: SIAFI Operacional .



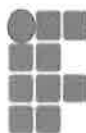
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158430	IFG-Campus Goiânia	339030	01	1.840,52
			99	1.353,80

Quadro 24: Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência.

Apresentação e Análise dos indicadores de desempenho

Os indicadores apresentados a seguir foram analisados pela Diretoria de Administração Acadêmica e Procuradoria Educacional Institucional do IFG, segundo a legislação vigente e tomando como base as informações constantes no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Diante disso, passa-se a apresentar os indicadores calculados diretamente da planilha de dados SISTEC extraída em 03/03/2016, enviada pela Equipe Indicadores de Gestão do MEC da SETEC/MEC. Em seguida, faz-se uma análise crítica e histórica com relação aos indicadores obtidos em anos anteriores.

É de suma importância ressaltar que os dados apresentados nesses indicadores são calculados de acordo com as situações acadêmicas relativas ao ano letivo de 2015 registradas no SISTEC até o dia 19/02/2016, conforme Ofício-Circular nº 1/2016/CGPC/DDR/SETEC/STEC-MEC. Tal situação possui caráter distinto tendo em vista que, no ano de 2015, em nossa Instituição, ocorreu movimento grevista de docentes e técnicos administrativos, nos meses de maio a outubro. Ocorre que após estes 5 (cinco) meses de greve, na maioria dos câmpus do IFG, para a reposição dos dias letivos paralisados, acarretou em postergar o término do ano letivo de 2015. Em 04 (quatro) câmpus, o calendário acadêmico de 2015 finalizou após a data de 19/02/2016 que foi a data de referência para a extração da planilha de indicadores e, em 02 (dois) câmpus, o calendário foi finalizado próximo a esta data, dificultando a atualização dos registros acadêmicos com relação às conclusões e evasões no Sistema Acadêmico do IFG e do SISTEC.



Câmpus	Data da finalização do Calendário Acadêmico de 2015	% de alunos do IFG
Goiânia	14/03/2016	40,80
Uruaçu	09/03/2016	7,46
Anápolis	04/03/2016	6,95
Jataí	24/02/2016	7,12
Aparecida de Goiânia	12/02/2016	5,09
Cidade de Goiás	04/02/2016	2,54

Quadro 25: Finalização do Calendário Acadêmico de 2015 nos câmpus do IFG onde a greve comprometeu a atualização dos registros do SISTEC.

Fonte: IFG

Portanto, todos os dados de movimentação acadêmica final de cerca de 69,96% estão comprometidos nos indicadores apresentados abaixo. Isto certamente acarreta em distorção dos dados, principalmente os de “eficiência acadêmica”, “concluintes/aluno” e “retenção do fluxo escolar”.

Outro fator de suma importância a ser ressaltado diz respeito aos dados utilizados nos relatórios de gestão dos anos anteriores e que impacta nos dados e na análise crítica e histórica dos indicadores: 1) Somente em 2013 os dados dos cursos EaD passaram a compor os cálculos dos indicadores no relatório de gestão; 2) Os alunos de EaD da Rede e-Tec Brasil que constavam na análise do ano de 2013 não fizeram parte do cálculo dos Indicadores de Gestão do ano de 2014, uma vez que esses alunos pertencem a uma ação específica do Pronatec, com financiamento próprio; 3) Em 2015, não houve oferta de curso EaD e, novamente, os dados de EaD da Rede e-Tec Brasil não fizeram parte do cálculo dos Indicadores de Gestão.

Conceitos Utilizados para a análise dos indicadores:

- Ingressantes: todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre janeiro e dezembro de 2015.
- Matrículas Atendidas: todos os alunos que estão com *status* EM CURSO ou que tiveram alteração de *status* com mês de referência no intervalo entre janeiro e dezembro de 2015, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2015, independentemente da sua situação atual.
- Concluídos: todos os alunos com *status* CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para um *status* com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2015. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o *status* de CONCLUÍDOS dentro do período de interesse do indicador.



- Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com *status* INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um esse *status* com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2015. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o *status* de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.
- Evadidos, Desligados e Transferidos Externos: todos os alunos com *status* EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO que tiveram sua alteração para esse *status* com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2015. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os *status* de EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO dentro do período de interesse do indicador.
- Retidos: todos os alunos que estão com *status* EM CURSO e mais os alunos com *status* diferente de EM CURSO que tiveram sua última alteração realizada em mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um *status* de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador e os alunos que ainda permanecem EM CURSO, mesmo o ciclo tendo encerrado.
- Concluinte: Situação igual a “CONCLUÍDO” ou “INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR”.
- Situação Final: Aluno com situação diferente de “EM CURSO”, ou seja, a situação é de “CONCLUINTE” ou “DESLIGADO” ou “EVADIDO” ou “TRANSFERIDO EXTERNO”.

Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercício				
		2015	2014	2013	2012	2011
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	4,75	5,92	5,65	10,01	11,68
	Relação Ingressos/Aluno	32,42	23,83	38,21	33,05	25,82
	Relação Concluintes/Aluno	10,09	10,92	13,07	8,25	7,01
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	40,95	45,80	44,55	48,1	56,38
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	37,96	42,95	24,07	27,3	39,55
	Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral	14,62	12,49*	13,65*	-	-
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per capita</i> Familiar	1.697	432	198	-	-

Quadro 26: Resumo dos indicadores

Fonte: IFG

* RAP antiga

Indicador 1 – Relação Candidato por Vaga

Conforme apresentado no Quadro 26, este indicador evidencia a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas, durante o ano de 2014. O resultado do indicador será o quociente da divisão entre ambos os somatórios.



Equação Básica:

$$\text{Candidato/Vaga} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas ofertadas}} \times 100$$

Equação 1: Relação Candidato por vaga

Observação: O cálculo leva em consideração todos os candidatos que buscaram a vaga ofertada, por quaisquer formas monitoradas pela instituição.



Gráfico 2: Relação Candidato x Vaga

Fonte: IFG

Análise Crítica

O indicador Candidato x Vaga apresentou em 2013 uma acentuada queda em relação aos anos anteriores, já analisado em outros relatórios, devido, principalmente, aos cursos EaD (Ensino a Distância) oferecidos para capacitar profissionais da área escolar que, por razões diversas, quando da efetivação das inscrições não atendeu à expectativa de criação desses cursos, com concorrência



abaixo de um candidato por vaga. Ainda, os dados de cursos de EaD só fizeram parte dos indicadores acadêmicos de 2013.

Nos últimos três anos (2013/2014/2015), no entanto, o indicador tem apresentado estabilidade. Dos dados analisados, o que pode se perceber é que o indicador Relação Candidato x Vaga para o IFG, conforme apresentado no Quadro 26 foi de 4,75. Existem cursos que possuem demanda não tão expressiva, mas que já é demanda estabilizada. Outros, no entanto, apresentam oscilação de procura.

Em relação a 2015 observa-se:

Houve aumento de demanda nas modalidades Técnico Integrado EJA, Técnico Subsequente e Pós-graduação/Especialização;

Os cursos de Bacharelado, Tecnologia e Técnicos Integrados estão com número de candidatos estabilizados. Sendo que os Cursos de Bacharelado são os que possuem maior procura, com concorrência 2 vezes maior que os cursos de Tecnologia e 3 vezes maior se comparado a outros cursos regulares.

Os cursos FIC apresentaram uma leve queda. Porém, os cursos de Licenciatura, em relação a 2014, apresentaram queda de 43%. Cabendo à Instituição e às esferas do Governo Federal dar continuidade nos estudos das peculiaridades dessa modalidade.

Em 2013 e 2014, a oferta de vagas na modalidade de Formação Inicial e Continuada foi mais expressiva que em 2015, e, corroborando com a redução do indicador, a demanda de candidatos em 2015, para esta modalidade, foi menor que em outros anos.

MODALIDADE	2015	2014
Bacharelado	13,53	16,30
Tecnólogo	6,95	
Licenciatura	3,98	6,95
Técnico Integrado	4,14	4,36
Técnico Subsequente	4,24	2,92
Técnico Integrado - EJA	3,56	2,21
FIC	1,00	1,5
Pós-Graduação - Especialização	2,15	1,49
Educação à Distância	Não houve oferta em 2015	Não compôs o indicador

Quadro 27: Relação Candidato x Vaga por Modalidade

Fonte: IFG

Indicador 2 – Relação Ingressos por Aluno

Esse indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas atendidas no mesmo período, conforme apresentado no Quadro 26. Para o cálculo, é considerado no numerador o somatório de todas as matrículas registradas pela primeira vez na situação ativa (“Em Curso”) no período (considerando as inclusões



de cada mês de ocorrência do período). Já no denominador deve ser considerado o total de matrículas em curso considerando o último mês de ocorrência consolidado, tomando como referência a data final do período informado, correspondendo também ao total da soma dos diversos *status* do aluno no período considerado.

Equação Básica:

$$\text{Ingresso/Aluno} = \frac{\text{ingressantes}}{\text{matrículas atendidas}} \times 100$$

Equação 2: Relação Ingressos por Aluno

Relação de Ingresso/Aluno

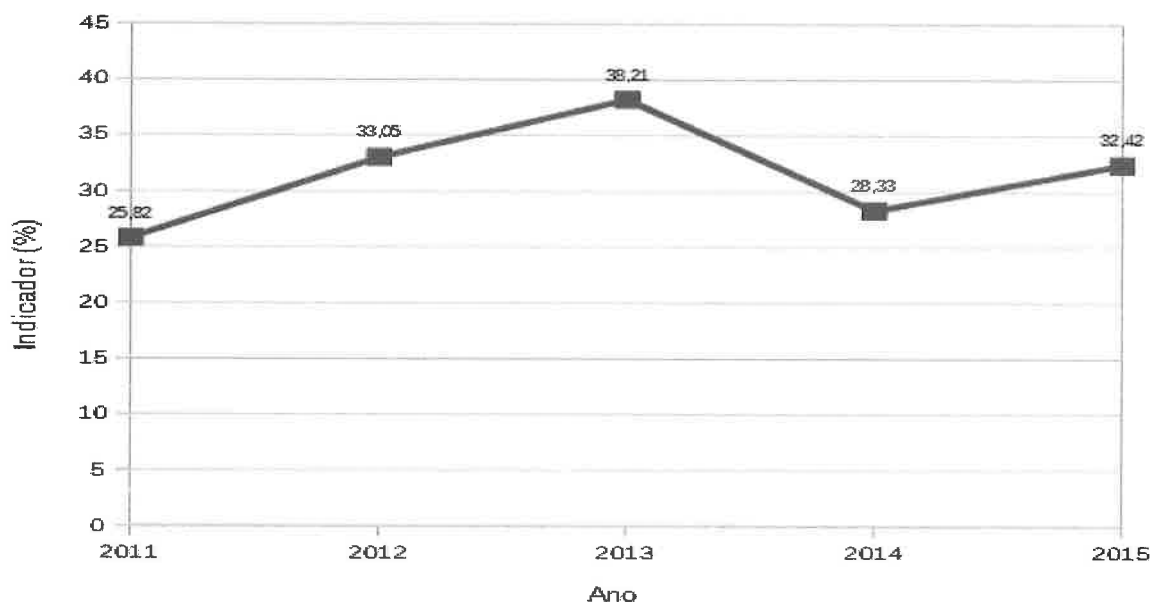


Gráfico 3: Potencial de vagas ofertadas

Fonte: IFG

Análise Crítica

Por meio desse indicador é possível analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Observa-se que o indicador decresce à medida que o câmpus avança com a formação dos ciclos completos de seus cursos e o valor tende a se estabilizar evidenciando a sua real capacidade de ofertas. Esse valor também é influenciado em razão de alteração da oferta de vagas.



Nos anos de 2010 a 2013, esse indicador teve um grande crescimento devido à criação dos Câmpus Anápolis, Formosa e Luziânia, em 2010, e Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, em 2012. Em 2014, o indicador teve uma queda devido a dois fatores: 1) diminuição de ingressantes ocasionada pela reestruturação da oferta de vagas aprovada no Conselho Superior da Instituição e deliberada no PDI/IFG; 2) formação dos ciclos completos de cursos, nos câmpus iniciados em 2010, tendendo à estabilização do indicador.

Já em 2015, ocorre novamente o aumento de vagas ofertadas devido ao início de funcionamento de três novos câmpus do IFG: Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso, o que gerou o aumento no indicador.

Ano	Vagas ofertadas
2013	7424
2014	4150
2015	5127

Quadro 28: Vagas Ofertadas

Fonte: IFG

No Quadro 29, ainda, podemos observar que o indicador no ano de 2014 teve um decréscimo exclusivamente devido à redução de oferta de vagas em relação aos anos anteriores, isso porque os números demonstram que o percentual de ocupação de vagas se mantém equilibrado entre esses anos. Em 2015, o aumento das vagas e, conseqüente, do indicador tem como balizador o fato já citado do aumento de vagas ofertadas pela criação de 03 (três) novos câmpus e o aumento do percentual de ocupação das vagas.

Modalidade	2013 (extração dos dados em 03/02/2014)			2014 (extração dos dados em 29/12/2014)			2015 (extração dos dados em 03/02/2016)		
	Vagas	Ingressantes	% de ocupação	Vagas	Ingressantes	% de ocupação	Vagas	Ingressantes	% de ocupação
Educação a Distância	3625	3179	87,70%	805	696	86,46%	0	0	-
FIC	859	747	86,96%	100	78	78,00%	1103	881	79,87%
Pós-Graduação	0	0	-	65	45	69,23%	60	64	106,67%
Bacharelado, Licenciaturas e Técnicos Presenciais	2940	2763	93,98%	3180	3222	101,32%	3909	3871	99,03%

Quadro 29: Relação Ingresso x aluno

* Dados retirados das planilhas de indicadores do SISTEC



O Quadro 33 da Memória de Cálculo apresenta os dados da relação Ingresso x Aluno no período de 2011 até 2015, para todos os câmpus.

Indicador 3 – Relação de Concluintes por Aluno

A relação de concluintes por aluno permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas registradas no SISTEC com a situação “CONCLUÍDA / INTEGRALIZAR FASE ESCOLAR” e o total de matriculados no mesmo período.

Equação Básica:

$$\text{Concluintes/Aluno} = \frac{\text{concluintes}}{\text{matrículas atendidas}} \times 100$$

Equação 3: Relação Concluintes por Aluno

Relação Concluintes / Alunos

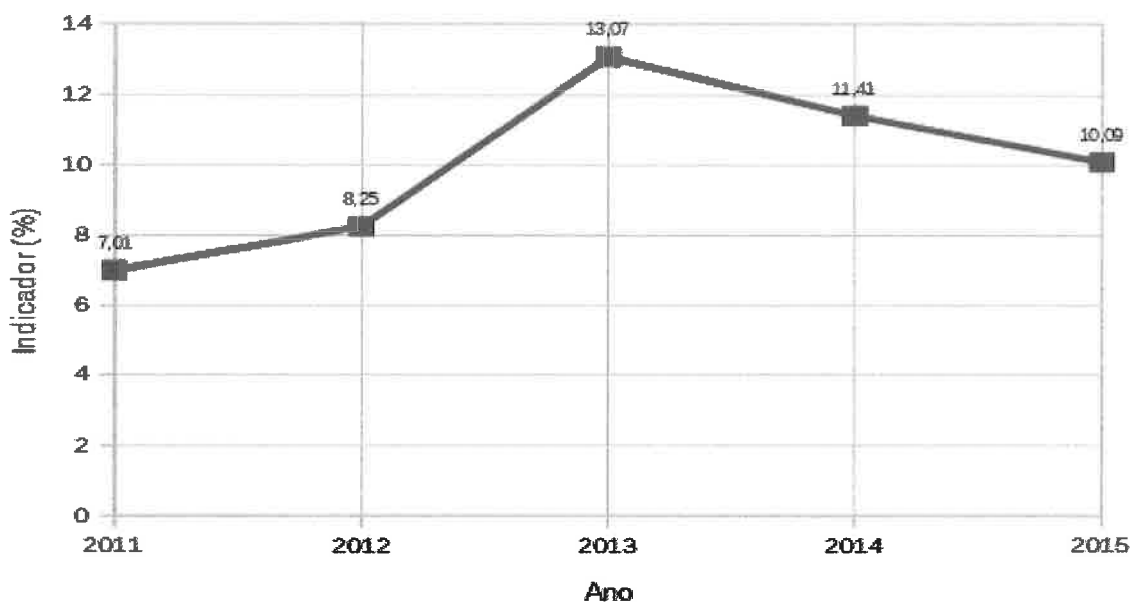


Gráfico 4: Relação Concluintes/Alunos





Análise Crítica

Por meio desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.

Esse indicador tem sofrido grandes deturpações devido aos movimentos grevistas que ocorreram na instituição nos anos anteriores e, especialmente, em 2015.

Nos movimentos partidistas anteriores sempre ocorreram a prorrogação do calendário letivo para o ano seguinte. Isso é gerador do fato das situações das matrículas dos estudantes não serem registradas no SISTEC dentro do ano corrente e sim, no ano próximo.

Tal situação ocorreu de forma evidente em 2012, quando o valor do indicador seria maior se não houvesse o movimento de paralisação que provocou o término do ano letivo para o início do ano de 2013. Com isto, muitas situações de matrículas de concluintes do ano de 2012 foram registradas em 2013, o que acarretou no elevado número do indicador no ano 2013.

No ano de 2014, também ocorreram finalizações de calendário letivo em 2015, só que em menores proporções. Em 2015, no entanto, o movimento grevista se deu por 05 (cinco) meses em vários câmpus ocasionando que cerca de 69,96% de estudantes vão ter suas situações acadêmicas atualizadas no SISTEC posterior à data de extração dos dados que compõe os indicadores aqui apresentados.

Diante desse panorama, infere-se que o indicador em 2015 seria maior se as situações acadêmicas dessas 69,96% de matrículas estivessem compondo os cálculos dos indicadores. Ainda, já se pode deduzir que, em 2016, o indicador terá curva acentuada, pois as situações finais desses estudantes serão atualizadas nesse ano.

Uma constatação é que a tendência do indicador é de crescimento, visto que o IFG possui alguns de seus alunos na fase intermediária dos seus cursos e, à medida que parte destes alunos alcance a situação de concluído, o indicador aumentará.

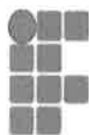
O Quadro 34 da Memória de Cálculo apresenta o cálculo da relação de Concluintes por Aluno no período de 2011 até 2015, para todos os câmpus.

Indicador 4 – Índice de Eficiência Acadêmica

O índice de eficiência acadêmica permite que se calcule o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise.

Para efeito de cálculo do índice no SISTEC, são inicialmente selecionados todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista para o ano de 2015 – período de análise. Em seguida, são totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

A geração do indicador se dá por meio da formação do numerador, composto pelo total de concluintes (situação final igual a concluído e integralizado) em 2015 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2015, e da formação do denominador composto pelos alunos



dos ciclos selecionados com situação final definida, isto é, situação de “EVADIDOS”, “DESLIGADOS” ou “CONCLUÍDOS”, “INTEGRALIZADOS” e “TRANSFERIDOS EXTERNOS”.

A Eficiência Acadêmica do IFG em 2015 foi de 40,95%. O Gráfico 5 mostra esse indicador nos últimos cinco anos.

Equação Básica:

$$\text{Eficiência Acadêmica} = \frac{\text{concluintes}}{\text{finalizados}} \times 100$$

Equação 4: Índice de Eficiência Acadêmica

Eficiência Acadêmica

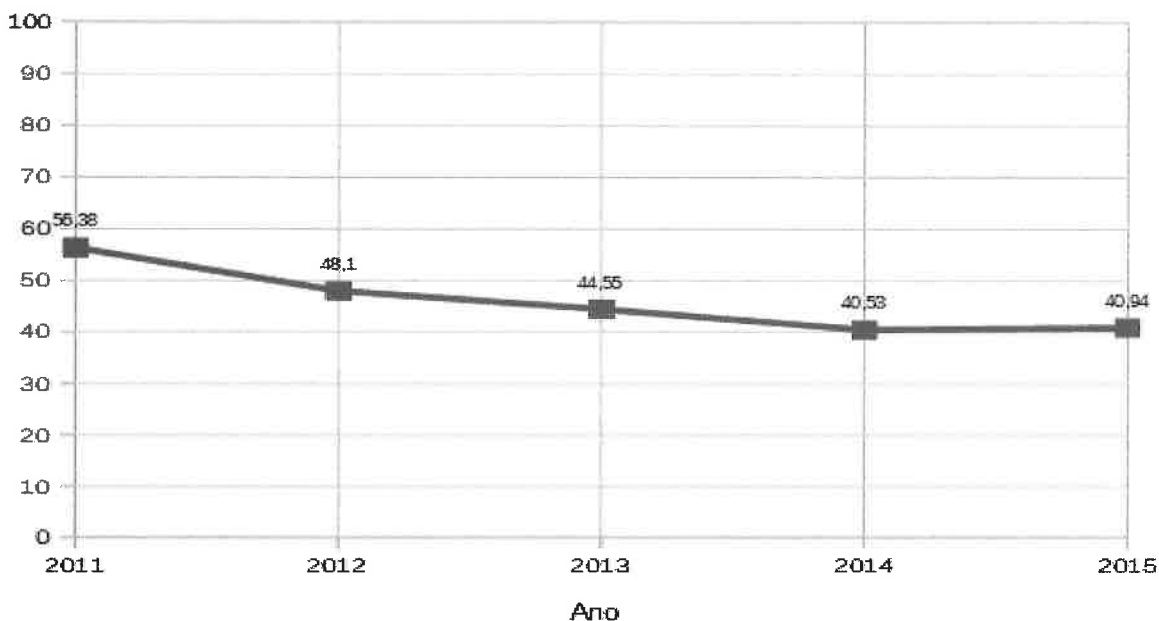


Gráfico 5: Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente

Análise Crítica

Por meio desse indicador é possível verificar, se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes com ciclo finalizado em 2015, o número de alunos em situação final



(concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido). O grande número de alunos com situação final sem êxito acadêmico (evadido, desligado ou transferido) contribui para o baixo valor do indicador. Alguns dos motivos para as situações finais sem êxito acadêmico são enumerados abaixo:

Alguns alunos do ensino técnico integrado, tendo em vista que podem ter o certificado, via ENEM, do Ensino Médio, não concluem o curso afetando diretamente o indicador em questão;

Vulnerabilidade social dos estudantes que necessitam trabalhar;

Os movimentos grevistas instalados na instituição acabam prorrogando o ano letivo. Muitos alunos, principalmente do ensino técnico integrado ao ensino médio, solicitam transferência para outras instituições para terminarem o ano acadêmico dentro do ano civil e, conseqüentemente, estejam apto ao ingresso no ensino superior.

Também devido ao movimento grevista, a conclusão do curso com êxito tende a não ocorrer dentro das datas de término do ciclo cadastradas no SISTEC.

Da mesma forma que o indicador anterior (Relação Concluintes/Aluno), o fato de o calendário acadêmico terminar somente no ano civil posterior, prejudica os dados do indicador em 2015, que seria maior se as situações acadêmicas desses estudantes estivessem compondo os cálculos dos indicadores. Dessa forma, podemos deduzir que o valor da Eficiência Acadêmica em 2015, após as atualizações das situações acadêmicas, será aumentado. No caminho desse raciocínio, já se pode deduzir que em 2016 o indicador terá curva acentuada, pois as situações finais desses estudantes serão atualizadas nesse ano.

O Quadro 35 da Memória de Cálculo apresenta o cálculo da Eficiência Acadêmica no período de 2011 até 2015, para todos os câmpus.

Indicador 5 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Esse indicador é calculado para matrículas que permanecem ativas (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula), ou que a sua conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase escolar ou demais situações finais), ocorram em período (mês de ocorrência) superior à data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).

O cálculo do indicador para o ano de 2015 procedeu com a seleção de todos os ciclos de matrículas de cursos com data prevista de término entre janeiro de 2015 e dezembro de 2015. Em cada ciclo, foi contabilizado o total de matrículas em situação EM CURSO, compondo assim o numerador. O denominador foi composto por todas as matrículas registradas nos ciclos de matrícula considerados. Para o cálculo deste Indicador (Retenção), os ciclos selecionados foram aqueles com término em 2015.

Equação Básica:



$$\text{Retenção Escolar} = \frac{\text{retidos}}{\text{matrículas atendidas}} \times 100$$

Equação 5: Índice de retenção do fluxo escolar

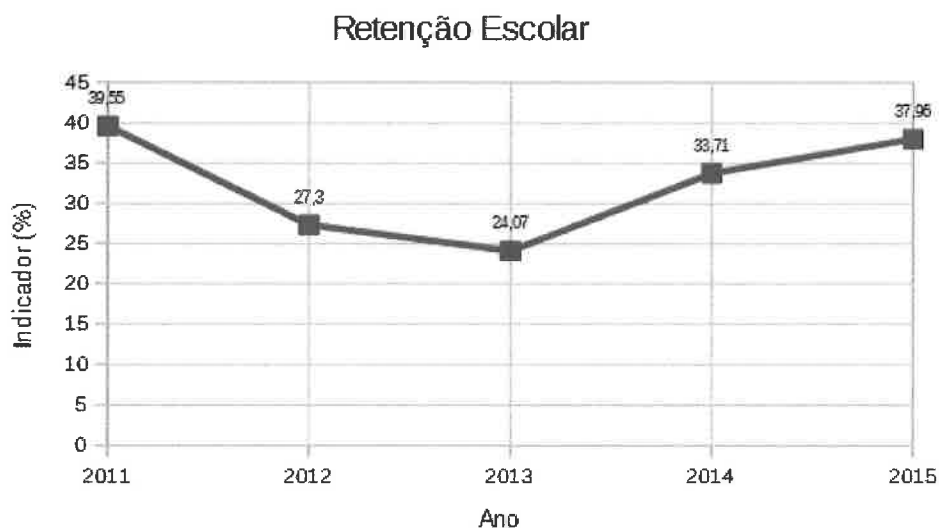


Gráfico 6: Evolução do índice de retenção do fluxo escolar

Análise Crítica

Novamente, entendemos que a elevação da retenção escolar também está atrelada ao movimento de greve, uma vez que, as atividades referentes ao Calendário Acadêmico do ano letivo de 2015 e a atualização das movimentações acadêmicas dos estudantes no SITEC em alguns câmpus encerrou posterior à extração dos dados para os cálculos do indicador, a saber: Câmpus Anápolis, Câmpus Aparecida de Goiânia, Câmpus Cidade de Goiás, Câmpus Goiânia, Câmpus Jataí e Câmpus Uruaçu.

Acreditamos que após a atualização das situações finais dos estudantes desses câmpus no SISTEC, o indicador tenderá a valores próximos aos anos anteriores. Porém, o índice de retenção do fluxo escolar real para análise crítica real só poderá ser verificado após as devidas atualizações no SISTEC.

Salientamos que, mesmo com reprovações que ultrapassam o tempo mínimo de integralização e fora do ciclo do seu curso, o aluno tem o direito de continuar frequentando o curso, permanece com situação regular de matrícula e usufrui de todos os direitos de aluno do IFG.

O Quadro 36 da Memória de Cálculo apresenta o cálculo do índice de retenção do fluxo escolar no período de 2011 até 2015, para todos os Câmpus.



Indicador 6 – Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral

Esse indicador, em todos os outros anos, era calculado pelo total de matriculados pelo total de docentes, considerando o peso devido do regime de trabalho. O docente de regime D.E. (Dedicação Exclusiva) e o de 40h possui peso unitário enquanto o docente de 20h possui peso de 0,5.

A partir de 2015, para o cálculo da Relação Aluno por Professor – RAP – será utilizado os valores dos dados de aluno equivalente, conforme Lei nº 11.892/2008, Art. 8º, §1º; Portaria MEC nº 818, de 13 de agosto de 2015; Portaria SETEC nº 25, de 13 de agosto de 2015; e Nota Técnica nº 273/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC.

Em nenhum dos anos, para a análise desse indicador, foram considerados os ciclos dos cursos “Não-Presenciais”, pois os docentes que atuam na Educação a Distância não pertencem ao quadro de docentes da Instituição, sendo contratados mediante editais, em caráter temporário e na condição de bolsistas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / Ministério da Educação (MEC) para atuarem nos Cursos Técnicos da Rede e-Tec Brasil.

Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\text{aluno equivalente}}{(\text{docentes 20h} * 0,5) + \text{docentes 40h} + \text{docentes DE}} \times 100$$

Equação 6: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral

Câmpus / Exercício	Docentes***				Indicador 2015 *	Indicador 2014 **	Indicador 2013 **
	20	40	DE	Total			
Anápolis	5	5	63	73	14,72	12,68	13,16
Aparecida	2	6	62	70	13,52	7,83	8,76
Cidade de Goiás	0	4	36	40	10,39	6,24	8,04
Formosa	2	3	62	67	17,44	12,35	15,55
Goiânia	7	31	307	345	14,78	14,47	15,66
Inhumas	2	3	58	63	12,37	10,77	14,26
Itumbiara	0	0	60	60	15,96	12,91	14,36
Jataí	0	2	78	80	14,27	14,69	13,52
Luziânia	2	1	56	59	20,47	15,51	16,63
Uruaçu	1	5	55	61	17,40	12,75	11,66
Águas Lindas	23	0	0	23	12,15	6,88	-
Goiânia Oeste	29	2	0	27	5,43	6,59	-



Valparaíso	0	0	0	24	13,33	4,67	-
Senador Canedo	0	1	23	24	12,75	21,08	-
IFG	93	103	806	1016			

Quadro 30: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral - 2015

* RAP com aluno equivalente

** RAP antiga

*** Categorizados de acordo com o Regime de Trabalho

Esse indicador passa a compor os Relatórios Institucionais somente a partir de 2013. Nesse período, ocorreu significativa reestruturação de ofertas de vagas na Instituição aprovada pelo PDI 2012-2016. O que ocasionou a extinção e a criação de cursos, alteração da duração dos cursos técnicos integrados (de 4 para 3 anos, com a implantação do regime de tempo integral) e, ainda, a implantação de novos câmpus, que acarreta a constante alteração da carga horária dos docentes. Diante disso, a carga horária dos docentes ainda está em adequação, não sendo possível realizar uma análise clara sobre a oscilação do indicador.

Não obstante a esse panorama, o indicador da Relação Professor Aluno – RAP – teve um importante crescimento, seja analisando o valor do indicador utilizando o cálculo da RAP com o conceito de aluno equivalente (14,62), seja utilizando o cálculo da RAP antiga (15,10).

Indicador 7 – Número de Alunos Matriculados por Renda *per Capita* Familiar

Esse indicador foi gerado por meio da contagem do número de alunos matriculados em 2015, que em atendimento à lei de cotas, ingressaram na Instituição por possuir renda *per capita* familiar $\leq 1,5$ salário mínimo.

O ano de 2013 é o primeiro ano em que o indicador número de alunos matriculados por renda *per capita* familiar é apresentado no relatório de gestão. Percebe-se que do ano de 2013 para 2014, o número de alunos matriculados na instituição, por terem sido classificados nos processos seletivos por possuírem renda *per capita* familiar $\leq 1,5$ salário mínimo, de acordo com a Lei de Cotas (Lei nº 11.892 de 2012), aumenta consideravelmente cumprindo assim o papel inclusivo e social da Instituição.

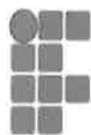
A seguir expomos as razões pelas quais as diferenças de quantidades de alunos matriculados por essa modalidade de cota apresentam tantas variações ano a ano:

Em 2013, os alunos que ingressaram por meio do SISU não foram contabilizados, pois nesse ano, o sistema do SISU não disponibilizou a informação do tipo de cota dos candidatos;

Ainda, nos anos 2013 e 2014 o registro da forma de ingresso no Sistema de Gestão Acadêmica não foi devidamente cadastrado pelos câmpus;

De acordo com os números apresentados, percebe-se que os percentuais previstos na Lei de Cotas não são atingidos, isso porque as cotas são aplicadas no processamento do resultado final e não das etapas anteriores.

Frente a essa situação, a Diretoria de Administração Acadêmica (DAA) da Pró-Reitoria de Ensino procedeu a uma série de procedimentos para sanar tal deficiência: memorando com



instruções específicas, tutoriais disponibilizados no endereço eletrônico do Guia-DAA e web-conferência sobre as formas corretas de registro da forma de ingresso dos estudantes;

Estudos e ações institucionais estão sendo realizadas para melhor aplicação da Lei de Cotas, a fim de garantir os percentuais previstos nessa Lei.

Essas ações impactaram de forma positiva no Indicador, uma vez que alguns erros de informações de anos anteriores foram sanados e os registros dos estudantes de 2015 foram corretamente lançados no sistema;

Entendemos, ainda, que este indicador tenderá ao crescimento com o passar dos anos, até a sua estabilização, uma vez que nos próximos anos os ciclos dos cursos contarão com os seus estudantes ingressos a partir de seleção que houve aplicação da Lei de Cotas.

Apresenta-se no Quadro 31, com o número de alunos matriculados na Instituição por terem sido classificados nos processos seletivos por possuírem renda *per capita* familiar $\leq 1,5$ salário mínimo.

Câmpus	Total		
	2013	2014	2015
Câmpus Águas Lindas de Goiás	-	0	27
Câmpus Anápolis	11	49	72
Câmpus Aparecida de Goiânia	12	12	47
Câmpus Cidade de Goiás	1	0	38
Câmpus Formosa	21	72	108
Câmpus Goiânia	89	142	789
Câmpus Goiânia Oeste	-	0	19
Câmpus Inhumas	8	14	62
Câmpus Itumbiara	11	34	121
Câmpus Jataí	7	22	168
Câmpus Luziânia	9	22	63
Câmpus Senador Canedo	-	0	36
Câmpus Uruaçu	29	65	138
Câmpus Valparaíso de Goiás	-	0	9
TOTAL IFG	198	432	1697

Quadro 31: Alunos matriculados em 2015 por possuírem renda *per capita* familiar $\leq 1,5$ salário mínimo

Observação: Dados retirados do Sistema de Gestão Acadêmica da Instituição. O SISTEC não prevê o cadastro desse tipo de informação.



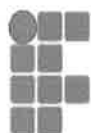
MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	392	90	4,36
	2015	737	200	3,69
Anápolis	2011	4.177	360	11,6
	2012	5.100	420	12,14
	2013	4.155	770	5,4
	2014	1.542	290	5,32
	2015	1.730	270	6,41
	2012	2.382	150	15,88
Aparecida de Goiânia	2013	1.885	1.110	1,7
	2014	1.422	260	5,47
	2015	339	310	1,09
	2012	270	180	1,5
Cidade de Goiás	2013	398	320	1,24
	2014	195	90	2,17
	2015	319	180	1,77
	2011	3.380	300	11,26
Formosa	2012	3373	381	8,85
	2013	4.124	440	9,37
	2014	2.148	240	8,95
	2015	1.985	320	6,20
	2011	23.165	1.320	17,55
Goiânia	2012	21.179	1.335	15,86
	2013	23.136	2.430	9,52
	2014	13.260	1.215	10,91
	2015	11.540	1.245	9,27
	2014	292	90	3,24
Goiânia Oeste	2015	638	175	3,65
	2011	1.413	270	5,23
Inhumas	2012	1.668	530	3,15
	2013	1.022	614	1,66
	2014	419	150	2,79
	2015	491	210	2,34
	2011	2.150	270	7,96
Itumbiara	2012	2095	430	4,87
	2013	1.415	485	2,92



	2014	1.267	240	5,28
	2015	1.352	300	4,51
Jataí	2011	2.467	420	5,87
	2012	2.616	561	4,66
	2013	2.178	410	5,31
	2014	1.662	350	4,75
	2015	1.459	323	4,52
Luziânia	2011	2.960	330	8,97
	2012	5.037	440	11,45
	2013	1.720	490	3,51
	2014	1.284	385	3,34
	2015	959	250	3,84
Senador Canedo	2014	369	300	1,23
	2015	882	648	1,36
Uruaçu	2011	932	210	4,438
	2012	3.615	300	12,05
	2013	2.074	385	5,39
	2014	1.258	270	4,66
	2015	1.309	306	4,28
Valparaíso de Goiás	2014	123	30	4,10
	2015	611	390	1,57
TOTAL IFG	2011	40.644	3.480	11,68
	2012	47.335	4.727	10,01
	2013	42.107	7.424	5,65
	2014	25.633	4.000	6,41
	2015	24.351	5.127	4,75

Quadro 32: Relação Candidato / Vaga

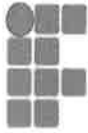


CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	71	86	82,56
	2015	193	272	76,96
Anápolis	2011	370	925	56,31
	2012	418	975	42,87
	2013	682	1.442	47,30
	2014	275	970	28,35
	2015	258	992	26,01
Aparecida de Goiânia	2012	153	153	100
	2013	943	1.096	86,04
	2014	223	540	41,30
	2015	311	756	41,14
Cidade de Goiás	2012	165	165	100
	2013	248	320	77,50
	2014	97	209	46,41
	2015	175	306	57,19
Formosa	2011	308	758	40,63
	2012	351	861	40,77
	2013	391	1.109	35,26
	2014	283	852	33,22
	2015	327	1.128	28,99
Goiânia	2011	1.409	6.476	21,76
	2012	1311	6.052	21,66
	2013	2.264	6.895	32,84
	2014	1.434	5.399	26,56
	2015	1.227	5.570	22,03
Goiânia Oeste	2014	89	89	100
	2015	144	206	69,90
Inhumas	2011	265	1.500	17,67
	2012	515	1.591	32,37
	2013	470	1.716	27,39
	2014	114	770	14,81
	2015	208	648	32,10
Itumbiara	2011	282	910	30,99
	2012	402	1.066	37,71 37,71
	2013	341	1.139	29,94
	2014	120	865	13,87

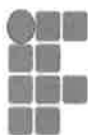


	2015	319	840	37,98
Jataí	2011	403	1.879	21,45
	2012	511	1.475	34,64
	2013	383	1.502	25,50
	2014	287	1.359	21,12
	2015	293	1.217	24,08
Luziânia	2011	440	998	44,09
	2012	623	1.131	55,08
	2013	627	1.400	44,79
	2014	283	1.016	27,85
	2015	318	1.154	27,56
Senador Canedo	2014	226	253	89,33
	2015	528	782	67,52
Uruaçu	2011	269	1.063	25,31
	2012	283	850	33,29
	2013	362	940	38,51
	2014	224	816	27,45
	2015	255	951	26,81
Valparaíso de Goiás	2014	28	28	100
	2015	381	408	93,38
TOTAL IFG	2011	3.746	14.509	25,82
	2012	4.732	14.319	33,05
	2013	6.708	17.556	38,21
	2014	3.754	13.252	28,33
	2015	4.937	15.230	32,42

Quadro 33: Relação Ingressos por Alunos



CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	0	86	0
	2015	0	272	0
Anápolis	2012	31	975	3,18
	2013	84	1.400	7,71
	2014	86	970	8,87
	2015	71	992	7,16
Aparecida de Goiânia	2012	0	153	0
	2013	152	1.096	13,87
	2014	50	540	9,26
	2015	105	756	13,89
Cidade de Goiás	2012	99	165	60
	2013	31	320	9,69
	2014	31	209	14,83
	2015	0	306	0
Formosa	2012	56	861	6,5
	2013	104	1.121	9,28
	2014	45	852	5,28
	2015	250	1.128	22,16
Goiânia	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6.052	6,61
	2013	1.011	6.852	14,66
	2014	642	5.399	11,89
	2015	368	5.570	6,61
Goiânia Oeste	2014	0	89	0
	2015	0	206	0
Inhumas	2011	67	1.500	4,47
	2012	70	1.591	4,4
	2013	131	1.716	7,63
	2014	171	770	22,21
	2015	73	648	11,27
Itumbiara	2011	34	910	3,74
	2012	177	1.066	16,60
	2013	176	1.139	15,45
	2014	87	865	10,06
	2015	88	840	10,48
Jataí	2011	80	1.879	4,26



	2012	158	1.475	10,71
	2013	155	1.502	10,32
	2014	224	1.359	16,48
	2015	114	1.217	9,37
Luziânia	2012	97	1.131	8,58
	2013	108	1.319	0,91
	2014	42	1.016	4,13
	2015	224	1.154	19,41
Senador Canedo	2014	0	253	0
	2015	217	782	27,75
Uruaçu	2011	34	1.063	3,20
	2012	93	850	10,94
	2013	127	940	13,51
	2014	134	816	16,42
	2015	26	951	2,73
Valparaíso de Goiás	2014	0	28	0
	2015	0	408	0
TOTAL IFG	2011	1.017	14.509	7,01
	2012	1.181	14.319	8,25
	2013	2.295	17.556	13,07
	2014	1.512	13.252	11,41
	2015	1.536	15.230	10,09

Quadro 34: Relação de Concluintes por Alunos



CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Alunos com Situação Final	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	0	4	0
	2015	0	8	0
Anápolis	2011	38	56	67,86
	2012	31	207	15
	2013	194	450	43,11
	2014	86	261	32,95
	2015	71	183	38,80
Aparecida de Goiânia	2013	152	228	66,67
	2014	50	106	47,17
	2015	105	197	53,30
Cidade de Goiás	2013	31	78	39,74
	2014	31	78	39,74
	2015	0	48	0
Formosa	2011	123	163	75,46
	2012	56	209	26,8
	2013	210	433	48,50
	2014	45	125	36,00
	2015	250	455	54,95
Goiânia	2011	193	236	81,78
	2012	400	485	82,5
	2013	1.011	1.840	54,95
	2014	642	1.681	38,19
	2015	368	850	43,29
Goiânia Oeste	2014	0	27	0
	2015	0	16	0
Inhumas	2011	60	166	36,14
	2012	70	141	49,6
	2013	131	581	22,55
	2014	171	352	48,58
	2015	73	191	38,22
Itumbiara	2011	5	57	8,77
	2012	177	397	44,6
	2013	176	360	48,89
	2014	87	248	35,08
	2015	88	216	40,74

9



Jataí	2011	81	206	39,32
	2012	158	372	42,5
	2013	155	441	35,15
	2014	224	497	45,07
	2015	114	353	32,29
Luziânia	2011	57	88	64,77
	2012	97	233	41,6
	2013	108	472	22,28
	2014	42	109	38,53
	2015	224	585	38,29
Senador Canedo	2014	0	0	0
	2015	217	555	39,10
Uruaçu	2011	0	45	0,00
	2012	93	301	30,9
	2013	127	269	47,21
	2014	134	243	55,14
	2015	26	89	29,21
Valparaíso de Goiás	2014	0	0	0
	2015	0	5	0
TOTAL IFG	2011	557	988	56,38
	2012	1.181	2.456	48,10
	2013	2.295	5.152	44,55
	2014	1.512	3.731	40,53
	2015	1.536	3.751	40,95

Quadro 35: Índice de Eficiência Acadêmica



CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	0	86	0
	2015	43	272	15,81
Anápolis	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
	2013	229	1.439	15,91
	2014	328	970	33,81
	2015	417	992	42,04
	2015	417	992	42,04
Aparecida de Goiânia	2012	0	153	0
	2013	0	1.096	0
	2014	86	540	16,48
	2015	171	756	22,62
Cidade de Goiás	2012	0	165	0
	2013	0	320	0
	2014	5	209	2,39
	2015	42	306	13,73
Formosa	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
	2013	219	1.109	19,75
	2014	227	852	26,64
	2015	362	1.128	32,09
Goiânia	2011	439	861	50,99
	2012	2.391	6.052	39,51
	2013	2.129	6.895	30,88
	2014	2.090	5.399	38,71
	2015	2.494	5.570	44,78
Goiânia Oeste	2014	0	89	0
	2015	35	206	16,99
Inhumas	2011	258	450	57,33
	2012	614	1.591	38,59
	2013	584	1.716	34,03
	2014	342	770	44,42
	2015	250	648	38,58
Itumbiara	2011	37	118	31,36
	2012	173	1.066	16,23



	2013	267	1.139	23,44
	2014	380	865	43,93
	2015	221	840	26,31
Jataí	2011	49	278	17,63
	2012	190	1.475	12,88
	2013	367	1.502	24,43
	2014	423	1.359	31,13
	2015	471	1.217	38,70
Luziânia	2011	11	106	10,38
	2012	212	1.131	18,74
	2013	259	1.400	18,50
	2014	426	1.016	41,93
	2015	472	1.154	40,90
Senador Canedo	2014	0	253	0
	2015	424	782	54,22
Uruaçu	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
	2013	172	940	18,30
	2014	157	816	19,24
	2015	315	951	33,12
Valparaíso de Goiás	2014	0	28	0
	2015	64	408	15,69
TOTAL IFG	2011	855	2.162	39,55
	2012	3.911	14.319	27,30
	2013	4.226	17.556	24,07
	2014	4.467	13.252	33,71
	2015	5.781	15.230	37,96

Quadro 36: Índice histórico de retenção do fluxo escolar



4. GOVERNANÇA

Descrição das estruturas de governança

Considerando Governança como o *modus operandi* pelo qual o “poder” é exercido na administração dos recursos, e associando as estruturas de governança às instâncias consultivas e deliberativas à disposição do IFG (e não apenas de seus gestores), pode-se afirmar que a estrutura de governança do IFG é composta das seguintes instâncias:

- Conselho Superior;
- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão;
- Colégio de Dirigentes;
- Auditoria Interna;
- Comissão de Ética;
- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Comissão Interna de Supervisão (CIS);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).

Buscando atender à orientação prevista na Portaria TCU 090/2014, segue a base normativa e as atribuições de cada instância que compõe a estrutura de governança do IFG.

Conselho Superior

- Base Normativa - Conforme seu Regimento: Art. 1º O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, constituído nos termos do artigo 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, será composto na forma prevista no § 3º do artigo 10 supracitado e obedecerá, ainda, o disposto nos artigos 8º e 9º do Estatuto da Instituição, configurando-se como órgão consultivo e deliberativo, cuja finalidade é zelar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da Política Educacional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- Atribuições - Art. 6º Compete ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: I. aprovar as diretrizes para a atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e zelar pela execução de sua política educacional, científica e tecnológica; II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e dos Diretores-Gerais dos câmpus, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008; III. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de



Goiás; IV. aprovar a proposta orçamentária anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; V. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VIII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; IX. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; X. assegurar que não seja cobrada dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de quaisquer modalidades de cursos oferecidos pela Instituição; XI. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, bem como o registro de diplomas; XII. aprovar o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que tratará, dentre outros assuntos, da estrutura administrativa da Instituição, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; XIII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

- Base Normativa - Conforme Estatuto do IFG: Art. 12. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- Atribuições - Art. 13. Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: I. propor, apreciar e acompanhar o desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; II. analisar e emitir parecer sobre a organização, avaliação e oferta de cursos e demais atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e encaminhadas pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; III. apreciar e emitir parecer sobre os currículos dos cursos regulares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, bem como suas alterações, para encaminhamento e aprovação pelo Conselho Superior; IV. apreciar outros assuntos de interesse da Instituição, encaminhados pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Colégio de Dirigentes

- Base Normativa - Conforme Estatuto do IFG: Art. 10. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.



- Atribuições - Art. 11. Compete ao Colégio de Dirigentes: I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais; II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; III. apreciar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; IV. apreciar o calendário acadêmico de referência; V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; VI. apreciar os assuntos de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás a ele submetido.

Auditoria e Interna

- Base Normativa - Conforme Estatuto do IFG: Art. 39. A Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
- Atribuições - Art. 41. À Auditoria Interna compete: I. verificar o cumprimento das diretrizes, normas e orientações emanadas pelos órgãos internos competentes, bem como dos planos, programas e projetos no âmbito da Instituição; II. avaliar a legalidade, eficiência, eficácia, qualidade, efetividade e economicidade da gestão; III. prestar assessoramento técnico ao Reitor e orientar os câmpus da Instituição, fornecendo-lhes informações necessárias para a tomada de decisões; IV. tratar de outros assuntos de interesse da Auditoria Interna; V. elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, conforme legislação própria vigente; VI. desempenhar outras atividades afins delegadas pela Reitoria.

Comissão de Ética

- Atribuições - A Comissão de Ética do IFG atua de forma permanente, autônoma e regida por regimento próprio. Constituída por ato do Reitor e representada por seis servidores, sendo três membros titulares e três suplentes, além da secretaria executiva - que é diretamente ligada ao Gabinete do Reitor. À Comissão de Ética compete divulgar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; orientar e aconselhar o servidor sobre a conduta ética; fornecer à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos os registros sobre a conduta ética dos servidores, para efeito de instrução e fundamentação dos procedimentos próprios da carreira do servidor público; apurar denúncias de comprometimento ético e aplicar a penalidade de censura, quando for o caso; elaborar e revisar, quando necessário, seu Regimento Interno e prestar, sempre que



solicitado, informações à Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês na sala da comissão de ética, podendo ser convocada a se reunir extraordinariamente sempre que necessário. Possui o endereço eletrônico: ética@ifg.edu.br

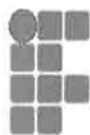
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

- Base Normativa - A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) foi inicialmente constituída por meio do Decreto nº 94664/87 e regulamentada pela portaria nº 475/87 do Ministério da Educação. Atualmente a Lei nº 12772/12 (alterada pela Lei 12863/13), artigo 26, institui a CPPD e define as suas atribuições.
- Atribuições - Art. 26 –Parágrafo 1º À CPPD cabe prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: I. dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; II. contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; III. alteração de regime de trabalho docente; IV. avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; V. solicitação de afastamento docente para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e VI. liberação de professores para programas de cooperação em outras instituições universitárias ou não. Parágrafo 2º. Demais atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão objeto de regulamentação pelo colegiado superior ou dirigente máximo das instituições de ensino, conforme o caso.

Comissão Interna de Supervisão (CIS)

- Base Normativa - A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criada pela Lei nº 2.519, de 15/07/2005, e Portaria MEC nº 2.562, de 21/07/2005.
- Atribuições - Art. 4º Compete à CIS do IFG: a) Acompanhar a implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação em todas as suas etapas, bem como o trabalho da comissão de enquadramento; b) Orientar a área de pessoal, bem como orientar os servidores do IFG quanto ao Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação; c) Fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito do IFG; d) Propor e encaminhar à apreciação da comunidade e da Comissão Nacional de Supervisão, sugestões de alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e) Apresentar propostas e encaminhar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal do IFG e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento de quadros, que apontam as necessidades de pessoal e modelo de alocação





de vagas; f) Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFG, em conformidade com o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2015; g) Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFG proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram; h) Examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão; i) Conduzir outras questões relativas ao PCCTAE, designadas pelo Conselho Superior da Instituição.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

- Base Normativa - A criação da CPA está prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004.
- Atribuições - De acordo com o regulamento da Comissão Permanente de Avaliação, é objetivo geral: discutir, programar e implantar a política de autoavaliação institucional, de forma a se constituir em instrumento de apoio que propicie ao IFG avaliar e trabalhar os indicadores de potencialidades realçando-os e efetivando-os e identificando, também, as dificuldades enfrentadas pela Instituição e os caminhos possíveis para minimizá-las ou, preferencialmente, superá-las. No que tange os objetivos específicos: discutir, construir e implantar Projeto de Avaliação Institucional envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada; deliberar sobre as questões dos instrumentos avaliativos e a metodologia de avaliação a ser empregada; acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas desenvolvidas pelas Comissões Setoriais de Avaliação em cada câmpus que integra o IFG; sistematizar os processos de avaliação interna; prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e a comunidade acadêmica; propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional; encaminhar aos órgãos de gestão do IFG as deliberações da CPA, os relatórios de avaliação e outras informações solicitadas; analisar e sistematizar os dados apresentados pelas Comissões Setoriais de Avaliação, dos diversos câmpus que integram o IFG; divulgar os resultados da autoavaliação mediante documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa; acompanhar e assessorar as comissões externas de avaliação; sugerir propostas de desenvolvimento institucional; participar de todas as atividades relativas a eventos que tratam da avaliação institucional, promovidos pelo IFG, INEP, CONAES sempre que solicitada; consolidar a sintonia do IFG com a política nacional de avaliação da educação superior, criando caminhos para que esse processo desenvolvido pelo IFG, torne-se referência às demais IES.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)



- Base Normativa - De acordo com a portaria nº 1309 de 25 de Julho de 2014: IV – Definir que o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás possuirá natureza consultiva e deliberativa, e será responsável pela determinação de ações prioritárias da Diretoria de Tecnologia de Informação da Reitoria do IFG, considerando as orientações contidas na Instrução Normativa nº 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN 04/2008 SLTI/MPOG) e, em atendimento à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP (EGTI) 2013-2015.
- Atribuições - De acordo com a Portaria nº 1309 de 25 de Julho de 2014, compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação: determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia de Informação de forma integrada com as estratégias e as prioridades da organização; deliberar sobre políticas, diretrizes e relativos a Tecnologia de Informação; elaborar a proposta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; aconselhar sobre o direcionamento estratégico; monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos; monitorar níveis de serviços e suas melhorias.

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna do IFG tem por finalidade essencial o exame da integridade e confiabilidade das informações e registros, a simplificação dos procedimentos e a correta aplicação da legislação e desenvolve suas atividades obedecendo a técnicas e procedimentos específicos, contribuindo para a melhoria dos processos e controles internos adotados na Instituição. Devido à complexidade cada vez maior das atividades inerentes à gestão do IFG, é primordial um grau elevado de especialização de seu quadro técnico. Com isso, a Audin elaborou o Manual de Auditoria Interna, que entrou em vigor por meio da Resolução CONSUP/IFG nº 003, de 22/02/2016, disponível em <http://www.ifg.edu.br/images/2015/GABINETE/resolucao0032016.pdf>, com o objetivo de definir um parâmetro para a compreensão das funções e atribuições dos servidores do setor, bem como elucidar conceitos, estrutura interna, definir diretrizes e normas gerais para a realização de auditorias no âmbito do IFG.

A Auditoria Interna desenvolve suas atividades obedecendo a técnicas e procedimentos específicos, contribuindo para a melhoria dos processos e controles internos adotados na Instituição. Devido à complexidade cada vez maior das atividades inerentes à gestão do IFG, é primordial um grau elevado de especialização de seu quadro técnico. Com isso, a Audin elaborou o Manual de Auditoria Interna, que entrou em vigor por meio da Resolução CONSUP/IFG nº 003, de 22/02/2016, disponível em <http://www.ifg.edu.br/images/2015/GABINETE/resolucao0032016.pdf>, com o objetivo de definir um parâmetro para a compreensão das funções e atribuições dos servidores do setor, bem como elucidar conceitos, estrutura interna, definir diretrizes e normas gerais para a realização de auditorias no âmbito do IFG.





A Auditoria Interna, durante o exercício de 2015, exerceu papel de relevância dentro da Instituição, apoiando a gestão, trabalhando de forma sistemática e aplicando as técnicas de auditoria adequadas. Contribuiu para o aprimoramento dos controles internos e a eficácia administrativa. Propiciou por meio de suas análises, recomendações, sugestões e informações inerentes às atividades examinadas, a minimização do risco de erros, fraudes e irregularidades, além de colaborar na redução da ineficiência. Como exemplo, foram efetuadas inúmeras prestações de contas pendentes no sistema SCDP, referentes a diárias e passagens e em processos do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos (PROCAP).

Do mesmo modo, impulsionou a revisão de normas e procedimentos internos no IFG, tais como: Assistência Estudantil, melhorando a gestão e a preparação dos processos de concessão, a Regulamentação do PROCAP, reuniões dos colegiados de cursos, padronização de documentos e informações.

Outrossim, ocorreu uma evolução quanto à organização do controle patrimonial, especialmente nos controles dos termos de responsabilidade expedidos pelos setores.

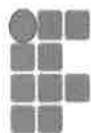
Por intermédio da atuação da AUDIN, ocorreu ainda a recuperação de recursos pagos indevidamente aos servidores e alunos nas seguintes ações: Diárias e passagens, Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos (PROCAP) e Assistência Estudantil.

A Auditoria Interna procurou desempenhar um papel estratégico concatenado à transparência das informações e otimização dos controles internos, observando os riscos relacionados de cada ação examinada. Além disso, buscou dia a dia o alcance dos objetivos institucionais.

I - Ações previstas e realizadas no exercício de 2015

Ações previstas para o Exercício de 2015:

1. Acompanhar o atendimento a atuações do Tribunal de Contas da União;
2. Acompanhar o atendimento dos trabalhos realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e de forma primordial a implementação do Plano de Providências sobre as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno;
3. Análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2014;
4. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2016;
5. Produção do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2015;
6. Verificar as diárias e passagens concedidas pelo IFG aos seus servidores;
7. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão Corporativo do Governo Federal;
8. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão BB Pesquisa;
9. Verificar os pagamentos de despesas de exercícios anteriores;
10. Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios;



11. Acompanhamento da movimentação de pessoal (admissões, vacâncias, aposentadorias e pensões);
12. Análise dos pagamentos de assistência médica e odontológica;
13. Examinar os processos de Assistência aos Estudantes do Ensino de Graduação e Técnico, assim como a execução dos programas de monitorias e bolsas de estágios.
14. Análise dos controles de bens móveis e imóveis;
15. Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal;
16. Realização de processos seletivos / concursos públicos;
17. Análise dos processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;
18. Verificação do controle de frequência dos servidores;
19. Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
20. Análise do Programa e-Tec;
21. Análise do Sistema SUAP (Módulo protocolo);
22. Verificação do acúmulo de cargos e funções públicas;
23. Análise dos controles internos dos Projetos Pedagógicos;
24. Análise dos controles internos dos Projetos de Pesquisa.

Ações Executadas no exercício de 2015:

1. Ocorreu o atendimento às Diligências e Acórdãos do TCU evitando a não execução pelos setores responsáveis. Segue a relação dos Acórdãos emitidos pelo TCU no exercício de 2015:

- I. Acórdão nº 910/2015 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
- II. Acórdão nº 988/2015 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
- III. Acórdão nº 989/2015 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
- IV. Acórdão nº 854/2015 – TCU – 1ª Câmara (Aposentadoria);
- V. Acórdão nº 1459/2015 – TCU – 1ª Câmara (Aposentadoria);
- VI. Acórdão nº 1909/2015 – TCU – Plenário (Representação);
- VII. Acórdão nº 8362/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- VIII. Acórdão nº 8310/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- IX. Acórdão nº 7979/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- X. Acórdão nº 7980/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- XI. Acórdão nº 9175/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- XII. Acórdão nº 10719/2015 – TCU – 2ª Câmara (Aposentadoria).

No exercício de 2015, o Tribunal de Contas da União não emitiu em seus Acórdãos recomendações ou determinações ao IFG.



2. O Controle Interno não efetuou a Auditoria Anual de Contas no ano de 2015. Contudo, existiram trabalhos para o acompanhamento da Gestão. A CGU efetuou duas auditorias na Instituição que abordaram as seguintes áreas:

- Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Estrutura e atuação da Auditoria Interna.

A AUDIN acompanhou os trabalhos realizados e supervisionou todas as atividades internas necessárias ao cumprimento das solicitações feitas pela Controladoria-Regional da União em Goiás (CGU-GO).

3. Análise de Prestação de Contas referente ao exercício de 2014: A Auditoria Interna efetuou o acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão e respectiva prestação de contas ao Tribunal de Contas da União – TCU.

4. A Auditoria Interna elaborou o Plano Anual de Atividades (PAINT) para o exercício 2016. O PAINT 2016 foi produzido consoante às instruções contidas na Instrução Normativa nº 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa nº 9, de 14 de novembro de 2007, da Controladoria Geral da União, abordando os itens contidos no Art. 2º da Instrução Normativa nº 01, de 3 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União.

5. O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna foi elaborado atendendo ao disposto na Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União.

6. Diárias e passagens: Efetuamos análises por amostragem no Sistema SCDP, o valor total foi de R\$ 1.112.214,54 (Um milhão, cento e doze mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos). Foram emitidos relatórios às seguintes unidades:

- a) Câmpus Anápolis com um total verificado de R\$ 24.467,90 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos);
- b) Câmpus Jataí com um total verificado de R\$ 107.007,02 (cento e sete mil, sete reais e dois centavos);
- c) Câmpus Goiânia com um total verificado de R\$ 208.444,89 (duzentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos);
- d) Reitoria com um total verificado de R\$ 741.379,01 (setecentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e um centavo);
- e) Câmpus Uruaçu com um total verificado de R\$ 30.915,72 (trinta mil, novecentos e quinze reais e setenta e dois centavos).



7. Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Foram analisados 07 (sete) processos de pagamento no valor total de R\$ 142.140,00 (cento e quarenta e dois mil, cento e quarenta reais).

8. Verificamos por amostragem os controles internos dos Projetos de Pesquisa no Câmpus Goiânia Oeste.

9. Verificamos por amostragem os controles internos dos Projetos Pedagógicos nos Câmpus: Anápolis, Jataí, Goiânia, Goiânia Oeste e Uruaçu.

10. Auxílio Transporte: Foi verificado por amostragem no Câmpus Goiânia.

11. Folhas de Pagamento: foram analisadas por amostragem as folhas de pagamento dos três câmpus discriminados abaixo:

- Jataí → 56 servidores;
- Goiânia → 188 servidores;
- Goiânia Oeste → 39 servidores.

12. Analisamos por amostragem 132 (cento e trinta e dois) processos do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos (PROCAP) no valor total de R\$ 182.626,12 (cento e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte seis reais e doze centavos). No Câmpus Anápolis, foram verificados 45 (quarenta e cinco) processos totalizando R\$ 42.999,56 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos); no Câmpus Jataí, foram 18 (dezoito) processos totalizando R\$ 33.136,22 (trinta e três mil, cento e trinta e seis reais e vinte e dois centavos); no Câmpus Goiânia, foram 60 (sessenta) processos no total de R\$ 88.993,87 (oitenta e oito mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos) e no Câmpus Uruaçu foram 09 (nove) processos no valor total de R\$ 17.496,47 (dezessete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

13. Frequência dos servidores: A frequência foi analisada por amostragem nos Câmpus Goiânia, Goiânia Oeste e Anápolis.

14. Jornada de Trabalho dos Servidores Docentes: O trabalho dos docentes foi examinado por amostragem nos Câmpus Goiânia, Goiânia Oeste, Uruaçu e Anápolis.

15. Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP: Foi analisada por amostragem a utilização do módulo Protocolo na Reitoria e nos Câmpus Goiânia, Jataí e Goiânia Oeste.



16. Verificamos a legalidade e formalidade dos processos licitatórios procurando possíveis impropriedades, assim como, a execução dos contratos. Foram examinados 20 (vinte) processos licitatórios no valor total de R\$ 46.815.312,12 (quarenta e seis milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e doze reais e doze centavos), sendo: 08 (oito) pregões, 03 (três) dispensas, 03 (três) inexigibilidades, 05 (cinco) adesões e 01 (uma) concorrência. O valor total analisado representa 66,03% montante previsto no orçamento.

17. Na execução de contratos, foram analisados 11 (onze) processos de pagamento no valor total de R\$ 676.941,62 (seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos). A AUDIN utilizou como as variáveis de relevância, materialidade e criticidade na seleção das amostras.

18. Em referência à Assistência ao Estudante de Ensino de Graduação e Técnico (Bolsas de auxílio ao estudante – apoio técnico, auxílio estágio), verificamos a existência de normas para seleção de bolsistas por tipo de bolsas e o cumprimento das etapas de cadastro e registro de frequência. Igualmente, foram averiguados os processos de pagamento e outras formalidades.

Foram analisados 127 (cento e vinte e sete) processos no valor total de R\$ 1.579.024,28 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), representando 2,71% do orçamento, conforme detalhado abaixo:

- 38 (trinta e oito) processos de alimentação, permanência e transporte no valor total de R\$ 861.985,00 (oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais);
- 37 (trinta e sete) processos de monitoria e estágio no valor total de R\$ 305.709,28 (trezentos e cinco mil, setecentos e nove reais e vinte e oito centavos);
- 52 (cinquenta e dois) processos de visitas técnicas no valor total de R\$ 145.170,00 (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta reais);
- 20 (vinte) processos de Proeja totalizando R\$ 266.160,00 (duzentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta reais).

19. Na avaliação da Gestão do Uso do Cartão Corporativo, realizamos, por amostragem, a avaliação das concessões de suprimentos de fundos por meio da utilização dos cartões de pagamentos atualmente em uso no Câmpus Goiânia. Sua utilização está em consonância com os Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008. O valor total examinado foi de R\$ 41.120,00 (quarenta e um mil, cento e vinte reais).

20. Despesas de Exercícios Anteriores: Examinamos um total de 31 (trinta e um) processos, sendo que, 18 (dezoito) são inerentes à progressão funcional, 04 (quatro) de adicional de insalubridade, 02 (dois) sobre ressarcimento de plano de saúde, 06 (seis) de incentivo à



qualificação, e 01 (um) que trata de diferenças salariais. O montante dos processos verificados foi de R\$ 35.107,10 (trinta e cinco mil, cento e sete reais e dez centavos).

21. Bens móveis e imóveis: O imobilizado foi examinado por amostragem e realizado mediante trabalho de campo, sendo que ocorreu nos Câmpus: Goiânia, Anápolis e Goiânia Oeste. Foram verificados o funcionamento do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, o controle dos bens e os termos de responsabilidade, maquinários comprados e que não estão em funcionamento, locação de espaço público, conservação e manutenção dos bens imóveis.

22. Educação a Distância (EAD): Foram avaliados os Controles Internos da EAD.

23. A utilização da Logomarca atualizada foi verificada na Reitoria e nos Câmpus: Anápolis, Jataí, Goiânia e Goiânia Oeste.

24. Processos Seletivos: Foram analisados no final de dezembro, com emissão de relatório em novo exercício, portanto, comporá o RAINT de 2016.

II - Ações previstas e não realizadas no exercício de 2015

As ações abaixo estavam previstas no PAINTE 2015, contudo não puderam ser realizadas devido à greve de servidores ocorrida de 28/05 a 08/10/15 e pelo afastamento de uma servidora do setor que esteve de licença por dois meses.

1. Acompanhamento da movimentação de pessoal (admissões, vacâncias, aposentadorias e pensões);
2. Análise dos pagamentos de assistência médica e odontológica;
3. Verificação do acúmulo de cargos e funções públicas;
4. Análise do uso do Cartão BB Pesquisa. Especialmente nessa ação, o motivo da não verificação foi em decorrência da dilatação do prazo para a prestação de contas dos servidores que obtiveram os recursos para as pesquisas. O novo prazo foi definido pela Pró-Reitoria de Administração e os servidores têm até o dia 15/03/2016 para finalizarem a prestação de contas. Portanto, este trabalho de auditoria ocorrerá no exercício de 2016.

III – Trabalhos realizados sem previsão no PAINTE

Foram efetuadas análises da utilização da Logomarca pelos câmpus e Reitoria, pelo motivo de vários documentos utilizados estarem com a marca antiga ou alterada, prejudicando o reforço da imagem da Instituição, confundindo o público interno e externo sobre qual a logomarca correta, além de não produzir boa leitura da marca pela desproporcionalidade em muitos casos. O tempo de



execução despendido nessa atividade foi pequeno e o resultado foi satisfatório, com melhoria considerável na utilização da logomarca correta pela Instituição.

IV – Fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização de auditorias

Os eventos que causaram impacto no trabalho da Auditoria Interna no exercício de 2015 foram os seguintes:

- A greve dos servidores ocorrida de 28/05 a 08/10/15 e a licença médica de uma servidora da Audin. Esses fatos prejudicaram a execução integral do PAINT;
- A elaboração do manual de auditoria interna foi um episódio significativo, uma vez que subsidia e orienta os servidores integrantes do setor.

V – Ações de capacitação realizadas

Atividade	Participação	Período
Participação na edição do Fórum de Auditores Internos das Instituições de Ensino vinculadas ao ministério da Educação – FONAI/Tec.	Participação dos servidores José Augusto Costa e Dean Mardem	08 a 11 de Junho
I Workshop – COET/IFs: Moralidade e conduta ética nos IFs Goiás e Goiano, promovido pela Comissão de Ética do IFG.	Participação do servidor Dean Mardem	04 de dezembro
Capacitação técnica profissional da equipe de auditoria por meio do curso Contabilidade Pública para Auditorias Internas, realizado pela CGU-Go.	Participação dos servidores Dean Mardem, José Augusto Costa e Márcia Sotério de Oliveira	07 a 09 de dezembro

Quadro 37: Ações de capacitação

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IFG mantém atualizados os dados no Sistema CGU/PAD, onde todas as informações relacionadas às atividades de correição e apuração de ilícitos podem ser acompanhadas pelos órgãos de controle externo.

Gestão de riscos e controles internos

Os controles internos avaliados na Instituição pela Unidade de Auditoria Interna abrangeram os processos pedagógicos e de pesquisa, funcionamento da educação à distância – EAD e a jornada de trabalho dos servidores docentes. Os controles apresentaram um aprimoramento tendo como referência os dois exercícios anteriores. Esse processo evolutivo foi motivado pela atuação das Pró-



Reitorias envolvidas, que são respectivamente: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).

Os controles internos estabelecidos pela PROEN evidenciaram melhorias consideráveis, tendo em vista que a maioria dos cursos constituíram os núcleos docentes estruturantes e estes provaram que estão atuantes, pois fizeram revisão dos projetos, ementas e bibliografias. Como exemplo, fazemos alusão a dois NDEs que se destacaram: o do curso de Dança do Câmpus Aparecida de Goiânia, que revisou e solicitou alteração da Matriz Curricular e o de Engenharia Ambiental do Câmpus Goiânia que fez indicações adequando o projeto às exigências legais para o reconhecimento do curso.

Constatamos que houve melhorias nas atualizações das portarias, especialmente quanto aos coordenadores e às comissões instituídas, que são a de permanência e êxito e a de diagnóstico dos cursos de tempo integral.

Outra melhoria importante foi à criação de um fluxo de processos para os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), que resumidamente tem a seguinte estrutura: Câmpus → Proen → Câmara de Ensino → Conepex → Conselho Superior.

A Proen elaborou o manual do ENADE que diminuiu os erros de registro dos dados, acelerou os processos e otimizou os prazos. Criou o Guia DAA, que pode ser acessado por qualquer servidor, que orienta os procedimentos administrativos em relação ao Q-Acadêmico. Ainda implementou a orientação de procedimentos para Comissão de Avaliação do INEP/MEC in loco.

A Proen instituiu o Sistema Visão no início do exercício de 2015, que ampliou a transparência para a gestão. O software permite informações em tempo real de alunos para cursos, evasões, diário de aulas, frequência de alunos e carga horária dos docentes. Ampliou o leque de consultas sobre diversos relatórios acadêmicos, atualmente emite 38 (trinta e oito) relatórios diferentes. O sistema é integrado em tempo real com o Q-Acadêmico, com o SUAP e importa dados do SISTEC.

No que se refere à Educação a Distância (EAD), também ocorreram melhorias nos controles internos com a implementação de relatórios de avaliação de desempenho e padronização de procedimentos, como o de desligamento de bolsistas. A diretoria da EAD elaborou o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos cursos à distância, que foi enviado à Câmara de Ensino para aprovação.

Com relação à jornada de trabalho dos servidores docentes, os controles internos apresentaram fragilidades nos procedimentos de entrega de documentos e comprovação da pontuação. Os relatórios finais não foram elaborados pelos docentes nos câmpus auditados, entretanto, a Prodi atuou com o objetivo de elidir os problemas, providenciando o software Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Atividades (SA3), que permitirá cumprir o previsto na Resolução nº 08/2014, que determina que a progressão somente aconteça se o servidor for aprovado na avaliação de desempenho e tiver apresentado o plano de trabalho. O sistema deverá entrar em funcionamento no ano de 2016.

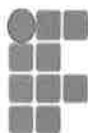


Os controles internos dos projetos de pesquisa demonstraram melhoria considerável nos procedimentos administrativos, principalmente após a implementação do Software Plataforma de Gestão Eventos, que ocorreu em março de 2015. Com isso, adveio a redução da quantidade de arquivos em papéis e agilidade nos processos. O sistema propicia a consulta a qualquer tempo pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e pelos Câmpus.

De modo geral, na análise dos controles internos foi possível verificar algumas situações de fragilidades, mas que foram aprimoradas por meio da melhoria de procedimentos adotados, corroborando de forma estratégica com o processo de reportar dados e informações confiáveis aos gestores.

Com relação à gestão de riscos, o IFG iniciou um trabalho de forma incipiente por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, onde foram estabelecidos os riscos envolvidos nas aquisições do setor e a melhor forma de mitigá-los. Nessa perspectiva, a Unidade de Auditoria Interna está trabalhando para que, no exercício de 2016, seja implantada na Instituição a Auditoria Baseada em Riscos (ABR), com o objetivo de mensurar e priorizar os riscos para oportunizar a evidenciação nas ações e programas auditáveis com maior relevância. Com isso, haverá uma evolução da análise do sistema de controle para a gestão do risco, havendo essencialmente a mudança do foco, que deixará de ser no passado e passará a ser no futuro, o que agregará mais valor ao IFG.

A implantação da ABR assegurará a colaboração direta para a obtenção dos objetivos organizacionais e atingimento das metas e, da mesma forma, propiciará à Instituição a implementação gradativa da gestão de riscos.



5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso do cidadão

O IFG oferece canais permanentes de acesso do cidadão à Unidade Jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias ou sugestões, são eles: Carta de Serviços ao Cidadão, Serviço de Informação ao Cidadão, Ouvidoria, Comissão de Ética e Comissão Própria de Avaliação.

Ouvidoria

Como instância de controle e participação social, a ouvidoria visa assegurar aos cidadãos o direito de participar da gestão da Administração Pública, quer seja através de reclamações, solicitações, denúncias, sugestões ou elogios.

Em 2015, foi aprovada a regulamentação da Ouvidoria do IFG, que será implantada em 2016, como órgão interno vinculado à Reitoria, dotada de autonomia na sua atuação e com independência de seu titular, com mandato de 2 (dois) anos, nomeado pelo Reitor.

O Ouvidor atuará como mediador dos interesses institucionais do IFG junto à sua comunidade interna e aos setores da comunidade externa e terá como objetivo funcional o controle social sobre a atuação institucional do IFG e o acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico e dos indicadores de avaliação do Instituto. Caberá à Ouvidoria também ser o órgão de esclarecimento e elucidação dos questionamentos sobre a atuação do IFG em todos os seus setores.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi instituído no IFG no ano de 2012, atendendo ao disposto na Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que tem como princípio que as informações produzidas e armazenadas no serviço público são da sociedade e obriga, dentro da transparência ativa, que os órgãos públicos criem o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para atender e orientar o público quanto ao acesso às informações. A Lei também determina prazo limite de até 20 (vinte) dias prorrogáveis por mais 10 (dez) dias para os órgãos públicos responderem a pedidos de informação.

No IFG as informações podem ser solicitadas pessoalmente na sala do SIC, que funciona no prédio da Reitoria situado na Av. Assis Chateaubriand, nº 1658, Setor Oeste, Goiânia/GO; por telefone, por meio do número (62) 3612-2222; por e-mail, com envio de mensagem simples ou do formulário próprio do IFG para sic@ifg.edu.br; ou pelo Sistema de Informação e-SIC, no link <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.



O SIC conta atualmente com 1 (um) servidor responsável pelos atendimentos e uma autoridade de monitoramento, tendo realizado no ano de 2015 um total de 1.304 (um mil, trezentos e quatro) atendimentos, que tiveram todos os prazos de resposta rigorosamente cumpridos, empregando-se um prazo médio de resposta de 11,58 dias no e-SIC.

Para facilitar o acesso ao usuário, há um banner com a logomarca do SIC na página inicial do sítio do IFG: www.ifg.edu.br. Basta que o usuário clique no banner para ser direcionado para a página do SIC.

Meses	e-mail SIC/IFG	e-SIC (Sistema/CGU)	Telefone SIC/IFG: (62) 3612-2222	Total
Janeiro	35	06	68	109
Fevereiro	46	03	71	120
Março	18	08	74	100
Abril	23	04	69	96
Maiο	29	05	68	102
Junho	12	07	74	93
Julho	15	09	75	99
Agosto	16	06	73	95
Setembro	18	04	77	99
Outubro	45	11	92	148
Novembro	48	09	90	147
Dezembro	18	04	74	96
Total de Consultas	323	76	905	1304

Quadro 38: Consultas ao Serviço de Informação ao Cidadão – 2015

Fonte: Assessoria de Relações Institucionais/IFG

O Balanço de Atividades dos anos de 2013 e 2014, de onde foram extraídas as informações apresentadas no Quadro 39, estão disponíveis no link:

<http://www.ifg.edu.br/sic/images/arquivos/SIC/planilha%20sic.pdf>.

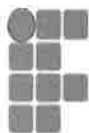
ATENDIMENTOS DO SIC		
CONSULTAS	2013	2014
e-mail institucional	308	204
e-SIC / CGU	91	75
Telefone do SIC	819	988
Total	1248	1267

Quadro 39: Atendimentos do SIC nos anos 2013 e 2014

Fonte: Balanço de Atividades SIC

Comissão de Ética

As comissões de ética têm por finalidade zelar pela aplicação do Código de Ética Profissional do Servidor Público, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, devendo apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com as normas éticas estabelecidas, além



de recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da instituição, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e comportamento ético.

Integrante do Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal, Decreto nº 6.029, de 1 de fevereiro de 2007, e vinculada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, a Comissão de Ética do IFG goza de plena autonomia em relação aos dirigentes da Instituição.

A Comissão de Ética do IFG conta com uma sala exclusiva localizada no Anexo da Reitoria, Rua T-46 com Rua R-17, Setor Oeste, Goiânia-GO, onde a Comissão, composta por 3 (três) membros titulares, 3 (três) suplentes e uma secretária-executiva, se reúne ordinariamente uma vez ao mês, e, extraordinariamente, sempre mediante convocação do seu presidente, para apreciar e responder as consultas recebidas, examinar e pronunciar-se sobre representações e denúncias, fazer oitivas, fornecer orientações e planejar suas ações educativas. Na página eletrônica do IFG é possível acessar informações diversas acerca da Comissão de Ética no link <http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica>.

O contato com a Comissão de Ética, qualquer que seja a sua finalidade, deve ser feito por meio do endereço eletrônico etica@ifg.edu.br ou pelo telefone (62) 3251-5861 ou, ainda, pessoalmente, mediante agendamento prévio. O horário de funcionamento da Secretaria Executiva é de segunda à sexta, das 7h às 13h. O portal do IF disponibiliza um modelo de Formulário de Denúncia no link: <http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica/denuncia>.

A demanda de processos protocolados na Comissão de Ética está apresentada a seguir:

ANO	DEMANDAS RECEBIDAS	PROCESSOS FINALIZADOS	PROCESSOS EM ANDAMENTO
2015	05	03	02
2014	06	05	01
2013	03	03	00

Quadro 40: Demanda de Processos na Comissão de Ética do IFG

Fonte: Comissão de Ética.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é uma comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição. A atual Comissão foi eleita em 2014, conforme Portaria nº 2235, sendo composta por representantes de servidores docentes, técnico-administrativos e discentes.

A avaliação interna, ou autoavaliação, tem o propósito de promover uma cultura de avaliação no IFG que possa retratar o compromisso institucional em benefício da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Para tanto, a pesquisa se utiliza de questionários e é direcionada tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral. Os questionários buscam retratar a realidade da Instituição no intuito de contribuir para a melhoria do desempenho



institucional nas suas áreas de atuação, como a elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a otimização das condições de trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos e a prestação de melhores serviços à comunidade interna e externa.

Devido à característica multicâmpus do IFG, a CPA conta com o apoio de Subcomissões de Avaliação constituídas nos câmpus da Instituição, exceto nos câmpus recém-implantados (Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás). As Subcomissões de Avaliação atuam sob coordenação geral, acompanhamento e supervisão da CPA, auxiliando-a em todo o processo de avaliação interna e elaborando os Relatórios Parciais de Avaliação de cada câmpus/Reitoria.

O acesso à CPA pode ser feito por meio do telefone (62) 3240-7750; pessoalmente no Anexo da Reitoria, localizado na Rua T-46 com Rua R-17, Setor Oeste, Goiânia-GO; ou por meio do link <http://www.ifg.edu.br/cpa/>.

Consultas Públicas

Uma prática que vem se consolidando no IFG é a realização de consultas públicas como mecanismo de participação da comunidade. Em 2015 foram realizadas as seguintes consultas:

- Regulamento da Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) – antes da aprovação, a minuta passou por um processo de discussão e debate em todos os câmpus do IFG, entre os membros da comissão provisória e as comunidades das unidades, além de consulta pública on-line no portal da Instituição. Servidores e alunos puderam enviar suas sugestões para o endereço eletrônico cppir@ifg.edu.br.
- Regulamento da Ouvidoria da Instituição – a comunidade acadêmica do IFG pode contribuir com a minuta de regulamento da Ouvidoria da Instituição. O documento foi colocado sob consulta pública para garantir a participação da comunidade na definição do regulamento por meio do link <http://www.ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/89747-ouvidoria-ifg>. Servidores e alunos participaram enviando suas sugestões para o e-mail ouvidoria@ifg.edu.br.
- Documentos relacionados à pesquisa no IFG – a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) pode opinar a respeito de dois documentos: o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibicti) e a Norma para o credenciamento do IFG junto à Funape. Os dois documentos estiveram disponíveis na página da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), no link: <http://www.ifg.edu.br/proppg/index.php/regulamentosem-discussao>. Os interessados em opinar sobre o Regulamento do Pibicti puderam enviar suas



contribuições para o e-mail: pibicti@ifg.edu.br. e as contribuições à Norma para o credenciamento do IFG junto à Funape para o e-mail: fundacao@ifg.edu.br.

- Política de Assistência Estudantil – para garantir a participação da comunidade acadêmica na definição das políticas de assistência aos estudantes e dos programas a serem desenvolvidos para sua implementação, foi disponibilizada a consulta pública da minuta da Política de Assistência Estudantil. A elaboração da minuta teve como base as diretrizes para a assistência estudantil estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto nº 7.234/2010 e executado pelo Ministério da Educação. Para participar, foi disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) o formulário eletrônico <https://docs.google.com/forms/d/1Rp2TjQ5Mxt8GirFmXFW8yE3mtVhOG8VtkJLZgTUwT-w/closedform>.

Redes Sociais

As redes sociais também têm sido utilizadas como mecanismo de participação da comunidade. Os endereços disponibilizados são:

- IFG no *Twitter*: IFG_Goias;
- IFG no *Facebook*: IFG.oficial;
- IFG no *Instagram*: ifg_oficial.

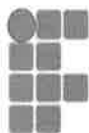
Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFG, instituída em atendimento ao Decreto Presidencial nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem por objetivo informar quais os serviços prestados pela Unidade Jurisdicionada, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Como documento obrigatório para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, que prestam serviços diretamente ao cidadão, o IFG disponibiliza, a partir de sua página inicial, o link www.ifg.edu.br/index.php/carta-de-servicos para sua Carta de Serviços ao Cidadão.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Comissão Própria de Avaliação (CPA)



A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição. Ela é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também por representantes da sociedade.

Atualmente a CPA é composta por sete membros titulares, eleitos conforme regulamento e nomeados por ato do Reitor por meio da Portaria IFG nº 2235/2014. Nessa representação é garantida a presença de servidores docentes e técnicos administrativos, dos discentes e de membros da sociedade civil organizada.

A fim de monitorar e avaliar o desempenho do IFG, a CPA disponibilizou em dezembro questionários distintos de autoavaliação institucional referente ao ano de 2015. O acesso aos questionários foi realizado por meio de link aberto. Todos os formulários empregados estiveram à disposição da comunidade no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/cpa/questionarios>.

A última autoavaliação realizada pelo IFG contou com 1.373 participantes, entre discentes, docentes, Técnicos, Comunidade externa e Gestores e buscou avaliar a Reitoria e os câmpus da instituição a partir das 10 dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cuja síntese dos resultados obtidos, extraída do Relatório de Gestão 2014, é apresentada a seguir.

DIMENSÃO 1 – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A pesquisa com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação. Avaliaram-se os Documentos Institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso – PPC, Regulamento do TCC, Regulamento de Atividades Complementares, Matrizes Curriculares dos Cursos), e os resultados apontaram que a maioria considera os Documentos Institucionais adequados, exceto quanto ao Regulamento do TCC, considerado adequado por apenas 35%.

DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação.

Para os discentes, os documentos institucionais avaliados (Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso – PPC, Divulgação do Regulamento do TCC, realização de atividades complementares, facilidade de realização de estágio, realização de visitas técnicas, atuação da monitoria, expectativas do aluno referentes ao curso) são adequados.

Sobre a atuação dos docentes nas disciplinas técnicas (Apresentação do Plano de Ensino; Planejamento de aulas; domínio do conteúdo; clareza; disponibilidade para atendimento; metodologias de ensino; processo de avaliação da aprendizagem; relação professor/aluno; desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado), os discentes se mostraram muito satisfeitos com a atuação docente.



A respeito da atuação docente nas disciplinas do núcleo comum (apresentação do plano de ensino; planejamento das aulas; domínio do conteúdo; disponibilidade para atendimento; metodologia de ensino; processo de avaliação da aprendizagem; relação professor/aluno; desempenho e interesses na orientação de TCC ou estágio supervisionado), a maior parte dos discentes considera adequada, exceto no aspecto desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado, que a maioria (36,41%) desconhece ou considera adequado (28,1%).

Quanto à extensão na perspectiva dos docentes (viabilização de projetos), a maioria (43,06%) considera adequada.

Quanto à pesquisa na perspectiva dos docentes (incentivo à iniciação e produção científica, divulgação de trabalhos científicos, condições para orientação de trabalho de conclusão de curso ou pesquisa, auxílio para a participação em eventos científicos), a maioria considera adequada, exceto no aspecto condições para orientação de trabalhos de conclusão de curso ou pesquisa, em que a maioria (30,53%) considera pouco adequado, adequado (28,42%) ou inadequado (23,16%).

Quanto à extensão na perspectiva dos gestores, a maioria considera a divulgação dos cursos pouco adequada (31,25%) ou adequada (28,12%) e a qualidade dos cursos adequada (37,50%) ou muito adequada (34,38%). Ainda quanto à qualidade dos cursos, parte considerável (15,62%) desconhece.

DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa realizada com servidores técnico-administrativos, comunidade externa, docentes e gestores. Avaliaram-se as Bibliotecas, os serviços e atendimento e a extensão.

Os periódicos e revistas especializadas são considerados pouco adequados na maioria dos câmpus pesquisados, exceto em Formosa e Itumbiara, onde são considerados adequados.

O Acervo é considerado pela maioria como muito adequado no Câmpus Goiânia, pouco adequado nos Câmpus Anápolis e Uruaçu, e adequado nos demais.

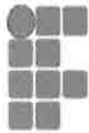
O atendimento aos usuários e o horário de atendimento são considerados adequados em todos os câmpus pesquisados.

A Informatização é considerada pela maioria pouco adequada nos Câmpus Inhumas, Goiânia e Itumbiara, adequada nos Câmpus Formosa, Anápolis, Uruaçu e Jataí, e muito adequada no Câmpus Luziânia.

DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos, discentes do ensino superior e pós-graduação, docentes e gestores, onde foram avaliados o site do IFG, a Coordenação de Comunicação Social dos câmpus e Reitoria e a Direção-Geral dos câmpus.

O Q-Acadêmico foi o aspecto com opiniões mais divididas, é considerado de plenamente adequado a adequado por 15-56% dos técnicos, 59-91% dos discentes e 46-68% dos docentes, embora a porcentagem que o considera pouco adequado ou desconhece também seja alta. Os



demais aspectos (confiabilidade das informações, atualização das informações, acessibilidade das informações e layout das páginas) são considerados adequados pela maioria.

DIMENSÃO 5 – AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Essa pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos e docentes.

A maioria dos servidores do IFG possui escolaridade de nível superior e especialização. Quanto aos aspectos referentes à pesquisa (incentivo à iniciação e produção científica; divulgação dos trabalhos; auxílio participação em eventos e incentivo à qualificação), a maioria considera os programas do IFG adequados. Grande parte dos docentes informa que a Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS) desenvolve um trabalho adequado.

DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa junto aos servidores técnico-administrativos, docentes, discentes do ensino superior e pós-graduação, gestores e comunidade externa. Nesse item, foram avaliados o Organograma, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quanto ao Gabinete da Reitoria nos aspectos de Relação com o Servidor, presteza na solução das demandas, transparência e atuação, a maioria o considera adequado. Destaca-se ainda que, entre os discentes, o percentual que informa desconhecer a estrutura institucional é alto, variando de 31% a 100% dependendo do câmpus pesquisado.

DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

Pesquisa junto aos servidores técnico-administrativos, Comunidade Externa, discentes do Ensino Superior e Pós-graduação, docentes e gestores. Neste item foram avaliadas as diversas instalações físicas.

A maioria dos usuários considera os aspectos (acessibilidade, ventilação, nível de ruído, mobiliário, limpeza e iluminação) adequados ou muito adequados. Dentre as exceções destacam-se por registrarem avaliações negativas: a iluminação nos Câmpus Formosa, Luziânia e Itumbiara; Anápolis; o mobiliário e a ventilação e nível de ruído no Câmpus Jataí; e a ventilação no Câmpus Uruaçu.

DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Pesquisa realizada junto aos servidores técnico-administrativos, Comunidade Externa, discentes do ensino superior e pós-graduação, docentes e gestores.

Analisou-se o método de avaliação na perspectiva dos técnico-administrativos (assiduidade e pontualidade; relação técnico/professor; relação técnico/aluno; relação com a comunidade externa; relação técnico/terceirizado), dos discentes de curso superior (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores; realização ou participação de atividades acadêmicas; relação



aluno/servidor; relação aluno/terceirizado), dos docentes (assiduidade e pontualidade; relação teoria/prática em suas disciplinas; utilização de metodologias de ensino; relação professor/técnico; relação professor/aluno; relação com terceirizados) e dos gestores (assiduidade e pontualidade; relação com os técnicos; relação com os alunos; relação com os docentes; relação com os terceirizados). Em todos os aspectos e para todas as categorias, o resultado obtido foi adequado ou muito adequado.

DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A pesquisa junto aos discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação e docentes, avaliando a Biblioteca (espaço físico, informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo e periódicos e revistas especializadas) e a extensão (viabilização dos projetos). Os aspectos relativos às bibliotecas são considerados adequados pela maioria dos discentes. A extensão é informada como muito adequada na perspectiva dos docentes.

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O orçamento do IFG é provido pela União, fato que limita e restringe as intervenções e ações da Instituição. A sustentabilidade financeira é tratada pelo PDI 2012/2016 em seu item 1.4, o qual considera que “[...] a autonomia financeira assume uma dimensão particular na medida em que incorpora a característica da participação da comunidade da Instituição”, por este motivo os avaliados não souberam avaliar o item.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Boletim de Serviço

O Boletim de Serviço do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, previsto na Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966, é destinado a dar publicidade às Portarias emitidas pelo Gabinete da Reitoria e está disponível no link: <http://www.ifg.edu.br/gdrh/index.php/boletim>.

As portarias, que são os atos oficiais da Instituição e dizem respeito a assuntos, tais como nomeação de servidores, designação de funções, formação de comissões e grupos de trabalho, afastamentos, mudanças de cargo, substituições de férias, designação de físicos de contratos, dentre outros, têm sua atualização feita semanalmente no Boletim de Serviço.

Além da facilidade de manuseio do arquivo digital, a disponibilização do Boletim de Serviço permitiu ao Gabinete da Reitoria reduzir de 5 (cinco) para 3 (três) o número de vias impressas para cada portaria. Em 2015, foram publicadas 2.383 (duas mil, trezentas e oitenta e três) portarias, e, com tal procedimento, houve uma redução de cerca de 40% de gastos com papel, além de redução do uso da impressora e energia elétrica, contribuindo significativamente para o meio ambiente na proposta da Campanha IFG sustentável.



Atos do Conselho Superior (CONSUP)

Os documentos aprovados em reuniões do Conselho Superior, a exemplo de atas e resoluções, também passam a contar com a ferramenta de busca, que permitirá ao interessado a localização de palavras-chave nos documentos. O acesso pode ser feito, respectivamente para atas e resoluções, por meio dos seguintes links: <http://www.ifg.edu.br/index.php/atas> e <http://www.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>.

Além dos documentos citados, as reuniões do CONSUP são disponibilizadas em tempo real por meio de videoconferência. Posteriormente, o interessado em assistir ou rever alguma reunião do CONSUP, pode fazê-lo acessando o link: <http://www.ifg.edu.br/index.php/videos>.

Atos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex)

As atas das reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex) também contam com a ferramenta de busca, que permitirá ao interessado a localização de palavras-chave nos documentos, por meio do link: <http://www.ifg.edu.br/index.php/atasens>.

Caso haja interesse em assistir às reuniões do Conepex pode-se solicitar a disponibilização da gravação diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Relatório anual de atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação disponibiliza no link <http://www.ifg.edu.br/proppg/index.php/relatoriosatividades> um relatório em que são apresentadas suas atividades desenvolvidas, relacionadas à Diretoria de Pesquisa e Inovação, incluída aí o Centro de Inovação Tecnológica, a Diretoria de Pós-Graduação, a Coordenação da Editora IFG e a Coordenação-Geral de Bibliotecas.

Prestação de contas da Unidade Jurisdicionada

Os Relatórios de Auditoria Anual de Contas e os Relatórios de Gestão do IFG estão disponíveis para consulta no link <http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao>.

Portal Web do IFG

O Portal do IFG é o principal meio de comunicação com os públicos interno e externo. Neles são publicadas as informações institucionais e as notícias jornalísticas a respeito dos acontecimentos importantes da Instituição.

O acesso pode ser feito por meio do link www.ifg.edu.br, ou dos links específicos listados a seguir:

TEMA	LINK
Auditoria Interna	http://www.ifg.edu.br/sic/index.php/auditoria
Carta de Serviços ao Cidadão	http://www.ifg.edu.br/index.php/carta-de-sevicos



Comissão de Ética	http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica
Comissão Própria de Avaliação	http://www.ifg.edu.br/cpa
Documentos Institucionais	http://www.ifg.edu.br/index.php/instituicao
Plano de Desenvolvimento Institucional	http://www.ifg.edu.br/index.php/pdi
Prestação de Contas	http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao
Relatórios de Gestão	http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao/158
Serviço de Informação ao Cidadão	http://www.ifg.edu.br/sic

Quadro 41: Endereços eletrônicos do IFG

Fonte: Assessoria de Relações Institucionais/IFG

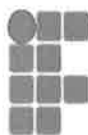
Implantação do sistema GUIA/DAA

O Sistema GuiaDAA, implantado em 2015, reúne orientações, manuais, tutoriais, referências rápidas e informações detalhadas sobre conceitos e procedimentos que envolvem as atividades da Diretoria de Administração Acadêmica e da Coordenação de Registro de Diplomas da Pró-Reitoria de Ensino do IFG. O sistema GuiaDAA pode ser acessado por meio do endereço: <http://guiadaa.ifg.edu.br>. Atualmente, o sistema possui 19 categorias e aproximadamente 65 artigos que documentam algum procedimento específico, listados a seguir:

- Acadêmico Web;
- COSIEE;
- CRD – Reitoria;
- Calendário Acadêmico;
- Colação de Grau;
- ENEM;
- EaD;
- Manual do Q-Acadêmico;
- Matrícula;
- Mobilidade Acadêmica;
- Módulo de Diplomas;
- Perda de Vaga;
- Posse de Diários;
- Preparação do Início e Fim de Período;
- SISTEC;
- Sistema Acadêmico;
- Solicitação de Documentos pelo Aluno via Web;
- Transferência Discente;
- VisãoIFG.

Desenvolvimento do sistema de solicitação de documentos para as CoRAEs





O sistema para solicitação de documentos para as CoRAEs foi implementado utilizando o Limesurvey, que é a plataforma de questionários on-line utilizada pelo IFG. Com este sistema o aluno poderá solicitar um documento (por exemplo, declaração de matriculado e, frequentando, declaração de matrícula no período, histórico parcial, etc.) para a CoRAE e buscar o documento após um período pré-estabelecido.

O sistema para solicitação de documentos para as CoRAEs é útil para minimizar os atendimentos presenciais para as solicitações desse tipo de demanda. O sistema foi desenvolvido no segundo semestre de 2015. O sistema no contexto de Goiânia pode ser acessado em: <http://limesurvey.ifg.edu.br/index.php/699792>.

Sistema Acadêmico - Q-ACADÊMICO

É um Sistema de Gestão Acadêmica integrada que foi projetado para administrar os mais diversos setores e departamentos das instituições de ensino. Pode controlar os câmpus de forma centralizada, com controles individuais para cada unidade e suas gerências de ensino.

O Q-Acadêmico, disponível no link <http://academicoweb.ifg.edu.br/>, possui também o módulo Web, que permite ao estudante ter acesso às suas notas, frequência, horário individual, download de materiais de aula disponibilizados pelos professores, matrizes curriculares, conteúdo programático das disciplinas, informações como ofertas de estágio, histórico escolar, aprovação ou dependência, consulta de manuais, renovação de matrícula, dentre outras informações sobre sua vida acadêmica.

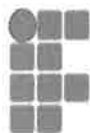
Além dos alunos e professores, também podem acessar o sistema os pais de alunos, empresas, técnico-administrativos e egressos da Instituição.

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

O IFG utiliza o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), que tem por objetivo a informatização dos processos administrativos do Instituto, facilitando assim a gestão da Instituição. O sistema tem a característica de ser modular e de permitir a seleção dos módulos que serão utilizados pela Instituição.

Para sua utilização é necessária a validação de um identificador único, de modo a permitir a identificação de alunos, por meio do número de matrícula acadêmica; de servidores, por meio de seu número SIAPE; e os prestadores de serviço, o número do CPF. A esse identificador único é atrelado a uma senha, a ser cadastrada por cada aluno, servidor e prestador de serviço, sendo que a senha deverá obedecer à política de segurança e ao disposto pelo Comitê Gestor de Segurança Institucional.

O identificador/senha permite ao usuário do sistema o acesso por meio de computadores, tablets e smartphones de qualquer lugar, a qualquer momento, uma vez que consiste em um sistema online, via web.



O SUAP é integrado com as bases do Governo Federal, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

O Sistema permite às instituições a utilização dos módulos de RH, Protocolo, Ponto Eletrônico, Almoxarifado, Patrimônio, Controle de Frota, Assistência Estudantil, Planejamento, Contratos, Compras e Requisição de Material, Controle de Ambientes, Emissão de Crachás, dentre outras funcionalidades.

O Sistema também apresenta indicadores de recursos humanos importantes para a gestão, a exemplo da classificação de servidores ativos permanentes, aposentados e servidores em outras condições, a exemplo dos cedidos a outras instituições.

Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas

Em 2015, as bibliotecas do IFG passaram a utilizar um novo sistema de gerenciamento: o Sophia. O novo software será utilizado por todas as bibliotecas da Instituição com o objetivo de padronizar o tratamento e o compartilhamento da informação, proporcionando maior segurança à recuperação dos dados, além de melhor acesso e uso por parte dos usuários.

Por meio do software Sophia, serão disponibilizados aos estudantes e servidores diversos serviços, como envio de informações de acordo com o perfil do usuário; consulta ao acervo; empréstimo/renovação via terminal web; realização de pesquisas com os usuários como forma de avaliar, aprimorar e ampliar os serviços das bibliotecas.

O acesso ao sistema é feito pelo link www.biblioteca.ifg.edu.br. A partir desse endereço, os usuários poderão realizar pesquisas, renovações, reservas e sugestões para aquisição de obras, além de visualizar histórico de circulação, avaliar os materiais informacionais e receber mensagens das bibliotecas pelo terminal web e por e-mail.

Para utilizar os serviços, os usuários deverão utilizar as credenciais IFG-ID: <http://www.ifg.edu.br/dti/ifg-id>. O Sophia está integrado com o Q-Acadêmico e o SUAP, o que permite a sincronização dos usuários com o sistema. Assim, a partir do momento em que o discente ou o servidor for cadastrado, ele estará automaticamente apto a usar o Sophia.

Conselhos de Câmpus (Concâmpus)

O Conselho de Câmpus – Concâmpus, regulamentado pela Resolução IFG nº 006, de 23/03/2015, foi constituído com a finalidade de democratizar a tomada de decisões no âmbito das políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração em cada câmpus do IFG, concorrendo para que a Instituição cumpra sua função social.

O Concâmpus, órgão máximo do Câmpus, é uma instância Institucional que, em conformidade com os princípios expressos na legislação do IFG, no planejamento institucional, nas políticas acadêmicas mediante escuta, participação e deliberação da comunidade, conduz processo



decisório de forma compartilhada e complementar com a Direção-Geral do Câmpus, no que se refere à gestão administrativa, orçamentária e acadêmica. É um colegiado normativo, consultivo e deliberativo, segundo as matérias, temas e institucionalidade vigente no âmbito do Câmpus.

O Concâmpus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição:

Membros natos:

- Diretor (a)-Geral do Câmpus;
- Chefe(s) do(s) Departamento(s) das Áreas Acadêmicas;
- Diretor/Gerente de Administração do Câmpus;
- Gerente de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação do Câmpus;
- Gerente/Coordenador(a) de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino;
- Coordenador(a) de Recursos Humanos e Assistência Social ao Servidor;

Demais membros:

- 01 (um) representante dos Coordenadores de Cursos, eleito por seus pares, por Departamento de Áreas Acadêmicas;
- 02 (dois) representantes dos técnico-administrativos em educação, em efetivo exercício, para os câmpus onde houver apenas um Departamento e, para os câmpus com mais de um Departamento de Áreas Acadêmicas, o equivalente a 01 (um) representante para cada Departamento, eleitos entre todos os seus pares do câmpus;
- 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares, para os câmpus onde houver apenas um Departamento de Áreas Acadêmicas e 01 (um) representante por Departamento, para os demais câmpus;
- 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares, para os câmpus onde houver apenas um Departamento de Áreas Acadêmicas e 01 (um) representante por Departamento, para os demais câmpus;
- 01(um) representante dos pais, desde que haja uma organização representativa dos pais no câmpus, sem vínculo empregatício com a Instituição;
- 02 (dois) representantes da sociedade civil, preferencialmente oriundos de organizações vinculadas à educação e aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, presentes na microrregião que o câmpus se fizer presente, por meio de suas entidades representativas, sem vínculos empregatícios com a Instituição;
- 01 (um) representante dos Órgãos Governamentais, do Conselho ou da Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente do Conselho Municipal de Educação, sem vínculo empregatício com a Instituição.

Para cada membro efetivo do Concâmpus haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, à exceção dos membros natos. Terão direito a voto todos os





membros titulares, sendo o voto do presidente somente em caso de empate. Os membros suplentes podem participar de todas as reuniões do Conselho, sem direito a voz e voto e, na ausência dos respectivos titulares, com direito a voz e voto, bem como podem participar das Comissões Especiais e de Câmaras com direito a voz.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, aos serviços e às instalações

Em atendimento ao Decreto Presidencial nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o IFG tem adotado medidas para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Infraestrutura

Foram concluídos os projetos relativos à acessibilidade para os Câmpus Anápolis, Aparecida de Goiânia, Formosa e Luziânia. Os projetos contemplam a utilização de piso tátil direcional e de alerta e placas de identificação, rampas, adequação de corrimãos em rampas e escadas e banheiros destinados a pessoas com deficiência.

Alteração em projetos do Câmpus Anápolis no que tange ao acesso nas calçadas e sinalização.

Identificação de vagas para idosos e pessoas com deficiência nos estacionamentos da Reitoria e dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Goiânia.

Comunicação

Vídeo em Libras para divulgação do Vestibular do curso de Ciências Sociais – Servidores do Câmpus Formosa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) produziram e editaram um vídeo para as redes sociais para realizar a divulgação, em Libras (Língua Brasileira de Sinais), do curso de Ciências Sociais que é ofertado pela unidade no Vestibular 2015/2. O vídeo objetivou incentivar a participação das pessoas com deficiência auditiva no processo seletivo. O vídeo pode ser acessado no link: <http://www.ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/89648-campus-formosa>.

Vestibular para o curso de Pedagogia Bilíngue (Letras/Libras) – O vestibular desse curso é realizado com edital próprio e é todo inclusivo. Para a divulgação do processo seletivo foi disponibilizado um vídeo explicativo, como mostrado no link: <https://www.facebook.com/IFG.oficial/videos/1184924404869177/>. As provas são interpretadas/traduzidas para os candidatos que precisam e 30% das vagas são reservadas para surdos. As inscrições se deram em novembro e dezembro de 2015.

IFG Mobile – O IFG Mobile é um aplicativo que tem como objetivo apresentar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para toda a comunidade acadêmica, reunindo



diversas informações relevantes sobre a Instituição. O aplicativo implementa características de acessibilidade que permitem que leitores de tela ajudem usuários cegos ou com problemas de visão a interagir com o dispositivo, adicionando respostas faladas, audíveis e por vibração ao dispositivo. O IFG Mobile possibilita consultar informações sobre a reitoria, os câmpus do IFG, além de informações sobre os cursos, os telefones e os procedimentos acadêmicos relacionados aos cursos da Instituição e à vida acadêmica dos alunos. São disponibilizadas também no aplicativo, no link “Fique informado”, as notícias mais importantes da Instituição. Além dessa seção, o aplicativo conta com outras: “Conheça o IFG”, que traz o histórico da Instituição, além de informações sobre a reitoria e os câmpus; “Manual do aluno”, com as dúvidas frequentes, rotinas acadêmicas, direitos e deveres do discente, programas e projetos e assistência estudantil; “Regulamentos”, que traz informações sobre os cursos técnicos integrados, cursos de graduação, especializações e mestrado. Também foi implementado o "Painel do Aluno", que é uma área restrita aos alunos com vínculo contendo informações e conteúdos exclusivos. Os seguintes conteúdos já estão disponíveis para consulta do aluno: Histórico, Boletim (notas e faltas), Horário e Material de Aula. O aplicativo IFG Mobile está disponível no Google play para dispositivos com o sistema Android e na AppStore para dispositivos com o sistema iOS.

Ações Pedagógicas

Trabalho de Iniciação Científica intitulado “Estudo da Viabilidade de Implantação de Calçadas Sustentáveis na Cidade de Uruaçu” – Trabalho apresentado pela aluna Camila Ribeiro, estudante do 7º semestre do curso de Engenharia Civil, do Câmpus Uruaçu, juntamente a orientadora Andreia Alves e a colega Sthefanny Caroline, cujo objetivo era criar um projeto que unisse acessibilidade, sustentabilidade e mobilidade. O trabalho foi apresentado no Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (Simpeex), que, em 2015, foi realizado no Câmpus Luziânia do IFG e agregou diversas ações, como apresentações de trabalhos, seminários, feira cultural e outras atividades em sua programação e reuniu servidores e alunos de vários câmpus do Instituto e, também, pessoas da comunidade externa que se inscreveram para participar da programação.

Projeto de Inovação Tecnológica intitulado “A condução de deficiências sensoriais (visuais e auditivos) em edificações de forma interativa por rádio frequência” – Projeto sobre condução de deficientes em edificações com foco na acessibilidade, apresentado pelo professor do Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Murilo Borges Silva, dentro da programação do III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (III FMEPT), realizado em Recife (PE), na parte dedicada à Mostra de Inovação Tecnológica. Um dos objetivos da pesquisa é utilizar uma forma automática de condução de um deficiente sensorial assistida por Identificação por Rádio Frequência (RFID), acionando sinais visuais e/ou auditivos em ambientes controlados, permitindo assim que deficientes físicos sejam conduzidos por ambientes comerciais.



Curso de Extensão Formação Inicial em Libras para Agentes em Segurança Pública – A cargo da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex), o curso foi realizado no segundo semestre de 2015, no Câmpus Jataí do IFG, tendo sido oferecidas 20 (vinte) vagas, das quais quatro destinadas à comunidade interna e dezesseis à comunidade externa.

Oficina de Capacitação em Libras – realizada durante a Semana de Planejamento 2015/2 do IFG, no Câmpus Jataí, a oficina teve por objetivo a capacitação dos professores que atuarão em turmas que possuam alunos surdos e oficina para uso dos softwares utilizados no âmbito acadêmico por professores e Coordenadores de curso.

Curso Básico de Libras – Ministrado no Câmpus Itumbiara do IFG, o curso foi realizado pela Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex) do Câmpus. O conteúdo programático abordara fundamentos teóricos e práticos de Libras e também questões de acessibilidade, aspectos culturais, políticos e linguísticos relacionados aos indivíduos surdos. O objetivo é capacitar e formar agentes de inclusão. O curso é aberto à participação de servidores, alunos dos cursos de nível médio e superior.

Cursos de Extensão em Libras – oferecido no segundo semestre de 2015 pela Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex), do Câmpus Anápolis do IFG, por meio de Chamada Pública.

Ações Institucionais

Capacitação para a comunidade acadêmica do Câmpus Aparecida de Goiânia para comunicação com pessoas surdas – Objetivando uma boa recepção e comunicação com alunos do curso superior de Pedagogia Bilíngue Libras-Português no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é que a comunidade acadêmica está sendo capacitada com cursos em diferentes formatos. Professores, servidores técnico-administrativos e alunos estão recebendo orientações da coordenação do curso, que será o primeiro do País na modalidade presencial e é oferecido para pessoas ouvintes e surdas.

Ofertas de vagas de estágio na área de interpretação de português-libras – Os Câmpus do IFG ofereceram um total de 11 (onze) vagas para oferta de estágio, com número idêntico de cadastro de reserva. As vagas foram assim distribuídas: Cidade de Goiás 01 (um), Goiânia 02 (dois), Jataí 03 (três) e Aparecida de Goiânia 5 (cinco), sendo 01 (um) reservada para pessoa com deficiência. Os estagiários aprovados no Processo Seletivo Público cumprirão 30 (trinta) horas semanais, se estudante de curso superior, e 20 (vinte) horas semanais, se estudante de Ensino Médio. Dentre as atividades a serem desempenhadas destacam-se: apoiar os alunos deficientes auditivos, interpretando discursos, palestras, aulas expositivas, comentários, explicações, debates, enunciados de questões avaliativas e outras reuniões análogas. Interpretar discussões e negociações entre pessoas que falam idiomas diferentes (Libras e Português) e executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao atendimento ao discente no câmpus.



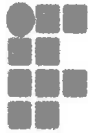


Concurso para professor substituto/temporário na Área/Subárea Educação/Intérprete de Libras – a seleção foi feita por meio de processo seletivo simplificado com disponibilidade de vaga para o Câmpus Jataí do IFG.

Encontro de discussão sobre a atuação dos intérpretes de Libras no apoio aos estudantes surdos – promovido pelo Câmpus Jataí do IFG, o encontro visou tratar da situação dos alunos surdos matriculados nos cursos da Instituição. No encontro foram repassados aos estudantes surdos orientações a respeito do papel do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim com os direitos e deveres que permeiam o processo educacional que visa promover a inclusão dos alunos surdos.

Convênio entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o IFG para oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) – Licenciatura, na modalidade a distância.

Composição de Comissão Provisória com a finalidade de promover estudos de Implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no Câmpus Anápolis, com o caráter de ação desencadeadora, precedendo a implantação nos demais Câmpus e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.



6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Buscando facilitar a formatação do presente relatório, as informações sobre o fluxo financeiro que demonstram a compatibilidade e sincronismo entre os ingressos e os dispêndios financeiros foram todas inseridas no Anexo IV – Relatórios Contábeis, Financeiros e Patrimoniais.

Seguem adiante as Revisões Analíticas dos recursos gerenciados pelo IFG.

Revisão Analítica do Patrimônio Líquido

CCon - Subgrupo (3)		RESULTADOS ACUMULADOS	
Mês Lançamento	CCon - Título (4)	SUPERAVITS / DEFICITS AC	Total
31/12/2015	Saldo Atual - R\$	489.920.714	489.920.714
31/12/2015	AV%	100,00%	100,00%
30/09/2015	Saldo Atual - R\$	489.900.667	489.900.667
30/09/2015	AV%	100,00%	100,00%
Diferença	Saldo Atual - R\$	20.046	20.046
Diferença	AV%	0,00%	0,00%
AH(%)	Saldo Atual - R\$	0,00%	0,00%
AH(%)	AV%	0,00%	0,00%

Quadro 42: Revisão Analítica do PL



Revisão Analítica do Ativo Circulante e Não Circulante

CCCon - Grupo (2)	CCCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	30/09/2015 Saldo Atual - R\$	30/09/2015 AV%	Diferença Saldo Atual - R\$	Diferença AV%	DEZ/2015 Saldo Atual - R\$	DEZ/2015 AV%
Ativo Circulante	ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO	CCCon - Título (4) ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ativo Circulante	ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO	Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ativo Circulante	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	1.985.237	0,39%	1.985.237	0,39%	3.035.497	0,57%
Ativo Circulante	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Total	1.985.237	0,39%	1.985.237	0,39%	3.035.497	0,57%
Ativo Circulante	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	66.058.849	13,04%	66.058.849	13,04%	84.718.850	16,03%
Ativo Circulante	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	60	0,00%	60	0,00%	60	0,00%
Ativo Circulante	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	Total	66.058.909	13,04%	66.058.909	13,04%	84.718.910	16,03%
Ativo Circulante	ESTOQUES	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ativo Circulante	ESTOQUES	ALMOXARIFADO	2.058.554	0,41%	2.058.554	0,41%	2.089.083	0,40%
Ativo Circulante	ESTOQUES	OUTROS ESTOQUES	1.010	0,00%	1.010	0,00%	1.010	0,00%
Ativo Circulante	ESTOQUES	Total	2.059.563	0,41%	2.059.563	0,41%	2.090.093	0,40%
Ativo Circulante	Total		70.103.710	13,84%	70.103.710	13,84%	89.844.500	17,00%
Ativo não Circulante	ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO	ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ativo não Circulante	ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO	Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ativo não Circulante	IMOBILIZADO	BENS IMÓVEIS	352.487.715	69,57%	352.487.715	69,57%	351.003.980	66,41%



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

106

Circulante										
Ativo não Circulante	IMOBILIZADO		83.645.146	16,51%	83.645.146	16,51%	87.261.950	16,51%		16,51%
Ativo não Circulante	IMOBILIZADO	BENS MÓVEIS	(25.856)	-0,01%	(25.856)	-0,01%	(38.631)	-0,01%		-0,01%
Ativo não Circulante	IMOBILIZADO	DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORT-ACUMULADA	436.107.005	86,07%	436.107.005	86,07%	438.227.298	86,07%		82,91%
Ativo não Circulante	INTANGÍVEL	Total	449.577	0,09%	449.577	0,09%	508.528	0,10%		0,10%
Ativo não Circulante	INTANGÍVEL	SOFTWARES	449.577	0,09%	449.577	0,09%	508.528	0,10%		0,10%
Ativo não Circulante	Total	Total	436.556.582	86,16%	436.556.582	86,16%	438.735.826	86,16%		83,00%
Total			506.660.292	100,00%	506.660.292	100,00%	528.580.326	100,00%		100,00%

Quadro 43: Revisão Analítica do Ativo Circulante e Não Circulante



Revisão Analítica do Passivo Circulante

CCCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)	
		Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.381.252	14,24%	827.849	12,39%	553.404	1,84%	66,85%	14,88%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	VALORES RESTITUIVEIS	464.846	4,79%	1.104.998	16,54%	(640.152)	-11,75%	-57,93%	-71,04%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	Total	1.846.098	19,03%	1.932.847	28,93%	(86.749)	-9,91%	-4,49%	-34,24%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	7.815.854	80,55%	4.747.881	71,07%	3.067.973	9,48%	64,62%	13,34%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	Total	7.815.854	80,55%	4.747.881	71,07%	3.067.973	9,48%	64,62%	13,34%
OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	40.989	0,42%	0	0,00%	40.989	0,42%		
OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	PESSOAL A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	Total	40.989	0,42%	0	0,00%	40.989	0,42%		
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAC FISCAIS A CP COM OS MUNICIPIOS -CONSO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		



	UNIAO									
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
PROVISÕES A CURTO PRAZO	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CP	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
PROVISÕES A CURTO PRAZO	Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
Total		9.702.941	100,00%	6.680.728	100,00%	3.022.213	45,24%	0,00%	0,00%	

Quadro 44: Revisão Analítica do Passivo Circulante



7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão de Pessoas

O quadro a seguir apresenta o total de servidores, em dezembro de 2015, que compunham o quadro de pessoal do IFG e a quantidade de servidores que ingressaram em 2015.

É importante salientar que o IFG possui 04 (quatro) câmpus em fase inicial de implantação, o que gera a necessidade de ampliação do quadro não só nos câmpus, mas também na estrutura administrativa da Reitoria.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício
	Autoriz	Efetiva	
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2.077	1.856	280
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.077	1.856	280
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.077	1.848	123
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	5	1
2. Servidores com Contratos Temporários	225	214	156
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.302	2.070	436

Quadro 45: Tipologia dos Cargos

Fonte: PRODI/IFG

Já o Quadro 46 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim. Considerando as características da UJ, optou-se por classificar como área fim, aqueles setores que estão vinculados à área acadêmica da instituição.

Optou-se por não apresentar os dados relacionados com contratos temporários para esta análise, pois a UJ não possui servidores temporários nas áreas meio, por outro lado, optou-se por apresentar esse dado considerando a divisão pelos vários Câmpus/Reitoria do IFG.



Câmpus	Quantidade Lotados Área Fim	Quantidade Lotados em Área Meio	Total do câmpus	Percentual
Águas Lindas	30	11	41	26,83%
Anápolis	90	34	124	27,42%
Aparecida de Goiânia	83	33	116	28,45%
Cidade de Goiás	47	20	67	29,85%
Formosa	67	35	102	34,31%
Goiânia	402	124	526	23,57%
Goiânia Oeste	37	15	52	28,85%
Inhumas	79	34	113	30,09%
Itumbiara	78	31	109	28,44%
Jataí	111	49	160	30,63%
Luziânia	74	24	98	24,49%
Senador Canedo	29	13	42	30,95%
Uruaçu	78	24	102	23,53%
Valparaíso	30	14	44	31,82%
Reitoria	0	152	152	100,00%

Quadro 46: Distribuição da lotação dos servidores efetivos

Fonte: PRODI/IFG

Entretanto, para que seja possível avaliar também a relação entre servidores efetivos e temporários do IFG, apresentamos o Quadro 29, que traz essa informação tendo como referência o ano de 2015, estratificado por Câmpus.

É possível observar que os limites estabelecidos pela Lei nº 745/1993 foram seguidos considerando o total de professores substitutos do IFG se considerarmos que 26 professores temporários tinham autorização específica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

	Quantidade de Servidores Efetivos			Quantidade de Servidores Temporários		
	Docentes	TA	TOTAL	Docentes	TA	TOTAL
Águas Lindas	24	17	41	2	0	2
Anápolis	69	55	124	22	0	22
Aparecida	72	44	116	14	0	14
Cidade de Goiás	35	32	67	11	0	11
Formosa	59	43	102	15	0	15
Goiânia	342	184	526	61	0	61
Goiânia Oeste	30	22	52	6	0	6
Inhumas	63	50	113	15	0	15
Itumbiara	60	49	109	15	0	15



Jataí	81	79	160	18	0	18
Luziânia	58	40	98	12	0	12
Reitoria	0	152	152	0	0	0
Senador Canedo	25	17	42	3	0	3
Uruaçu	57	45	102	16	0	16
Valparaíso	23	21	44	4	0	4

Quadro 47: Relação entre Efetivos e Substitutos por Câmpus

Fonte: PRODI/IFG

Buscando identificar a distribuição dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas no âmbito do IFG, segue adiante o Quadro 48.

Observa-se que algumas funções gratificadas encontram-se vagas o que ocorre em virtude da falta de interesse por parte dos servidores em ocupar determinados cargos em virtude da baixa compensação pecuniária, aliada ao alto grau de responsabilidade de algumas funções.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	87	87	8	6
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	87	87	8	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	86	86	8	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	348	321	78	49
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	348	318	77	49
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	3	3	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	87	408	86	55

Quadro 48: Distribuição de Cargos e Funções

Fonte: PRODI/IFG

Analisando criticamente os dados apresentados observa-se que há uma necessidade de ampliação do quadro frente à expansão da própria Instituição e de sua importância junto às localidades onde existem câmpus do IFG.

Outra questão que impacta na necessidade de ampliação do quadro de servidores efetivos é a ampliação das demandas oriundas dos órgãos de controle externo.



De acordo com dados disponíveis no sistema DW no portal Siapenet, os custos com pessoal no IFG para o ano de 2015 foram de R\$ 237.468.731,60, conforme discrimina o Quadro 49, a seguir:



Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Benefícios Assi e Previdenc	Demais Desp Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Membros de poder e agentes políticos					
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios	2015	114.941.729,69	66.061.624,03	24.574.555,46	8.277.474,27	8.586.387,22	4.266.276,20	0,00	121.672,38	2.315.323,63	229.145.042,88
	2014	142.237.135,17	5.404.032,62	14.828.199,51	5.442.503,87	12.742.569,04	571.449,79	286.952,97	64.538,59	2.344.129,05	183.921.510,61
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	74.419,49	7.799,44	1.644,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.863,47
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	244.506,84	79.479,21	32.967,67	11.203,94	5.672,62	22.847,42	0,00	0,00	0,00	396.677,70
	2014	219.264,35	0,00	39.656,87	76.556,01	22.283,00	4.669,44	44,80	0,00	0,00	362.474,47
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	6.127.484,67	0,00	442.035,32	444.042,18	65.839,36	659.654,86	5.393,52	0,00	0,00	7.744.449,91
	2014	4.325.193,30	0,00	465.092,32	325.668,60	177.364,23	4.006,95	0,00	510,60	0,00	5.297.836,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	80.905,64	0,00	0,00	0,00	17.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.697,64
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL										237.468.731,60	

Quadro 49: Custos com Pessoal
Fonte: PRODI/IFG



O IFG não terceiriza mão de obra na execução das atividades fim e os contratos relacionados à contratação de mão de obra terceirizada para prestação de serviços de limpeza, higiene e segurança estão apresentados no Item Desempenho Orçamentário e Operacional.

Quanto à contratação de estagiários registre-se que durante o ano de 2015 foram contratados 18 estagiários por meio de processo seletivo simplificado e foram gastos R\$ 80.905,64 (oitenta mil, novecentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

Buscando caracterizar a força de trabalho do IFG, apresentamos os quadros a seguir onde buscou-se classificar os servidores do órgão quanto ao Cargo Ocupado, Nível de Instrução, Gênero e Idade.



	Águas Lindas	Anápolis	Aparecida	Cidade de Goiás	Formosa	Goiânia	Goiânia Oeste	Inhumas	Itumbiara	Jataí	Luziânia	Reitoria	Senador Canelo	Uruaçu	Valparaíso	TOTAL
Administrador	0	0	0	0	0	4	0	1	2	0	0	4	0	0	1	12
Analista de TI	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	9	0	0	0	12
Arquiteto e Urbanista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Arquivista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Assistente Social	1	2	2	1	1	3	1	2	2	2	2	2	1	1	0	23
Auditor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Bibliotecário-Documentalista	1	2	2	2	1	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	25
Contador	0	1	1	1	1	2	0	1	1	1	1	4	0	1	1	16
Economista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Engenheiro de Segurança do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Engenheiro-Área	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Jornalista	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	2	1	17
Médico-Área	0	0	1	0	0	3	0	1	1	1	1	1	0	1	0	10
Nutricionista-Habilitação	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3
Odontólogo DL 1445	0	0	0	0	0	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	5
Odontólogo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3
Pedagogo-Área	0	2	2	1	1	1	0	2	3	4	2	5	0	2	2	27

E



Produtor Cultural	0	1	1	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	7
Programador Visual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Psicólogo-Área	1	2	2	1	1	7	1	2	1	2	2	3	1	1	1	1	28
Publicitário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Redator	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	4
Relações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Revisor de Textos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Secretário Executivo	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	5
TAE	2	4	2	1	4	9	3	2	3	2	2	6	3	2	2	2	47
Tecnólogo-Formação	0	1	1	2	1	4	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	13
Assistente em Administração	5	11	7	10	13	54	6	11	14	14	11	54	3	16	6	235	
Desenhista de Artes Gráficas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desenhista Projetista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Diagramador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Técnico de Tecnologia da Informação	1	2	1	1	2	6	1	1	1	3	1	5	1	2	1	1	29
Técnico em Nutrição e Dietética	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

D



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

117

Técnico em Segurança do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Técnico em Telecomunicações	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico de Laboratório / Área	2	4	6	5	2	9	2	7	5	4	5	1	0	5	1	58
Técnico em Agrimensura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Técnico em Arquivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Técnico em Audiovisual	1	3	2	1	2	7	1	1	1	2	1	0	1	1	1	25
Técnico em Contabilidade	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	3	1	1	0	13
Técnico em Edificações	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	4
Técnico em Eletrotécnica	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Técnico em Enfermagem	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em Saneamento	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico em Secretariado	1	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	2	1	0	1	12
Tradutor-Intérprete de LIBRAS	0	1	1	1	1	1	0	1	1	2	1	0	0	1	0	11



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

118

C	Vigilante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	13
	Administrador de Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Almoxarife	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Assistente de Aluno	0	1	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
	Assistente de Laboratório	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Auxiliar em Administração	0	7	5	3	6	9	1	5	7	3	6	12	5	1	0	0	0	0	0	1	70
	Auxiliar Biblioteca	0	4	2	0	2	3	1	3	2	3	2	0	3	2	0	0	0	0	0	0	25
	Auxiliar de Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Contínuo	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Cozinheiro	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Eletricista	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Mecânico de Montagem e Manutenção	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Motorista	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Operador de Máq. Copiadora	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Porteiro	0	0	0	0	0	3	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6
	Telefonista	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Atendente de Consultório	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Auxiliar de Artes Gráficas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3

	Bombeiro Hidráulico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	Operador de Teletipressora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Pedreiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Pintor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
A	Servente de Limpeza	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	10
	Total Técnico-Administrativo	17	55	44	33	43	184	22	50	50	80	41	151	17	45	21	852						
	EBTT Professor EBTT	24	69	72	35	59	342	30	63	60	81	58	0	25	57	23	998						

Quadro 50: Classificação dos servidores quanto ao cargo ocupado

Fonte: PRODI/IFG





		FUNDAMENTAL		MÉDIO		SUPERIOR		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO	
		QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
TA	NIVEIS A/B/C	3	2%	64	40%	72	44%	21	13%	1	1%	1	1%
	NÍVEL D	1	0%	113	27%	215	52%	74	18%	13	3%	0	0%
	NÍVEL E	0	0%	0	0%	157	58%	81	30%	34	13%	0	0%
DOCENTES		0	0%	1	0%	37	4%	105	11%	611	61%	244	24%

Quadro 51: Classificação dos servidores quanto ao nível de escolaridade

Fonte: PRODI/IFG

		MASCULINO		FEMININO	
		QTDE	%	QTDE	%
TA	NIVEIS A/B/C	68	42%	94	58%
	NÍVEL D	219	53%	197	47%
	NÍVEL E	90	33%	182	67%
DOCENTES		614	62%	384	38%

Quadro 52: Classificação dos servidores quanto ao Gênero

Fonte: PRODI/IFG

		Até 30 anos		31 a 40 anos		41 a 50 anos		51 a 60 anos		Mais de 61 anos	
		QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
TA	NIVEIS A/B/C	58	36%	26	16%	42	26%	29	18%	7	4%
	NÍVEL D	160	38%	149	36%	53	13%	46	11%	8	2%
	NÍVEL E	75	28%	113	42%	42	15%	35	13%	7	3%
DOCENTES		156	16%	441	44%	261	26%	122	12%	18	2%

Quadro 53: Classificação dos servidores quanto à Idade

Fonte: PRODI/IFG



Gestão de Patrimônio e Infraestrutura

Gestão da Frota de Veículos

O documento legal que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos no IFG é o Memorando Circular Nº05/2012 que se transformou na Portaria Nº 333/2016.

A frota de veículos do IFG tem grande importância para a instituição, seja para atividades administrativas ou para as atividades acadêmicas.

Nas atividades administrativas os veículos atuam transportando servidores para diversos compromissos como: reuniões, seminários, cursos, visitas a unidades em construção, transporte de material, enfim. Esse tipo de transporte é muito comum, pois a instituição possui unidades em Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Formosa, Anápolis, Luziânia, Goiás e Aparecida de Goiânia, Águas Lindas, Senador Canedo, Valparaíso e Goiânia Oeste. Podemos ainda destacar inúmeras viagens a Brasília-DF, que é onde se localiza o Ministério da Educação e Cultura o qual o IFG está subordinado.

Nas atividades acadêmicas nossos veículos de maior porte como Vans, Micro-ônibus e Ônibus transportam alunos e professores para realização de visitas técnicas, que são atividades acadêmicas onde as turmas de alunos se deslocam até locais fora da unidade acadêmica, onde lhes são transmitidos conhecimentos teóricos e práticos.

Analisando o Decreto Nº 6.403/2008 da Presidência da República, que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais pela administração pública direta, autárquica e fundacional, podemos afirmar que o IFG conta somente com veículos oficiais de uso comum.

No ano de 2015 o IFG possuía 60 (sessenta) veículos próprios oficiais de uso comum.

Os veículos do IFG rodaram em média no ano de 2014 aproximadamente **20.135 km**, e nesse ano totalizamos aproximadamente **1.208.105km** rodados

A média de idade dos veículos de nossa frota é de 4,3 anos.

Os custos com a manutenção da frota são os seguintes:

Combustível e limpeza: R\$ 549.688,33

Manutenção: R\$ 511.356,19

Total de **R\$1.061.044,52** (Um milhão sessenta e um mil e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

A Administração do IFG tem tomado medidas para substituição e ampliação da frota de veículos. Em 2016 há planos para substituir certos veículos por estarem com altíssima quilometragem e apresentarem problemas mais frequentes

As razões pelas quais o IFG pretere pela aquisição de veículos ao invés da locação são as seguintes:

- O IFG há anos possui em vêm mantendo uma frota própria de veículos e com isso os servidores que atuam nessa área da instituição já possuem boa formação prática sendo capazes de solucionar os eventuais problemas com bom nível de satisfação;



- Acreditamos que possuir uma frota própria contribui para a boa visibilidade do Instituto;
- Analisando o custo da locação frente ao custo de manutenção de frota própria (manutenção, combustível, motoristas e outros) constatamos que a opção por frota própria seja a mais econômica, principalmente quando se calcula o custo por quilômetro rodado.
- O IFG realizou no ano de 2012 um pregão eletrônico SRP para contratação de empresa para locação de veículos de diversas categorias com motorista, e o resultado foi que mesmo partindo de valores referencias muito acima dos custos efetivos de frota própria, por quilômetro rodado, os itens que se referiam à locação de veículos leves foram desertos.
- Possuir frota própria traz mais segurança ao IFG, pois contratações podem vir a ser problemáticas, e como dito na resposta do item “b”, os serviços de transporte do IFG são de vital importância para o perfeito funcionamento da instituição. Em suma, a administração acredita que possuir frota própria seja a opção mais segura para garantir a execução de um serviço tão importante como o de transporte institucional.
- Estruturas de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O IFG firmou um contrato (proveniente de um processo licitatório) com a empresa Brasilcard para utilizar o sistema de administração de frota que essa empresa oferece. O sistema administra tanto os gastos com abastecimento quanto com manutenção dos veículos, fornecendo relatórios dos custos das operações.

Gestão do Patrimônio Imobiliário

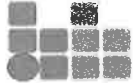
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	GOIÁS		
	Águas Lindas	01	01
	Anápolis	01	01
	Aparecida de Goiânia	01	01
	Cidade de Goiás	01	01
	Cidade de Goiás (Cessão)	01	01
	Formosa	01	01
	Goiânia + Lotes	05	05
	Goiânia (Locação de terceiros)	02	02
	Goiânia (Cessão)	01	01
	Inhumas	01	01
	Itumbiara	01	01



	Jataí	02	02
	Luziânia	01	01
	Senador Canedo	01	01
	Uruaçu + Lote	02	02
	Valparaíso de Goiás	01	01
	Subtotal Brasil	23	23
EXTERIOR	A Instituição não possui imóveis no exterior		
	Subtotal Exterior		
	Total (Brasil + Exterior)	23	23

Quadro 54: Distribuição dos Bens Imóveis

Fonte: PROAD/IFG



UC	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Novo	15.000,00	30/11/2014	6.875.202,88		
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	30/11/2014	265.855,00		9.285,40
158153	9373006055005	Locação de Terceiros	Muito Bom	4.500.000,00	30/11/2014	6.123.932,00		1.162.681,31
158153	9373006565003	Cessão	Regular	17.647.469,92	30/11/2014	17.647.469,92		1.000,00
158153	9373006545002	Locação de Terceiros	Bom	1.618.910,03	30/11/2014	1.618.910,03		
158430	9373003245008	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	30/11/2014	50.703.495,32		966.130,17
158430	9373005895000	Uso em Serviço Público	Ruim	280.000,00	30/11/2014	610.540,66		
158430	9373006585004	Uso em Serviço Público	Ruim	440.000,00	30/11/2014	440.000,00		
158431	9433000195007	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	30/11/2014	9.259.920,24		163.376,00
158431	9433000385000	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	30/11/2014	19.972.304,71		
158432	9395000035003	Uso em Serviço Público	Muito Bom	1.262.178,81	30/11/2014	25.187.888,65		63.802,61
158433	9425000275000	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	30/11/2014	23.136.826,53		101.372,45
158434	9633000225006	Uso em Serviço Público	Bom	150.000,00	30/11/2014	2.380.510,59		
158434	9633000245007	Uso em Serviço Público	Bom	1.150.000,00	30/11/2014	11.530.794,74		150.285,17
158522	9221000655001	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	30/11/2014	22.063.953,17		
158523	9361002595001	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	30/11/2014	16.764.007,32		59.238,23
158524	9445000245008	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	30/11/2014	23.015.181,11		46.300,00



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

125

158610	9227000305000	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	30/11/2014	27.128.486,20	41.462,82
158611	9377000465000	Uso em Serviço Público	Novo	214.000,00	30/11/2014	14.074.311,99	
158640	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	30/11/2014	13.978.947,65	5.000,00
158641	9373006075006	Uso em Serviço Público	Novo	2.000,00	30/11/2014	30.577.006,74	
158642	9753000075005	Uso em Serviço Público	Bom	9.869.048,49	30/11/2014	18.431.981,56	
158643	1066000175003	Uso em serviço Público	Novo	250.000,00	30/11/2014	13.898.417,42	
Total							2.769.934,16

Quadro 55: Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da U.J.

Fonte: Sistema Sptunet.



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	GOIÁS	02	02
	GOIÂNIA	02	02
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR			
	A Instituição não possui imóveis locados no exterior		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Quadro 56: Imóveis locados de terceiros

Fonte: PROAD/IFG

Gestão de Tecnologia da Informação

Planejamento de Tecnologia de Informação

Em 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) iniciou projeto para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tendo como principal referência, o modelo de elaboração de PDTI do SISP. Por meio da portaria nº 1402, de 12 de agosto de 2015, foi nomeada a comissão responsável pela elaboração do PDTI 2016-2018 do IFG.

No ano de 2015, foi realizado por essa comissão a fase de preparação (definição de metodologia de elaboração, consolidação dos documentos de referência, identificação das estratégias da organização, identificação dos princípios e diretrizes, elaboração e aprovação do plano de trabalho pelo Comitê de TI do IFG), e fase de diagnóstico (análise do referencial estratégico de TI, análise da organização da TI, análise SWOT da TI, estimativa da capacidade de execução da TI, planejar levantamento de necessidades, identificação das necessidades de informação, serviços, infraestrutura, contratação, pessoal e consolidação do inventário de necessidades).



Na data de elaboração deste relatório, a Comissão responsável pela elaboração do PDTI está na fase de priorização das necessidades inventariadas, e a previsão é que a minuta do PDTI esteja consolidada no mês de abril/2016.

O PDTI está sendo construído alinhado ao planejamento da Instituição, tendo por base os documentos de referência: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG 2012 a 2016, Estatuto do IFG e Política de Segurança da Informação do IFG.

Como o IFG não possui PDTI vigente, as ações, projetos e investimentos de TI, em 2015, foram priorizadas pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

Comitê Gestor de Tecnologia de Informação (CGTI)

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do IFG foi constituído pela Portaria nº 1309, de 25/07/2014, e possui a seguinte composição:

- Diretor Executivo (membro nato)
- Pró-Reitor de Ensino (membro nato)
- Pró-Reitor de Administração (membro nato)
- Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (membro nato)
- Diretor de Tecnologia da Informação (membro nato)
- Gerente de Desenvolvimento e Administração de Sistemas de Tecnologia da Informação (membro nato)
- 2 (dois) componentes do Colégio de Dirigentes do IFG (membros eleitos por aquele colegiado)
- O CGTI do IFG é de natureza consultiva e deliberativa, e possui as seguintes responsabilidades:
 - determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação de forma integrada com as estratégias e as prioridades da organização;
 - deliberar sobre políticas, diretrizes e relativos à Tecnologia da Informação;
 - elaborar a proposta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
 - aconselhar sobre o direcionamento estratégico;
 - monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos;
 - monitorar níveis de serviços e suas melhorias.



Sistemas de Informação do IFG

O IFG por meio de sua Diretoria de Tecnologia de Informação (DTI) e a partir das demandas prioritizadas pelo CGTI trabalhou no desenvolvimento, aprimoramento ou adaptação dos 35 sistemas relacionados no Quadro 57:

Seq.	Sistemas	Função/Objetivos	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade
Sistemas Proprietários					
1	Microsoft Exchange	Solução de correio eletrônico do IFG que pode ser acessado por um cliente de e-mail como o Microsoft Outlook ou Mozilla Thunderbird ou por meio de sua versão online Outlook Web App. Endereço: https://correio.ifg.edu.br .	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Diretor de Tecnologia da Informação	Alta
2	Q-Acadêmico	O Sistema de Gestão Acadêmica Integrada foi projetado para administrar os mais diversos setores e departamentos das instituições de ensino. Pode controlar os câmpus de forma centralizada, com controles individuais para cada unidade e suas gerências de ensino. O Q-Acadêmico possui também o módulo Web, onde os alunos podem consultar seu boletim, histórico, horário individual, suas matrizes curriculares, o conteúdo programático das disciplinas, informações como ofertas de estágio, download de materiais de aula disponibilizados pelos professores, solicitar alteração de dados cadastrais, responder questionários, fazer pedido de matrícula, entre outras facilidades. Endereço: academicoweb.ifg.edu.br .	Gerência de Sistemas de Informação	Diretoria de Administração Acadêmica / Pró-Reitoria de Ensino	Alta
3	Sophia – Sistema de Biblioteca	Sistema de gestão de bibliotecas. Endereço: biblioteca.ifg.edu.br	Gerência de Sistemas de Informação	Coordenação Geral de Bibliotecas / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Alta



Desenvolvidos pelo IFG ou com parceria com outras Instituições						
4	Sistema de Concursos e Processos Seletivos	Software desenvolvido para gerenciar os processos seletivos e concursos realizados no IFG. Endereço: selecao.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	- Centro de Seleção / Pró-Reitoria de Ensino - Diretoria de RH / Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Alta	
5	Sistema de Almoxarifado e Patrimônio	Este sistema permite realizar lançamentos (cadastros, alteração, entrada, saída, relatórios) dos materiais de consumo e o controle patrimonial do IFG.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado / Pró-Reitoria de Administração	Alta	
6	Visão IFG	Software que possibilita a visualização de relatórios acadêmicos. Endereço: visao.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Diretoria de Administração Acadêmica / Pró-Reitoria de Ensino	Média	
7	Programa de Emissão de Certificados do ENEM	Software para emissão de certificados do ENEM.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Coordenação de Registros de Diplomas / Pró-Reitoria de Ensino	Alta	
8	SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública)	Módulo do Sistema SUAP (Sistema Unificado de Gestão Pública), atualmente, estão implantados os módulos de Tramitação de Processos, Recursos Humanos e controle horas concursos. Endereço: suap.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	- DDRH / PRODI - PROAD	Alta	
9	Gestão de Eventos	Sistema para gerenciar os eventos institucionais do IFG. Possibilita inscrição de participantes, atividades, programação, locais, geração de crachás e certificados, confirmação de participação por aplicativo de dispositivo móvel.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Pró-Reitoria de Extensão	Alta	



	Sistema RSC	Sistema para gerenciar os processos de avaliação do RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências. Endereço: rsc.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Comissão Permanente de Pessoal Docente	Alta
		Software Livre			
11	Joomla	Sistema de Administração de Conteúdos (CMS – Content Manager System) que permite a publicação on-line de informações em sites na Internet ou Intranet. Endereço: www.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Diretoria de Comunicação Social	Alta
12	Plataforma Moodle	A Plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é um software livre de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. Trata-se de uma plataforma e-Learning para gestão de conteúdos formativos. Endereço cad.ifg.edu.br	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Diretoria de Educação a Distância	Alta
13	Wordpress	Usado para a criação de sites sob o domínio ifg.edu.br, com a intenção de padronizar todas as páginas institucionais de eventos do IFG. Endereço: eventos.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Diretoria de Comunicação Social	Alta
14	OCS-PKP	Sistema de Gerenciamento de Conferências do IFG. Endereço: conferencias.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Alta
15	OJS-PKP	Sistema para publicação de periódicos eletrônicos do IFG. Endereço: revistas.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Alta
16	Ferramenta de Pesquisa LimeSurvey	Serviço utilizado para aplicação de questionários e pesquisas on-line. Endereço: limesurvey.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Diretor de Tecnologia da Informação	Média



17	GLPI – Service Desk	Sistema para gerenciar chamados para atendimentos relacionados a serviços e equipamentos de informática. Possibilita a implantação de uma Central de Serviços, Gerenciamento do Conhecimento, Gestão de Ativos entre outros. Endereço: suporte.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
18	Redmine – Gerência de Projetos	Tem o objetivo de auxiliar no gerenciamento de projetos do IFG. Endereço: projetos.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
19	DokuWiki	Este software colaborativo permite a edição coletiva dos documentos usando um sistema que não necessita que o conteúdo seja revisado antes da sua publicação. Usado para mapear os procedimentos dos setores. Endereço: wiki.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
20	CACTI	Cacti é uma ferramenta software livre administrativa de rede, que recolhe e exibe informações sobre o estado de uma rede de computadores por meio de gráficos. Permitindo o monitoramento e gerenciamento de redes simples até redes complexas, com centenas de dispositivos. Endereço: cacti.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
21	GitLab	Sistema de gerenciamento de repositório e revisões de código, acompanhamento de problemas, feeds de atividade, wikis e integração contínua. Endereço: gitlab.ifg.edu.br.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Gerência de Sistemas de Informação	Média
22	Openfire	Sistema de mensagens instantâneas para facilitar a comunicação interna. Endereço: messageiro.ifg.edu.br.	Coordenação de Redes de Infraestrutura	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
Sistema/serviços de outras Instituições em uso no IFG					
23	Conferência WEB (RNP)	O Conferência Web é um serviço de comunicação e colaboração que promove encontros virtuais entre dois ou mais participantes. O serviço possibilita que, mesmo distantes geograficamente, os participantes compartilhem áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores. Endereço: webconf.rnp.br.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média



24	Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) - RNP	A CAFe propicia acesso aos usuários a diferentes serviços da rede utilizando o login e senha da instituição de origem. Benefícios: acesso rápido a inúmeros conteúdos, facilidade de uso, integração da base de dados, integração internacional, intercâmbio de informações, agilidade na pesquisa e na troca de informações, mobilidade e segurança, simplificação do processo de autenticação. Endereço: café.ifg.edu.br.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
25	Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa (ICPEdu) - RNP	Consiste na implantação de uma estrutura para criação de certificados digitais e chaves de segurança aplicados em autenticação, assinatura digital e sigilo dentro do ambiente das Instituições Federais de Ensino Superior, Unidades de Pesquisa e demais instituições de ensino.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
26	EDUROAM (Education Roaming) - RNP	É um serviço de acesso sem fio seguro, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. A iniciativa permite que os estudantes, os pesquisadores e as equipes das instituições participantes obtenham conectividade à internet, por meio de conexão sem fio (wi-fi), dentro de seus câmpus e em qualquer localidade que ofereça esta facilidade como provedora de serviço.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
27	VIDEOAULA@RNP	Sistema integrado para elaboração, armazenamento e disponibilização de vídeo-aulas. Endereço video.rnp.br.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
28	Dreamspark	É um programa da Microsoft que oferece software, para download gratuito a estudantes de nível superior. Ele é utilizado para efeitos de aprendizagem, ensino e investigação. O tipo de acesso para o aluno é individual, sendo necessário criar uma conta de aluno. É realizada uma verificação do status de aluno na primeira vez em que é realizada a visita ao DreamSpark e uma vez por ano depois disso.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média



29	Portal de Periódicos da CAPES	Serviço oferecido pela CAPES que disponibiliza pesquisas e consultas à sua fonte de artigos e dissertações, além de vídeos, mapas e diversos tipos de conteúdos.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
30	FONE@RNP	Serviço oferecido pela RNP, que permite ligações por meio de VOIP entre as instituições conectadas.	RNP	Diretor de Tecnologia da Informação	Média
Sistemas do Governo					
31	SIAFI (Sistema Integrado de Adm Financeira do Governo Federal)	Consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.	Tesouro Nacional	Diretoria de Contabilidade e Execução Financeira	Alta
32	SLAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos)	O SLAPEnet foi implantado como sítio oficial das informações do SLAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos). O SLAPEnet torna disponível aos servidores, de forma ágil e transparente, as suas informações pessoais, funcionais e financeiras.	MPOG	Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Alta
33	Comprasnet	É o sistema eletrônico de compras governamentais utilizado na Administração Pública Federal. O SIASG integra o portal de compras "comprasnet" (SIASG-Comprasnet)	MPOG	Pró-Reitoria de Administração	Alta
34	SIGPE (Sistema de Gestão de Pessoas)	É um sistema para a gestão dos servidores do governo federal. Fornece dados como: contracheque, dados cadastrais, férias, dados financeiros, consignações, saúde do servidor e manual.	MPOG	Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Alta
35	SISU (Sistema de Seleção Unificada)	O SisU é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.	MEC	Centro de Seleção	Alta



36	SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.	MEC	Diretoria de Administração Acadêmica / PROEN	Alta
37	EDUCACENSO	O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada.	MEC	Diretoria de Administração Acadêmica / PROEN	Alta
38	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.	MPOG	Pró-Reitoria de Administração	Alta
39	SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle.	MEC	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Alta
Aplicativos para dispositivos móveis					
40	IFG Mobile	Aplicativo para Android e IOS. Atualmente conta com informações sobre a reitoria e os câmpus do IFG, além de informações sobre os cursos, os telefones e os procedimentos acadêmicos relacionados aos cursos da Instituição e à vida acadêmica dos alunos.	Diretoria de Administração Acadêmica	Pró-Reitoria de Ensino	Baixa
41	IFG Eventos	Aplicativo para Android, integrado sistema de gestão de eventos, que possui a funcionalidade de confirmação de participantes em eventos.	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	Pró-Reitoria de Extensão	Baixa

Quadro 57: Trabalhos Desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação



Capacitação na Área de Tecnologia da Informação

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho da área de TI, a fim de aprimorar continuamente os serviços prestados à comunidade interna e externa do IFG, a Diretoria de Tecnologia da Informação realizou em 2015 diversas ações de capacitação para área de TI. O início desse trabalho se deu por meio do mapeamento das competências dos servidores da área de TI, a fim de identificar as ações de capacitação necessárias para o alinhamento com os objetivos institucionais. As ações de capacitação da TI são voltadas para as áreas de: Governança, Redes e Infraestrutura, Segurança, Sistemas, Serviços e Suporte.

As ações de capacitação para a área de TI foram realizadas pelas seguintes frentes: Programa de capacitação de servidores do IFG, Contratação de cursos pela Diretoria de TI, Cursos oferecidos pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e cursos em parcerias com outras Instituições, totalizando 1.636 (Um mil seiscentos e trinta e seis) horas de treinamento aplicado à área de TI.

Abaixo, a relação das ações de capacitação realizadas em 2015 na área de TI.

Força de trabalho em TI no IFG

O IFG conta com 50 servidores da área de TI, lotados na Reitoria e nos 14 câmpus, sendo todos efetivos de carreira do próprio IFG, divididos em: 11 – Analista de TI; 27 – Técnicos de TI; e 12 – Técnicos de Laboratório de TI.

Gerenciamento de serviços de TI

Com base no ITIL (Information Technology Infrastructure Library), existem 26 processos voltados para a gestão de serviços de TI, os quais estão divididos em 5 categorias: melhoria contínua do serviço, estratégia do serviço, desenho do serviço, transição do serviço e operação do serviço.

Abaixo, os processos de gestão de serviços de TI implantados, ou de certa forma gerenciados no IFG.

Categoria	Processo	Infraestrutura ou método utilizado
Melhoria contínua do serviço	Medições de serviço	Utilização do sistema de Service Desk GLPI para realizar medições sobre o serviço, por meio de relatórios estatísticos.
Melhoria contínua do serviço	Relatórios de serviço	Utilização do sistema de Service Desk GLPI para realizar medições sobre o serviço, por meio de relatórios estatísticos.
Estratégia do serviço	Gestão da demanda	Implantado os documentos de oficialização de demanda para solicitação de novos serviços, que será analisado por equipe responsável. Demandas de forma padronizada.
Estratégia do serviço	Gestão do portfólio de serviços	Documentado os serviços de TI realizados no IFG, com as informações da categoria, procedimentos envolvidos de cada serviço, periodicidade, requisitos, disponibilidade, público-alvo, responsabilidades. O documento do portfólio de serviço é gerenciado pela Coordenação de Serviços e Suporte, com atualizações constantes de melhoria pela Diretoria de Tecnologia da Informação.
Estratégia do serviço	Gestão Financeira da TI	Orçamento da TI negociado anualmente com a Pró-Reitoria de Administração e Comitê de TI.



		Gerenciamento dos orçamentos, valores dos contratos e aquisições e empenhos em planilhas.
Desenho do Serviço	Gestão do Catálogo de Serviços	Disponibilizado o catálogo de serviços aos usuários de TI do IFG por meio do site www.ifg.edu.br/dti , bem como mediante a requisição de serviços pelo usuário por meio do sistema de Service Desk suporte.ifg.edu.br . O catálogo é mantido pela Diretoria de Tecnologia da Informação.
Desenho do Serviço	Gestão de fornecedores	Registrado em planilhas os contratos da área de TI com fornecedores, bem como orçamentos e custos. Utilizado ferramenta de Service Desk GLPI para acompanhamento dos atendimentos dos fornecedores.
Transição do serviço	Gestão de mudanças	Procedimentos documentados em WIKI, wiki.ifg.edu.br , permitindo aos responsáveis registrar dependências e/ou impactos para futuros acompanhamentos.
Transição do serviço	Ativos do serviço e gerenciamento de configuração	Gerenciamento do parque computacional, de hardware e software por meio do sistema GLPI e OCS. Gerenciamento de licenças da Microsoft no sistema VLSC. Gerenciamento de licenças em planilhas e Software OCS.
Operação do serviço	Requisição do serviço	Sistema de Service Desk suporte.ifg.edu.br como único ponto de contato para requisição de serviços ou incidentes de TI.
Operação do serviço	Gestão de operação	Sistema de Service Desk suporte.ifg.edu.br para acompanhamento e atendimento dos serviços de TI.

Quadro 58: Processos de Tecnologia da Informação

Medidas sobre dependência tecnológica

A dependência tecnológica de empresas terceiras gera o risco da descontinuidade do fornecimento de serviços e equipamentos relevantes para a Instituição. Com o intuito de mitigar eventuais riscos, as decisões sobre projetos e ações de terceirização são discutidos em conjunto com os gestores e Comitê de Tecnologia da Informação, com o objetivo de alinhar os diversos setores aos objetivos, à capacidade de pessoal e à capacidade financeira da Instituição.

Abaixo, algumas medidas adotadas para mitigar risco de dependência tecnológica de terceiros:

- Transferência de tecnologia e treinamento em todos os serviços de TI contratados/adquiridos;
- Bancos de dados dos sistemas terceirizados de propriedade da Instituição.
- Inclusão no planejamento das aquisições de computadores e ativos, no mínimo 3 anos de garantia;

No IFG busca-se encontrar um equilíbrio entre a terceirização dos serviços de TI e realização por servidores do próprio quadro, alinhado a diversos fatores, como: prazo disponibilizado para atendimento aos objetivos institucionais, capacidade financeira, capacidade de pessoal e manutenção do serviço.

Abaixo, serviços de TI terceirizados em 2015:

- Serviço de reprografia e impressão;
- Comunicação de dados;



- Telefonia fixa;
- Telefonia móvel;
- Manutenção de centrais telefônicas;
- Sistema Acadêmico do IFG;
- Sistema de Bibliotecas do IFG.

Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O IFG, no ano de 2015, desenvolveu a campanha “IFG Sustentável” com o objetivo de incentivar o consumo consciente de energia elétrica, água e papel. As ações com foco na sustentabilidade já existiam na Instituição, mas aconteciam sem uma integração que possibilitasse a mobilização de todo o IFG e que fosse capaz de envolver, simultaneamente, a Reitoria e os 14 câmpus em funcionamento.

Para reforçar o IFG Sustentável, a área de programação visual da Diretoria de Comunicação/IFG criou um selo para a campanha e adesivos com mensagens diversas sobre a importância de manter as portas e janelas fechadas quando o setor estiver utilizando o ar condicionado, de desligar o monitor dos computadores, de repensar sobre a necessidade de imprimir e, se for fazê-lo, optar pela impressão em frente e verso, de apagar as luzes da sala ao sair, de fechar as torneiras, dentre outras.

O intuito foi mobilizar toda a Instituição para a economia de água e energia, conforme disposto em uma Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que trata do monitoramento do uso de energia elétrica e de água em órgãos públicos, além da adoção de práticas que visem conter o desperdício. O IFG, assim como todos os órgãos e entidades do Governo Federal, devem informar mensalmente os dados sobre consumo de energia elétrica e de água por meio do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (Sispes).

Em relação à Agenda Ambiental na Administração Pública, o IFG busca adotar referenciais de sustentabilidade ambiental com foco nos seguintes eixos temáticos: Eficiência Energética, A água e seus usos múltiplos e O papel nosso de cada dia.

Destaca-se ainda, que no ano de 2015, foi desenvolvida uma pesquisa no Câmpus Aparecida de Goiânia denominado “Compostagem Artesanal como Forma de Gestão de Resíduos Orgânicos do IFG”. O grupo de professoras e alunas pesquisadoras, envolvidas nessa pesquisa, buscou como alternativa ao aumento da quantidade de lixo produzido em decorrência do crescimento populacional, o reaproveitamento dos resíduos orgânicos para a produção da compostagem natural. Para isso, utilizaram os resíduos da alimentação de alunos e servidores do Câmpus e das aulas práticas dos laboratórios de alimentos. O trabalho foi iniciado com palestras de conscientização da comunidade escolar sobre a reciclagem de lixo doméstico.

Além da aprendizagem técnica dos alunos, relacionada a questões físicas e químicas dos resíduos e da qualidade final do composto orgânico, a pesquisa possibilitou a demonstração dos benefícios do adubo orgânico e da reciclagem para o meio ambiente e o incentivo à coleta seletiva de lixo doméstico. As pesquisadoras concluíram que a compostagem é um processo de fácil execução e não gera grandes custos, por requerer poucos materiais e não necessitar de muito espaço



para realização. A partir dessa pesquisa foi construído um artigo científico sobre o tema que se encontra disponível no seguinte link: <http://blogs.ifg.edu.br/ebooks/>.

No ano de 2015, o Câmpus Formosa promoveu o “Seminário sobre o Meio Ambiente”, dedicado a reflexões sobre a importância da gestão ambiental sustentável. Na ocasião, foram proferidas palestras sobre a importância dos recursos hídricos de Formosa.

O IFG também se preocupa com a separação dos resíduos recicláveis descartados, e, desde o ano de 2012, dispõe de programa institucional de coleta seletiva que atende ao Decreto nº 5.940/2006, que determina “a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis”.

Os Câmpus em implantação também aderiram ao programa de coleta seletiva, a exemplo de Águas Lindas, que, no ano de 2015, aderiu ao "Programa Educação Ambiental Nas Escolas", parceria entre Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação de Águas Lindas de Goiás, Instituto Franciscano Ambiental Internacional (IFRAI) e cooperativa CB Ambiental.

Os contratos realizados pelo IFG atendem às determinações do Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

Apesar de não dispor de um Plano de Logística Sustentável (PLS), o IFG contempla no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aspectos inerentes à responsabilidade social e a inserção regional da Instituição, e a necessidade de desenvolvimento regional sustentável ambientalmente. Uma das ações previstas no PDI é o Programa IFG Cidadania, que se trata de um espaço de diálogo e troca de experiências capazes de envolver os segmentos internos em práticas dialógicas voltadas para a sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

A preocupação do IFG com questões ambientais pode ainda ser percebida a partir da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a exemplo de Agroecologia, Meio Ambiente e Controle Ambiental. Destaca-se ainda a oferta do curso de graduação em Engenharia Ambiental, além do Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis cujas linhas de pesquisa são: Energias Renováveis e Engenharia Econômica Aplicada; Tecnologia de Redução e Gerenciamento de Resíduos; Modelagem de Sistemas Ambientais; e Fontes Alternativas de Água.





8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de Recomendações do TCU

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.684/2012-8	2447/2013 2ª Câmara	c	Ofício nº 0521/2013- TCU/SECEX-GO	03/06/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que crie indicador que avalie a colocação ou realocação dos alunos no mercado de trabalho ao tempo de conclusão dos cursos, pois um dos objetivos basilares da política pública que ampara a Instituição é incrementar o acolhimento e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O IFG compreende a importância institucional das ações voltadas para o egresso e tem convidado esforços para conclusão do portal bem como a aprovação da política de acompanhamento de Egressos. A política de acompanhamento de egresso e o portal do egresso são ferramentas importantes para a definição e orientação da relação do IFG com o egresso. Vale ressaltar que a Política de Acompanhamento de Egressos é um instrumento que irá nortear as ações e incorporará o questionário que tem como parte integrante os indicadores.</p> <p>A Minuta da Política de Acompanhamento de Egressos e questionários contendo os indicadores, propostos pela PROEX, estão sendo discutidos nos Câmpus com a finalidade de definir a melhor forma de realizar o mapeamento e os mecanismos de controle. Devido a grande quantidade e as diversas modalidades de cursos oferecidos nos campus do IFG entendemos que o debate com a comunidade acadêmica se faz necessária para estabelecer de forma clara o que se pretende com a Política e com o acompanhamento do Egresso.</p> <p>No intuito de implementar o acompanhamento de egressos foi constituída, no ano de 2015, um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes de cada Câmpus, sendo esses responsáveis pela condução das discussões e pela compilação do documento final que será encaminhado à Câmara de Extensão. O cumprimento do cronograma de atividades previsto para o GT sofreu um atraso devido ao movimento paredista no IFG que se estendeu até outubro de 2015.</p>				



Para alcançarmos as metas estamos reestruturando o grupo de trabalho bem como organizando um novo cronograma para realização das atividades considerando o novo calendário acadêmico dos Câmpus. Além disso, estamos realizando seleção de estagiários na área de informática para auxiliar nas questões técnicas para os ajustes finais do Portal bem como a organização do banco de dados. Está em estudo a possibilidade do portal do egresso acompanhar também os alunos dos cursos de extensão na modalidade FIC e PRONATEC.

Cronograma para início do acompanhamento de egresso:

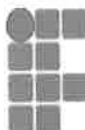
Atividade proposta conclusão	Prazo para
1 - Definição do Conteúdo do Portal	Concluído
2 – Proposta do Portal	Concluído
3 – Discussão da proposta da política de acompanhamento de egressos.	Em andamento
4 – Seleção de estagiários de (TI)	Março/2016
5 – Reestruturação do Grupo de trabalho.	Abril/2016
6 – Início dos testes para acompanhamento do egresso.	Julho/2016
7 – Finalização e aprovação da política de acompanhamento de egresso.	Setembro/2016
8 – Implantação e acompanhamento egresso nos Câmpus através indicador.	Dezembro/2016

Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Recomendações do OCI não atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.2.1.1 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a Unidade faça constar em seus normativos dispositivos assegurando a autoridade da unidade de controle interno na organização, incluindo os seguintes aspectos: - autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias; - obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as			

[Handwritten signature]



informações solicitadas pela unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa; - possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182

Síntese da providência adotada:

As alterações já constam a minuta do Regimento Interno do IFG, que será submetida à consulta pública em março de 2016 e posteriormente disponibilizada para apreciação do Conselho Superior (CONSUP), o que deverá ocorrer até maio de 2016. Entretanto, o Manual de Auditoria Interna do IFG aprovado pela Resolução CONSUP/IFG de nº 03 de 22 de fevereiro de 2016, disponível em: <http://www.ifg.edu.br/images/2015/GABINETE/resolucao0032016.pdf>, contempla todos os itens da recomendação.

Síntese dos resultados obtidos

A recomendação foi atendida com a entrada em vigor do Manual de Auditoria Interna, além de constar na minuta do Regimento Interno do IFG, que será apreciado pelo Conselho Superior no primeiro semestre de 2016.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Auditoria sobre atuação da Auditoria Interna nº 201504999	1.2.1.2 Constatação	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Descrição da Recomendação:



Reformar a minuta de seu Regimento Interno, em alinhamento às disposições do Decreto nº 3.591/2000 e da Instrução Normativa SFC 1/2001, de modo que nele se faça constar, expressamente, a unidade à qual deve se vincular a Audin, em conformidade com o disposto no art. 15, §§ 3º e 4º do Decreto nº 3.591/2000, c/c o Capítulo X, Seção I, item 8 da Instrução Normativa SFC 1/2001.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
Síntese da providência adotada:	
A alteração do Regimento Interno do IFG deverá ser realizada no primeiro semestre de 2016, vinculando à Audin ao Conselho Superior da Instituição.	
Síntese dos resultados obtidos	
A recomendação será atendida assim que o Regimento for aprovado pelo Conselho Superior (Consup).	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores negativos.	

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:		Código SIORG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás		451	
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Auditoria sobre atuação da Auditoria Interna nº 201504999	1.2.1.3 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás		451	
Descrição da Recomendação:			



Formalizar as atribuições do auditor-chefe, por meio de normativos internos, de modo a assegurar autoridade à Unidade de Controle Interno, reformando a minuta de seu Regimento Interno, em alinhamento aos preceitos recomendados pelo Institute of Internal Auditors (IIA) de modo que nele se faça constar as seguintes responsabilidades do auditor-chefe, sem prejuízo de outras: a) opinar sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos, bem como sobre a gestão de riscos realizada no IFG; b) informar o andamento e os resultados do Painel ao Conselho Superior e à alta administração; c) informar sobre a suficiência dos recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à Audin, ao Conselho Superior e à alta administração; d) ser o responsável pelo alinhamento da atuação da Audin com os riscos identificados na gestão; e) ter livre acesso ao Conselho Superior.

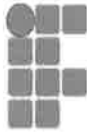
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
Síntese da providência adotada:	
Todos os itens da recomendação foram incluídos nas atribuições do auditor-chefe no Manual de Auditoria Interna do IFG, que foi aprovado pela Resolução CONSUP/IFG de nº 03 de 22 de fevereiro de 2016, disponível em: http://www.ifg.edu.br/images/2015/GABINETE/resolucao0032016.pdf .	
Síntese dos resultados obtidos	
A recomendação foi atendida com a entrada em vigor do Manual de Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores negativos.	

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	451		
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Auditoria sobre atuação da Auditoria Interna nº 201504999	1.2.1.4 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451

4



Descrição da Recomendação:	
Que o IFG faça gestão junto aos órgãos competentes no sentido de aumentar o quadro de servidores efetivos da Audin.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
Síntese da providência adotada:	
O IFG solicitou junto ao MEC a disponibilização de código de vaga para aumentar o quadro de servidores efetivos da Auditoria Interna.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Ministério da Educação ainda não efetuou a redistribuição de código de vaga para o cargo.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A grande demanda por códigos de vagas junto ao MEC.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Auditoria sobre atuação da Auditoria Interna nº 201504999	1.2.1.5 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação:			
Que a Audin elabore os projetos de capacitação e apresente-os à PRODI para viabilização destes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
A Auditoria Interna elaborou o Plano de capacitação para os servidores do setor, contemplando os exercícios de 2016/ 2017 e o remeteu para a Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, para análise e viabilização futura dos treinamentos.			
Síntese dos resultados obtidos			
O plano foi elaborado e enviado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de			



providências pelo gestor
A limitação de recursos orçamentários por parte do Governo Federal.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Auditoria sobre atuação da Auditoria Interna nº 201504999	1.2.1.6 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação:			
Que o IFG desenvolva e formalize, com base em metodologia adequada, política de gestão de riscos, ainda que por etapas sucessivas, até alcançar a cobertura de seus principais processos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
O IFG iniciou um trabalho de forma incipiente por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, onde foram estabelecidos os riscos envolvidos nas aquisições do setor e a melhor forma de mitigá-los. Nesse sentido, a Unidade de Auditoria Interna está trabalhando para que, no exercício de 2016, seja implantada na Instituição a Auditoria Baseada em Riscos (ABR), com o objetivo de mensurar e priorizar os riscos para oportunizar a evidenciação nas ações e programas auditáveis com maior relevância. Com isso, haverá uma evolução da análise do sistema de controle para a gestão do risco, havendo essencialmente a mudança do foco, que deixará de ser no passado e passará a ser no futuro, o que agregará mais valor ao IFG.			
Síntese dos resultados obtidos			
A implantação da ABR por meio da Auditoria Interna, propiciará à Instituição a implementação gradativa da gestão de riscos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			



Tratamento de Recomendações do Órgão de Auditoria Interna

Resumo das Recomendações

Durante o exercício de 2015 foram emitidos 08 (oito) relatórios de auditoria, conforme especificações a seguir:

- Relatório nº 01: Câmpus Anápolis
 - Foram emitidas 45 (quarenta e cinco) recomendações.
- Relatório nº 02: Câmpus Jataí
 - Foram emitidas 37 (trinta e sete) recomendações
- Relatório nº 03: Câmpus Goiânia
 - Foram emitidas 65 (sessenta e cinco) recomendações.
- Relatório nº 04: Reitoria (PROAD)
 - Foram emitidas 31 (trinta e uma) recomendações.
- Relatório nº 05: Goiânia Oeste
 - Foram emitidas 14 (quatorze) recomendações
- Relatório nº 06: Educação à Distância (EAD)
 - Foram emitidas 11 (onze) recomendações.
- Relatório nº 07: Uruaçu
 - Foram emitidas 34 (trinta e quatro) recomendações
- Relatório nº 08: Reitoria (PRODI)
 - Foram emitidas 03 (três) recomendações.

Nº DO RELATÓRIO	RECOMENDAÇÃO	ESTAGIO DA IMPLEMENTAÇÃO
001 Anápolis	01 a 45	Atendidas
002 Jataí	01 a 20 21 22 a 35 36 37	Atendidas Parcialmente atendida Atendidas Parcialmente atendida Atendida
003 Goiânia	01 a 02 03 04 a 60 61 62 a 65	Atendidas Não atendida Atendidas Não atendida Atendidas
004 Pró-Reitoria de Administração	01 a 31	O Relatório não foi respondido pela Pró-Reitoria
005 Goiânia Oeste	01 a 14	Atendidas
006 Educação a Distância	01 a 11	Atendidas



007 Uruaçu	01 a 3.2 3.3 04 a 17 18 19 a 34	Atendidas Não atendida Atendidas Parcialmente atendida Atendidas
008 Reitoria (PRODI)	01 a 03	Atendidas

Quadro 59: Recomendações da Auditoria Interna

Fonte: Auditoria Interna IFG

Pendências nas recomendações

Câmpus Jataí

Recomendação 21: A recomendação trata da pendência de prestação de contas em processo de visita técnica.

Resposta do Gestor: O interessado foi comunicado mais de uma vez para que efetuasse a prestação de contas, no entanto, não houve a regularização.

Com isso, a recomendação foi atendida parcialmente, pois dos sete processos indicados, apenas o de nº 23744.000444/2014-51 ainda não efetuou a prestação de contas.

Tendo em vista a não prestação de contas pelo servidor, apesar do longo espaço de tempo decorrido entre a data do recebimento dos recursos até a presente data, o Câmpus Jataí encaminhará o processo à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, para que seja aberto o processo administrativo de devolução ao erário. O prazo previsto para a conclusão da pendência é o primeiro semestre de 2016.

Recomendação 36: A recomendação trata de pendências de prestações de contas em processos do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos (PROCAP).

Resposta do Gestor: Os interessados foram comunicados mais de uma vez para que efetuassem as prestações de contas, no entanto, não houve a regularização.

A recomendação foi atendida parcialmente, pois dos sete processos de servidores que utilizaram os recursos do PROCAP, apenas os de nº 23744.000857/2014-35 e 23744.000855/2014-46 permanecem sem finalização.

Tendo em vista a não prestação de contas pelos dois servidores, apesar do longo espaço de tempo decorrido entre a data do recebimento dos recursos até a presente data, o Câmpus Jataí encaminhou os processos à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), para que sejam abertos os processos administrativos de devolução ao erário. O prazo previsto para a conclusão das pendências é o primeiro semestre de 2016.





Câmpus Goiânia

Recomendação 03: A recomendação é para que o valor de R\$ 395,90 (trezentos e noventa e cinco reais e noventa centavos) referente à PCDP nº 002712/14 seja devolvido ao erário em consequência do convidado receber o dinheiro e não ministrar a palestra no evento.

Resposta do Gestor: Após diversas tentativas de receber o valor, o palestrante ainda não efetuou a devolução. O Câmpus notificou formalmente o interessado e, caso este persista em não devolver os recursos, será tomadas providências legais cabíveis.

A recomendação ainda não foi atendida, pois até a presente data não houve a devolução dos recursos.

O prazo previsto para regularização da pendência é o primeiro semestre de 2016.

Recomendação 61: A recomendação trata de devolução ao erário de valores recebidos acima do limite de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) referente ao PROCAP.

Resposta do Gestor: No ano de 2012, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) emitiu e encaminhou às instâncias do IFG o documento intitulado “Procedimento Administrativo – Concessão de Auxílio para Participação em Eventos e Cursos sem Apresentação de Trabalho”, destinado a orientar a concessão de benefício relacionado ao Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos e Cursos para Capacitação dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PROCAP). Nesse documento, ficou estabelecido o “teto de solicitação”, cujo valor foi de R\$ 2.500,00. A Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor (CORH/CAS) do Câmpus Goiânia se fundamentou no mencionado documento para a concessão do incentivo financeiro PROCAP no Exercício de 2012.

No ano de 2013, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) emitiu e encaminhou às instâncias do IFG o documento intitulado “Procedimento Administrativo de Incentivo à Participação em Eventos e Cursos para Capacitação dos Servidores do IFG 2013”, destinado a orientar a concessão de benefício relacionado ao PROCAP.

Também nesse documento, ficou estabelecido o “teto de solicitação”, cujo valor foi de R\$ 2.500,00. A Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor (CORH/CAS) do Câmpus Goiânia do IFG se alicerçou no mencionado documento para a concessão do incentivo financeiro PROCAP no Exercício de 2013.

No ano de 2014, diferentemente dos anos anteriores, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) não emitiu nem encaminhou qualquer documento ao Câmpus Goiânia, nos moldes dos dois documentos anteriormente citados, a respeito do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos e Cursos para Capacitação dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PROCAP). Ressalte-se que em 19/02/2014, a PROAD/IFG emitiu o Memorando Circular nº 002/PROAD/IFG/2014, no qual ficou estabelecido que “as orientações quanto a sua execução serão encaminhadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional”.

O assunto do referido memorando foi: Auxílio para Participação em Eventos e Cursos de Capacitação sem Apresentação de Trabalhos – PROCAP.



O Memorando Circular nº 002/PROAD/IFG/2014 informa o montante autorizado para gasto no Câmpus Goiânia (R\$ 90.000,00), mas não informa como e quando o recurso financeiro deverá ser utilizado, transferindo essa definição para a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, a qual não orientou (até o final do ano de 2014) a CORH/CAS-Câmpus Goiânia a respeito do “teto de solicitação” a ser requerido pelos servidores, os quais, sem essa informação, solicitaram valores até R\$ 3.000,00.

A CORH/CAS-Câmpus Goiânia, à míngua de orientações a respeito da utilização dos recursos PROCAP, encaminhou as solicitações dos servidores à Diretoria-Geral do Câmpus e esta remeteu os Processos à Diretoria de Administração do Campus, autorizando os pagamentos. Todas essas instâncias administrativas agiram de boa-fé quando observaram os requisitos fundamentais para solicitação do incentivo financeiro PROCAP e consideraram os objetivos explícitos do Programa PROCAP, estabelecidos nas normas de 2012 e 2013, isto é, “promover a capacitação dos servidores do quadro permanente do Instituto Federal de Goiás por meio da participação em eventos e cursos de qualificação e requalificação (ref. a 2012) e “promover a capacitação dos servidores do quadro permanente do Instituto Federal de Goiás por meio da participação em eventos e cursos de qualificação e requalificação no país” (ref. a 2013), bem como respeitaram o limite de gasto máximo da verba anual destinada ao Câmpus Goiânia em 2014, referente ao PROCAP.

Em outras palavras, não houve desvio no uso do recurso financeiro PROCAP, destinado exclusivamente à qualificação e requalificação de servidores por meio da realização de cursos ou da participação em eventos de educação informal. Não há uma legislação federal e não houve uma legislação institucional durante o Exercício de 2014 que orientasse(m) as instâncias do Câmpus Goiânia em relação à concessão do benefício. Em razão disso, entendemos não ser justo penalizar o servidor com a devolução de valores ao erário, tendo em vista que eles também não foram orientados a solicitar valores que não excedessem a R\$ 2.500,00, teto que, a nosso ver, jamais foi estabelecido para o ano de 2014 por qualquer instância da Reitoria do IFG. Não há documento que tenha regularizado o teto de R\$ 2.500,00 para o ano de 2014, muito menos para outras especificidades do PROCAP. Assim como foi emitido um documento específico com as normas referentes ao PROCAP para os anos de 2012 e 2013, o IFG deveria ter publicado uma norma para o ano de 2014, a qual viria a prevenir o cometimento dos erros apontados por essa AUDIN.

Pelas razões aqui apresentadas, a Direção-Geral do Câmpus Goiânia não notificará aos servidores para a devolução dos valores que excederam o total de R\$ 2.500,00, por não ter havido norma em vigor no ano de 2014 (como ocorrido nos anos anteriores) que possa fundamentar uma notificação dessa natureza e com esse teor.

A recomendação não foi atendida.

A Auditoria Interna entendeu como não procedente a justificativa do Câmpus e encaminhou à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional os nomes dos Beneficiários do PROCAP que receberam valores acima do teto de R\$ 2.500,00, juntamente com os cálculos, para a abertura de processo administrativo de devolução ao erário.



Câmpus Uruaçu

Recomendação 03.3: A recomendação trata de restituição ao erário do valor correspondente a uma diária não utilizada por três servidores e refere-se às seguintes PCDPs: 001538/14, 001539/14 e 001540/14.

Resposta do Gestor: O Câmpus emitiu as Guias de Recolhimento da União (GRU) no valor de R\$ 212,40 (duzentos e doze reais e quarenta centavos), correspondentes aos valores de 01 (uma) diária a serem devolvidos ao erário por cada servidor. Também foram tomadas ações no sentido de indeferir novas solicitações, no caso de não pagamento das guias.

A recomendação não foi atendida, pois ainda não houve a devolução dos recursos.

Caso não haja o pagamento das GRUs, o Câmpus Uruaçu deverá tomar as medidas legais cabíveis. O prazo previsto para a conclusão da pendência é o primeiro semestre de 2016.

Recomendação 18: A recomendação trata ressarcimento ao erário, tendo em vista a não prestação de contas por parte de uma servidora que participou de um congresso no Rio Grande do Sul.

A recomendação não foi atendida.

Tendo em vista a não prestação de contas pela servidora, apesar do longo espaço de tempo decorrido entre a data do recebimento dos recursos e a presente data, o Câmpus Uruaçu encaminhou o processo à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), para que seja aberto o processo administrativo de devolução ao erário. O prazo previsto para a conclusão da pendência é o primeiro semestre de 2016.

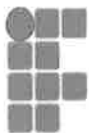
Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	12.363.2031.20RL.0052	338.286,72	144.551,47
Mercadológica			
Utilidade pública			

Quadro 60: Despesas com publicidade.

Fonte: PROAD/IFG.





ANEXO I – RELATÓRIO DA ÁREA FINALÍSTICA ENSINO

Este relatório tem por objetivo descrever de forma transparente, o desempenho da Pró-Reitoria de Ensino do IFG na condução das atividades inerentes a este setor, ressaltando as ações que buscaram a implementação das políticas educacionais e dos programas voltados para a melhoria da gestão e qualidade da educação, incluindo os mecanismos de redução da evasão e da melhoria da inclusão social.

É oportuno destacar que os resultados obtidos foram frutos de um trabalho coletivo, para tanto, buscou-se por meio da articulação com os câmpus, com a Câmara de Ensino, com as demais pró-reitorias, comissões e setores da Instituição, o desenvolvimento de ações visando à promoção do ensino, em conformidade com o que está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional e nas diretrizes nacionais da educação.

No que se refere à democratização do ensino, foi articulado com as demais Instituições Públicas de Ensino Superior (UEG, UFG, IFG e IFGOIANO) ações coletivas, tais como o site www.estudeemgoias.com.br, visando a divulgação, principalmente na Rede Estadual de Ensino – Ensino Médio, sobre os cursos ofertados, formas de acesso, auxílios, entre outras informações.

Houve ainda um esforço de auxiliar a gestão acadêmica e pedagógica dos câmpus e de ampliar as ações e regulamentos que pudessem garantir os direitos sociais, dar legitimidade às ações acadêmicas e ampliar a atuação institucional.

Foram também iniciados os trabalhos referentes à Portaria nº 1224/2013 sobre a guarda e preservação do acervo acadêmico. A primeira fase realizada foi de um diagnóstico em todos os câmpus e que servirá de base para a capacitação e para a efetivação da legislação.

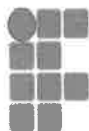
Iniciaram-se, também, diagnósticos e pesquisas visando avaliar matrizes curriculares dos cursos técnicos integrados e criar um Plano Institucional de Permanência e Êxito, principalmente de forma a reduzir a evasão em todas as modalidades e cursos do IFG.

No que se refere à Educação a Distância foi realizado um trabalho de reorganização da Diretoria e dos planos de ações, bem como foi dada celeridade aos processos de certificação de processos de 2012 a 2014.

O relatório de gestão, aqui apresentado, atende aos requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas da União, e optou-se em relatar os programas e projetos de maior relevância.

A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN – tem desempenhado suas atividades administrativas e pedagógicas com diligência, tais quais listamos:

- Acompanhamento da oferta dos cursos de acordo com as resoluções e PDI, bem como a assessoria na construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- Avaliação técnica dos PPCs sobre o cumprimento da legislação do MEC, CNE e conselhos profissionais;
- Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), ofertados na modalidade de Educação a Distância, sendo constituídas oito (08) comissões de reestruturação chefiada por cada coordenador de curso;
- Acompanhamento da oferta dos cursos nos câmpus em implantação;



- Assessoria às coordenações de cursos e áreas acadêmicas dos Câmpus na interpretação e execução dos regulamentos acadêmicos;
- Proposição de novos regulamentos;
- Respostas às solicitações feitas por meio do SIC e do Ministério Público no que tange à área de ensino;
- Acompanhamento e assessoramento de todas as etapas dos processos regulatórios dos cursos superiores e da Instituição;
- Recebimento da comissão avaliadora do INEP/MEC referente ao processo de credenciamento institucional;
- Elaboração e acompanhamento dos calendários acadêmicos do IFG;
- Atendimento total aos prazos e solicitações dos Censos Educacionais coordenados pelo INEP/MEC;
- Participação em reuniões, seminários e outros eventos promovidos pelo MEC e suas autarquias;
- Participação em reuniões técnicas promovidas pelos diversos setores do IFG e outras instituições;
- Acompanhamento e envio dos projetos de cursos para serem aprovados no Conselho Superior:

Para além dessas atividades, a PROEN, em 2015, desenvolveu ações estratégicas, evidenciando-se as seguintes:

No que tange à seleção de alunos, no ano de 2015, o Centro de Seleção – órgão subordinado à PROEN – realizou 22 (vinte e dois) processos seletivos, sendo: 07 (sete) Vestibulares, 01 (um) processo seletivo para os cursos técnicos na modalidade integrado, 3 (três) processos seletivos para os cursos técnicos na modalidade subsequente, 04 (quatro) processos seletivos para portador de diploma e transferência externa, 01 (um) processo seletivo para mudança de curso e/ou câmpus e 05 (cinco) processos seletivos para a modalidade EJA e um processo seletivo para o Programa de Oferta de Disciplinas em Parceria com a Universidade Americana Northern Virginia Community College (NOVA), os quais somaram um total de 5.272 vagas ofertadas e 20.661 candidatos inscritos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Processo Seletivo	Quantidade de Processos	Total de Vagas Ofertadas	Total de Candidatos
Vestibular	7	1922	11512
Técnico Integrado	1	1260	5163
Técnico Subsequente	3	103	258
Portador e Transferências	4	690	582
Mudança de Curso/Câmpus	1	145	49
EJA	5	1139	3002
NOVA	1	13	95
Total	22	5272	20661

Além dos processos seletivos próprios, o Centro de Seleção ainda operacionaliza, elabora, publica editais e processa resultados do SISU e específicos da Educação a Distância (EaD). Assim, apresenta-se o quadro geral das ações realizadas pelo Centro de Seleção no ano de 2015:





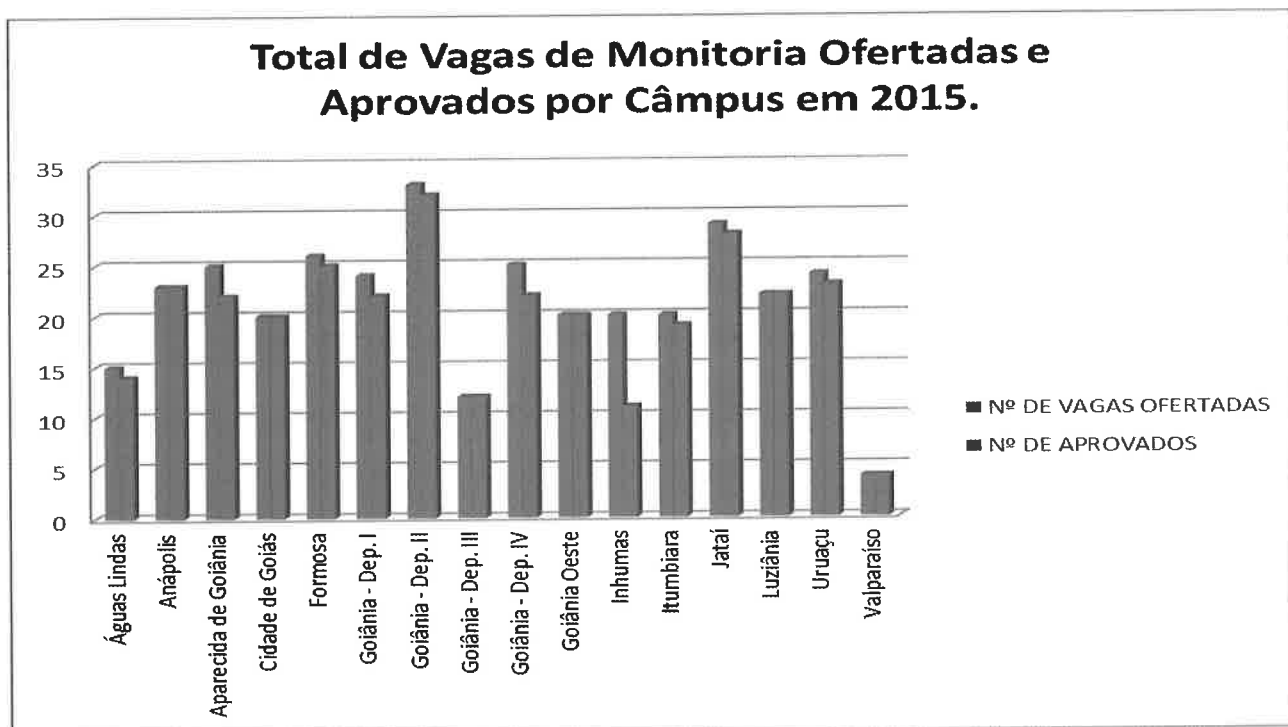
Processo Seletivo	Quantidade de Processos	Total de Vagas Ofertadas	Total de Candidatos
Processos seletivos Próprios	22	5.272	20.661
SiSU	2	408	10.803
Processos Seletivos Pesquisadores/Tutores EaD	3	104	928
Total	27	5.784	32.392

No que tange especificamente à Educação a Distância – EaD – no ano de 2015, 133 (cento e trinta e três) bolsistas atuaram nos cursos ofertados pela Instituição. Esses bolsistas foram selecionados por meio de Editais operacionalizados pelo Centro de Seleção/PROEN:

Editais	Descrição	Nº Inscritos	Nº Classificados
Edital 041/2015	Seleção de professor pesquisador para os cursos do Profuncionário e Edificações	478	178
Edital 087/2015	Seleção de Tutor presencial para os polos de Senador Canedo e Águas Lindas	131	18
Edital 175/2015	Seleção de tutor presencial para todos os polos.	319	104
Edital 149/2014	Seleção de alunos para cursos da rede e-Tec (Açúcar e Alcool, Cerâmica, Edificações e Química)	253	161
Chamada Pública PROFUNCIÓNÁRIO	Seleção de alunos para os cursos do Profuncionário	1420	660

Além dessas seleções já mencionadas, a PROEN, por meio da Diretoria de Educação Básica e Superior – DEBS/PROEN, operacionalizou a seleção para Programa de Bolsas de Monitoria. No ano de 2015, foram lançados 04 (quatro) editais do Programa, em função dos diferentes calendários dos câmpus, totalizando **342 vagas ofertadas** e **319 monitores aprovados/classificados**.

MONITORIA 2015					
CÂMPUS	Vagas ofertadas	Oferta do câmpus em relação ao IFG (%)	Aprovados	Aprovados em relação à oferta do câmpus (%)	Aprovados câmpus em relação aos aprovados IFG (%)
Águas Lindas	15	4,39%	14	93,33%	4,39%
Anápolis	23	6,73%	23	100,00%	7,21%
Aparecida de Goiânia	25	7,31%	22	88,00%	6,90%
Cidade de Goiás	20	5,85%	20	100,00%	6,27%
Formosa	26	7,60%	25	96,15%	7,84%
Goiânia - Dep. I	24	7,02%	22	91,67%	6,90%
Goiânia - Dep. II	33	9,65%	32	96,97%	10,03%
Goiânia - Dep. III	12	3,51%	12	100,00%	3,76%
Goiânia - Dep. IV	25	7,31%	22	88,00%	6,90%
Goiânia Oeste	20	5,85%	20	100,00%	6,27%
Inhumas	20	5,85%	11	55,00%	3,45%
Itumbiara	20	5,85%	19	95,00%	5,96%
Jataí	29	8,48%	28	96,55%	8,78%
Luziânia	22	6,43%	22	100,00%	6,90%
Uruaçu	24	7,02%	23	95,83%	7,21%
Valparaíso	4	1,17%	4	100,00%	1,25%
IFG	342	100,00%	319	93,27%	100,00%



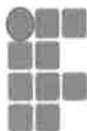
Total de Vagas de Monitoria Ofertadas e Aprovados por Câmpus em 2015

Outras ações estratégicas realizadas nos setores da PROEN, que foram realizadas no intuito de motivar celeridade e eficiência acadêmico/administrativa, se deram no âmbito das Diretorias de Educação a Distância – DeaD – e de Administração Acadêmica – DAA. Das quais se destacam:

Diretoria de Educação a Distância:

- **Padronização dos Documentos de Registro do Trabalho Pedagógico:** foram criados documentos que padronizaram o registro do trabalho pedagógico docente: plano de ensino e avaliação (presencial/on-line), cuja avaliação e entrega passa ser feita no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Sala de Coordenação Pedagógica;
- **Sala de Coordenação Pedagógica (Virtual):** foi criada uma sala de registro do trabalho dos bolsistas envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem. Essa sala reúne os documentos: PPCs, material didático pedagógico, modelo de documentos de registro do trabalho pedagógico (plano de ensino e avaliação), entrega de diários consolidados, além de espaço de interação entre Coordenação Pedagógica, Coordenação de Curso, Equipe Multidisciplinar e Docentes. Esse espaço virtual também registra proposição de projetos pedagógicos docentes, além de outras ações que envolvem o trabalho dessa coordenação;
- **Comunicação, Integração e Reestruturação da Equipe Multidisciplinar:** como estratégia de interação entre a equipe pedagógica, foi construído um grupo de e-mails e também grupos de mensagens instantâneas entre coordenadores de curso, coordenadores de polo e coordenação pedagógica. Na reestruturação da Equipe, foi incluído profissional para revisão



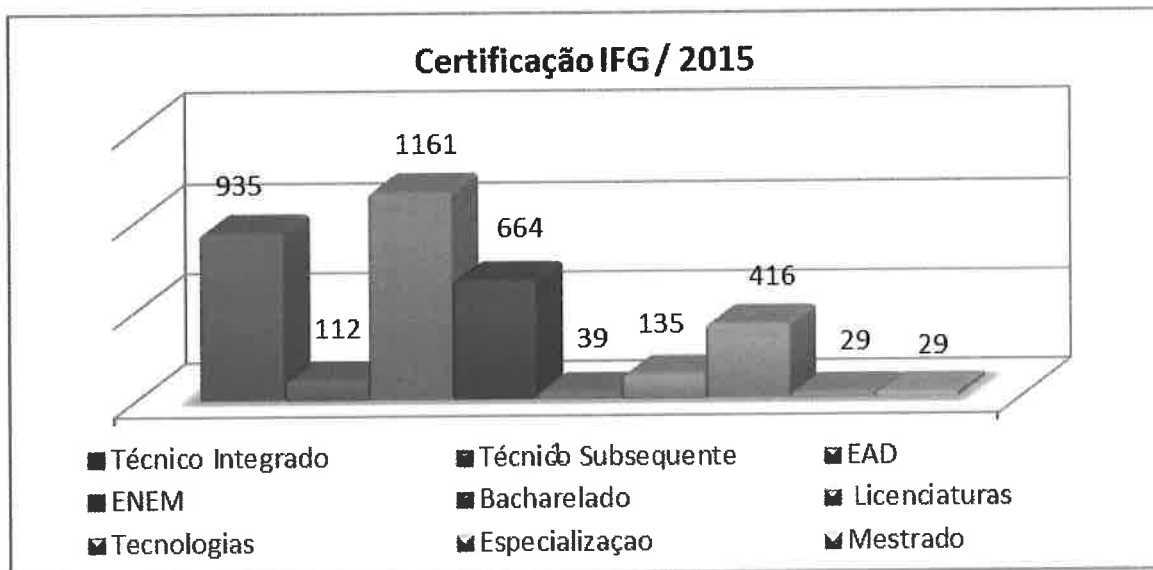


ortográfica e substituído o profissional responsável pela validação e postagem do material didático-pedagógico para construção das salas virtuais;

- **Sala de Estágio Supervisionado:** no AVA ainda foi criada uma sala de orientação para o estágio. Essa sala já atende aos alunos dos cursos Profucionário, orientando como produzir o Memorial Descritivo, construído a partir do registro das Práticas Profissionais Supervisionadas (PPSs), realizadas para cada disciplina do curso, correspondendo ao Estágio Supervisionado. Para os cursos de demanda aberta, essa sala está sendo produzida com todas as orientações para que o aluno realize e registre seu estágio em cada câmpus/polo. A proposta também inclui a entrega virtual desses documentos, assim como o processo de avaliação;
- **Formação para a Equipe:** como proposta de formação para o trabalho da equipe, foram realizadas reuniões periódicas com a equipe multidisciplinar, de coordenações de curso, coordenações de polo e CORAE/EAD. Nessa perspectiva, foi realizado o I Colóquio da EAD: Educação Aberta, Pública e a Distância, realizada dentro do Simpeex no Câmpus Luziânia. No momento, foram discutidos desafios e estratégias para institucionalização da EAD no IFG, assim como relatos de experiências didático-pedagógicas e de formação docente para a Educação a Distância.

Diretoria de Administração Acadêmica:

- **Padronização de Procedimentos:** Visando à melhoria da administração acadêmica foram criadas orientações e fluxos para a padronização de procedimentos acadêmicos.
- **Reestruturação de procedimentos no setor de Registro de Diplomas - CRD/PROEN:**
 - a. Alterações no processo de devolução dos processos para correção, minimizando o prazo de entrega dos diplomas para 60 dias;
 - b. Atendimento as duvidas e padronização de procedimentos junto às CoRAEs, por meio dos manuais de procedimentos no “Guia DAA”;
 - c. Início da emissão e registro dos certificados de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
 - d. Composição de comissão para reformulação da resolução de colação de grau;
 - e. Conclusão e Apresentação na Câmara de Ensino da Resolução para revalidação de Diplomas.



Certificação IFG/2015

- **Implantação do sistema GuiaDAA:** O sistema GuiaDAA foi implantado no início do ano de 2015 reunindo orientações, manuais, tutoriais, referências rápidas e informações detalhadas sobre conceitos e procedimentos que envolvem as atividades da Diretoria de Administração Acadêmica e da Coordenação de Registro de Diplomas da Pró-Reitoria de Ensino do IFG. Atualmente, o sistema GuiaDAA possui 19 categorias e aproximadamente 65 artigos que documentam algum procedimento específico. O sistema GuiaDAA pode ser acessado por meio do seguinte endereço: <http://guiadaa.ifg.edu.br>.
- **Desenvolvimento de Sistemas Computacionais:**
 - a. **Melhoria do Módulo de Exportação de Dados do SISTEC e Cruzamento de Dados com o Sistema Acadêmico:** O sistema extrator de dados dos ciclos do SISTEC foi melhorado e reescrito, o que tem proporcionado mais agilidade na extração das informações do SISTEC visando o cruzamento de dados com o Sistema Acadêmico para a identificação de divergências e execução das providências necessárias, para que a situação de cada matrícula com vínculo do Sistema Acadêmico fique compatível com a situação no SISTEC.
 - b. **Melhoria do Sistema VisãoIFG:** O Sistema VisãoIFG foi desenvolvido como o propósito de tornar-se uma extensão do Sistema Acadêmico do IFG para o fornecimento de relatórios para o acompanhamento e controle das atividades de gestão dos registros acadêmicos. O sistema VisãoIFG pode ser acessado por meio do seguinte endereço: <https://visao.ifg.edu.br>. Atualmente, o sistema VisãoIFG possui 38 relatórios que não existem no Sistema de Gestão Acadêmica do IFG, melhorando a disponibilização e apresentação dos números institucionais.
 - c. **Desenvolvimento do Aplicativo IFG Mobile para Dispositivos Móveis:** O IFG Mobile é um aplicativo que tem como objetivo apresentar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para toda a comunidade acadêmica, reunindo diversas informações relevantes sobre a instituição e, inclusive, possui interface com o Sistema Acadêmico da Instituição, o que possibilita a consulta pelos estudantes de histórico escolar,



boletim, horário de aulas e acesso aos documentos disponibilizados pelos docentes. O aplicativo foi desenvolvido no segundo semestre de 2015 e, em 2016, foi disponibilizado no Google Play e Apple Store.

d. Desenvolvimento do Sistema de Solicitação de Documentos para as CORAEs: O sistema para solicitação de documentos para as CORAEs foi implementado utilizando o Limesurvey, que é a plataforma de questionários online utilizada pelo IFG. Com esse sistema o aluno poderá solicitar um documento (por exemplo, declaração de matriculado e frequentando, declaração de matrícula no período, histórico parcial, etc.) para a CORAE e busca o documento após um período pré-estabelecido.

Ainda como ação de fortalecimento do Ensino-Aprendizagem no IFG, o projeto institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) atende **285 alunos de 14 subprojetos em 09 câmpus** do IFG. O projeto engloba 08 áreas da licenciatura: Biologia, Ciências Sociais, Dança, Física, História, Matemática, Música e Química.

Em 2015, os bolsistas do IFG desenvolveram ações com a perspectiva de articular as licenciaturas com as escolas públicas do Estado de Goiás e de contemplar a iniciação à docência e a formação prática para o exercício do magistério.

Desde o início das atividades desse projeto, os coordenadores de área propuseram aos alunos bolsistas iniciativas envolvendo preparação teórica, observação, acompanhamento, integração e interação escola/projeto, com o intuito de conhecer melhor a realidade escolar.

Para atender aos objetivos, as demandas e as dificuldades detectadas no contexto das escolas parceiras, os grupos desenvolveram diversas atividades, tais como: reuniões periódicas – (re)planejamento e avaliação das atividades; estudo de artigos científicos para o aprofundamento teórico – apresentados em forma de seminários, de grupo de estudo ou numa “roda de conversa”; monitorias; elaboração, execução e avaliação de atividades experimentais, de minicursos/oficinas; peças teatrais; produção de textos acadêmicos científicos diversos (resumos, artigos, relatórios, relatos, sínteses); participação em eventos científicos e/ou mostras – apresentando, avaliando ou orientando trabalhos; construção de jornal, de *blog* e de outros materiais didáticos; realização de eventos; registros fotográficos; elaboração e aplicação de projetos em sala de aula observadas as demandas identificadas no cotidiano escolar.

Verificou-se o reforço dos saberes profissionais dos professores supervisores e o crescente interesse na formação continuada. Todas essas atividades tiveram sempre como eixo a articulação teoria e prática e a aproximação escola e universidade, constituindo-se de oportunidades para o exercício de reflexão contextualizada sobre o processo de formação profissional de futuros professores. Apresenta-se como um dos principais impactos do programa a elevação da autoestima dos bolsistas de iniciação à docência e o conseqüente desejo de atuar no magistério.





ANEXO II – RELATÓRIO DA ÁREA FINALÍSTICA PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) é responsável pela gestão das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. A PROPPG é a instância responsável também por gerir as políticas relativas às bibliotecas dos câmpus do IFG, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG. Para isso, a PROPPG é constituída de duas diretorias e três coordenações: Diretoria de Pesquisa e Inovação; Diretoria de Pós-Graduação; Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica; Coordenação da Editora IFG; e Coordenação-Geral de Bibliotecas.

Além dessas ações, a PROPPG, em conjunto com a Coordenação de Relações Internacionais (vinculada à Diretoria Executiva), também se responsabiliza pelo Programa Ciência sem Fronteiras, tendo o Pró-Reitor como Coordenador Institucional desse Programa

Editora IFG

A Editora IFG foi lançada oficialmente em 24 de junho de 2013 – data em que também houve o lançamento de suas duas primeiras obras. O Conselho Editorial é composto por 10 (dez) membros, sendo 8 (oito) doutores e 2 (dois) mestres, que representam diferentes áreas de conhecimento, bem como, atuam nos diferentes Câmpus do IFG. O Conselho Científico é composto por 40 (quarenta) membros internos e externos ao IFG, e que, representam 8 (oito) grandes áreas do conhecimento.

Em 2015, foi lançado o Edital nº 13/2015-PROPPG, de 1º de dezembro de 2015, para o recebimento de propostas de livros resultantes de dissertações e teses, com previsão de divulgação do resultado final em 05 de dezembro de 2016.

Cursos de Pós-Graduação

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização, com duração mínima de 360 horas. Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* oferecidos pelo IFG em 2015 foram: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Matemática; e Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

O Curso de Especialização em Telecomunicações: Prédios Inteligentes foi aprovado pela Resolução nº 018, de 15 de outubro de 2015, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. O primeiro processo seletivo para candidatos a vagas desse curso encontra-se em andamento por meio do EDITAL nº 012/2015-PROPPG, de 16 de dezembro de 2015. O Curso oferece 30 vagas, sendo 20% delas destinadas aos servidores do IFG.

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado. Esses cursos são abertos a candidatos graduados que atendam às exigências dos editais da Instituição. Os cursos ofertados pelo IFG em 2015 foram: Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis e o Mestrado em Educação para Ciência e Matemática.

No ano de 2015, o curso de Mestrado em Processos Sustentáveis certificou 16 (dezesesseis) alunos, enquanto o Mestrado em Educação para Ciência e Matemática certificou 13 (treze) alunos.



Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG)

Esse Programa foi criado em 2008, tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

Esse apoio à qualificação do quadro de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é realizado por meio da concessão de bolsas individuais aos docentes e técnico-administrativos que estiverem regularmente matriculados em programas presenciais de mestrado ou doutorado, recomendados pela CAPES. Estas bolsas, financiadas com recurso próprio da Instituição, tem uma duração máxima de 48 meses para o doutorado e de 24 meses para o mestrado.

Em 2015, a seleção dos candidatos foi realizada por meio do EDITAL nº 008/2015-PROPPG, de 04 de agosto de 2015. Nesse processo, 21 servidores do quadro permanente do IFG foram contemplados com a bolsa PIQS/IFG (12 de doutorado e 09 de mestrado). Outros 67 servidores que se submeteram ao processo seletivo compuseram o quadro de reserva (25 do mestrado e 42 do doutorado) com validade até dezembro de 2015. No decorrer do ano de 2015, quarenta e sete servidores receberam bolsas desse programa.

Programa Novo Prodoutoral da CAPES

A Participação do IFG no Programa Novo Prodoutoral da CAPES é resultado do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor 2014-2018. Esse Plano, elaborado por essa DPG/PROPPG submetido à CAPES em 2013, tem como objetivo promover a qualificação em nível de doutorado do corpo docente do IFG com vistas à consolidação da política institucional de pesquisa e pós-graduação. Em setembro de 2014, essa Agência informou a concessão de 3 bolsas de doutorado e 3 auxílios-moradia ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Essas bolsas foram distribuídas pela CAPES nas seguintes áreas: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Transporte, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Física, Imunologia, Matemática e Química.

O processo de seleção dos candidatos à bolsa desse programa no IFG foi conduzido por meio do Edital nº 012/2014-PROPPG, de 08 de setembro de 2014. Os 3 (três) candidatos classificados são das áreas de arquitetura e urbanismo, de transporte e de Engenharia Civil sendo todos do Câmpus Goiânia. A Vigência das bolsas iniciou em setembro de 2014, e possui um prazo máximo de 3 anos.

Qualificação dos Servidores do IFG

A qualificação do quadro de servidores, docentes e técnico-administrativos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é de grande importância para que a Instituição possa oferecer um serviço de qualidade à comunidade da região de atuação de cada câmpus. A formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) é



fundamental para que o IFG possa se consolidar como uma instituição de pesquisa e possa ampliar sua atuação na pós-graduação.

Nessa perspectiva, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação vem desempenhando uma importante tarefa ao acompanhar as atividades desenvolvidas pelos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* e na busca de parcerias para o oferecimento de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER) para os servidores da Instituição.

Além dos Doutorados Interinstitucionais em Engenharia Mecânica, com a UFU, e em Educação, com a UFG, encerrados em 2013 e 2014, respectivamente, encontra-se em andamento os seguintes doutorados Interinstitucionais: Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Engenharia Eletrônica e Computação; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Geografia; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Ensino de Ciências e Educação Matemática; Doutorado em Educação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela (USC); Mestrados em Assessoria de Administração e de Contabilidade e Finanças em parceria com o Instituto Politécnico do Porto (IPP).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás finalizou, em 2014, o convênio com a CAPES para a realização do DINTER em Engenharia Eletrônica e Computação com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica-ITA (Instituição Promotora). Todavia, até o momento somente 6 dos 10 docentes que compõem esse programa defenderam suas teses.

O Doutorado Interinstitucional em Geografia é fruto de uma parceria entre o IFG (Instituição Receptora) e o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGeo/UFU (Instituição Promotora). O processo seletivo desse Doutorado foi realizado pela UFU por meio do Edital IGUFU/PPGeo nº 001/2015 de 29 de janeiro de 2015. Nesse processo, foram provados 15 docentes de quatro câmpus do IFG (Cidade de Goiás, Goiânia, Itumbiara e Uruaçu).

O Doutorado Interinstitucional em Ensino de Ciências e Educação Matemática é fruto de uma parceria entre o IFG (Instituição Receptora) e o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina-UEL (Instituição Promotora). O processo seletivo desse Doutorado foi realizado pela UEL por meio do Edital PROPPG/DPG/DAM nº 053/2015, de 15 de abril de 2015. Foram aprovados 11 (onze) docentes de nove câmpus do IFG (Anápolis, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Jataí, Luziânia, Senador Canedo e Uruaçu).

O Doutorado em Educação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela (USC), na Espanha, é realizado, por meio de convênio entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e a Universidade de Santiago de Compostela (USC). O processo de seleção dos candidatos a esse curso foi efetivado em duas etapas. Inicialmente, realizou-se, no IFG, uma pré-seleção dos candidatos, por meio do EDITAL nº 007/2015-PROPPG, de 13 de Maio de 2015. Nesse processo foram pré-selecionados 32 candidatos para participar do processo seletivo da USC. A lista com o resultado final da pré-seleção foi encaminhada à Coordenação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela. Posteriormente, os candidatos pré-selecionados se inscreveram, no mês de agosto de 2015, exclusivamente de forma eletrônica, ao processo seletivo do Programa de Doutorado em Educação da USC. Em 16 de setembro de 2015, a USC publicou o resultado final



dessa seleção. Os 15 servidores (12 docentes e 03 técnico-administrativos) aprovados estão lotados em diferentes câmpus.

Os Cursos de Mestrados em Assessoria de Administração e de Contabilidade e Finanças são frutos do convenio assinado, em setembro de 2015, entre o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Compete ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás realizar a pré-seleção de 15 (quinze) candidatos para cada curso. Os servidores pré-selecionados deverão se inscrever no mês de março de 2016, exclusivamente, de forma eletrônica e deverão se submeter ao processo de seleção de candidatos para o curso de Mestrados em Assessoria de Administração ou para o Curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças, realizado do ISCAP/IPP.

Acompanhamento dos Pós-Graduandos

Além do acompanhamento desses doutorados interinstitucionais, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem realizado o acompanhamento das atividades dos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* em diferentes instituições. Os objetivos desse acompanhamento são: avaliar o desempenho do servidor em seu curso de pós-graduação; observar a consonância das atividades de pós-graduação com os interesses institucionais; e registrar a produção científica e acadêmica do servidor afastado.

Os servidores afastados apresentam relatório semestral das atividades desenvolvidas na pós-graduação, acompanhado de comprovante de matrícula como aluno regular do programa de pós-graduação no período em curso e histórico escolar. No decorrer do ano de 2015, um número total de 185 (cento e oitenta e cinco) servidores estiveram de licença para cursar pós-graduação *stricto sensu* e 3 (três) servidores se afastaram para estágio pós-doutoral.

Dos servidores que usufruíram de licença e/ou da Bolsa PIQS para qualificação 30 (trinta) concluíram, em 2015, o doutorado, 16 (dezesesseis) o mestrado e 03 (três) o pós-doutorado.

Coordenação-Geral de Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFG, organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de otimizar serviços e adotar padrões unificados de funcionamento das bibliotecas, visando oferecer suporte bibliográfico às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás têm por finalidade a democratização do conhecimento por meio de suas instalações, de seu acervo, de seus recursos humanos e dos serviços aos usuários, atuando como suporte do processo ensino-aprendizagem, da pesquisa e extensão como oportunidade de atualização e lazer.

Dentre as principais atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG estão: Consulta ao Terminal Web; Elaboração de Ficha Catalográfica; Empréstimo Domiciliar de Livros; Empréstimo Domiciliar de Multimeios (CDs e DVDs); Empréstimos entre Bibliotecas; Levantamento Bibliográfico; Normatização de Trabalhos Acadêmicos; Orientação/Treinamento ao uso do portal de periódicos Capes; Reserva de Item do Acervo; Sugestão de Aquisição e; Treinamento do Usuário.



Alguns dados quantitativos ilustram o quanto os usuários demandam serviços oferecidos pelo Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, sendo que, no ano de 2014, foram realizados 2.238 treinamentos de usuários, 67.362 consultas a terminais Web; 68.299 empréstimos domiciliares de livros.

Dentre dos Projetos desenvolvidos pelo Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, em diferentes câmpus, no ano de 2015 estão: Semana do Livro e da Biblioteca; Sarau Literário; 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul; Concurso Leitores Destaque do ano de 2015; VII Semana do Livro e da Biblioteca; Desafio: leia um livro diferente!; Leia nas férias!; Exposição Monteiro Lobato; Feira de Troca de livros; Varal sobre Gênero e Diversidade; II Dia do Livro e da Biblioteca; Sarau Vinícius de Moraes; Apresentação e Treinamento do Software Sophia.

O acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, no ano de 2015, somou 55.537 títulos de livros, 126.887 exemplares de livros, 595 títulos de DVDs, 966 exemplares de DVDs, 169 títulos de CDs e 313 exemplares de CDs.

A assinatura de periódicos, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, contempla 56 títulos variados, nos diferentes câmpus do IFG. As assinaturas de jornais diários contemplam: O popular; Correio Brasiliense; Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás possui cinco modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

Esse programa é voltado para o estudante, não para o pesquisador, e se destina a complementar o ensino, oferecendo aos alunos a oportunidade de descobrir como a ciência é construída, como o conhecimento é adquirido. Esse objetivo é conseguido pela participação do estudante nas atividades práticas e teóricas no ambiente de pesquisa.

No processo seletivo para bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica (ICT), ocorrido para as bolsas de 2015, tivemos um total de 351 inscrições, sendo: 125 (PIBIC); 15 (PIBIC-Af); 73 (PIBITI); e 138 (PIBIC-EM). Foram contemplados, por este processo seletivo, 208 discentes, sendo as bolsas distribuídas da seguinte forma: 36 (PIBIC), 08 (PIBIC-af), 34 (PIBITI) e 130 (PIBIC-EM), totalizando 208 bolsas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás prevê, além das bolsas de Iniciação Científica, a concessão de um auxílio financeiro para os estudantes, bolsistas e voluntários apresentarem trabalhos em eventos científicos e tecnológicos. Esse auxílio, concedido até julho de 2015, era limitado ao valor de uma bolsa PIBIC.



A partir de agosto de 2015, o IFG passou a fomentar a participação de estudantes em eventos por meio do Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG Apresentarem Trabalhos em Eventos Científicos e Tecnológicos (PAECT).

Em 2015, a PROPPG concedeu auxílio financeiro para 29 estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Além desses auxílios, os Câmpus Aparecida de Goiânia, Goiânia e Inhumas, concederam auxílios para outros cinco estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais e nacionais, por meio do Programa PAECT.

Outra forma da qual os alunos dispõem para apresentarem os resultados de suas pesquisas é por meio do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é um evento científico de periodicidade anual, que tem como principal objetivo: permitir a troca de experiências entre estudantes e professores e o acesso aos projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC-EM, PIBIC e PIBITI), a partir da disponibilização de um espaço de divulgação dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas pelos estudantes inscritos no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG. Esse evento é uma atividade obrigatória para os estudantes (bolsistas e voluntários) obterem certificação de sua participação no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG.

No ano de 2015, aconteceu o 9º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (9º SICT) foi realizado no Câmpus Luziânia, no período de 27 a 29 de outubro, como um dos eventos do Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX/2015).

O 9º SICT contou com a participação de alunos e servidores, com 231 trabalhos inscritos (34 desclassificados/não recomendados e 197 recomendados). Dos trabalhos recomendados, 191 foram apresentados: 94 na forma de pôster, 78 como comunicação oral e 19 na forma de mesa redonda.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)

O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG), aprovado pela Resolução Nº 37, de 22 de novembro de 2010, do Conselho Superior, tem como objetivo: promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científicos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

Para solicitar esse auxílio, o servidor deverá, dentre outros requisitos, possuir projeto de pesquisa cadastrado na Instituição, ou ser orientador no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica ou fazer parte do corpo docente da pós-graduação do IFG, além do fato de possuir trabalho aceito pelo Comitê Científico do evento.

Em 2015, foi concedido auxílio financeiro para 71 servidores, docentes e técnico-administrativos, participarem em eventos científicos e tecnológicos realizados no Brasil e no exterior.



Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG)

O Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa do IFG (PROAPP) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, por meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à Produtividade em Pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada.

Além disso, o PROAPP tem como meta: possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

Esse Programa, criado no final de 2008, teve sua implementação em 2009, com a concessão de dez bolsas de R\$ 300,00 (trezentos reais), por um período de dez meses (março a dezembro de 2009). A partir de 2010, as bolsas PROAPP passaram a ter uma vigência de doze meses. Em 2011, essas bolsas foram reajustadas para R\$ 600,00.

A partir de 2014, a PROPPG alterou sua forma de incentivo aos projetos de pesquisa, passando à utilização do cartão BB-Pesquisa, no qual o fomento disponibilizado destina-se à execução do projeto, e suspendendo o pagamento de bolsas ao pesquisador. Para esse novo formato de fomento a pesquisa, os projetos de pesquisa são analisados, por consultores *ad hoc*, segundo seu mérito técnico-científico, e os currículos dos pesquisadores são pontuados segundo critérios estabelecidos em edital.

Além dos projetos de pesquisa submetidos ao Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa, a Instituição mantém também um programa de cadastro de projeto de pesquisa. No ano de 2015, estavam sendo desenvolvidos 199 projetos de pesquisa cadastrados na PROPPG, por pesquisadores dos diversos Câmpus do IFG.

O IFG também desenvolve Projetos de Pesquisa em parceria com outras Instituições de Ensino tanto públicas quanto privadas. No ano de 2015, estavam sendo desenvolvidos 9 (nove) projetos de diferentes áreas de conhecimento nos municípios de Aparecida de Goiânia, Goiânia e Itumbiara.

Termo de Acordo e Metas (TAM)

Em atendimento ao Termo de Acordo de Metas e Compromissos - MEC/IF, a PROPPG/IFG vem trabalhando para que os projetos de pesquisa possam ser desenvolvidos por professores e alunos de diferentes níveis de formação por meio do Cadastro de Projeto de Pesquisa nos Câmpus (Resolução nº 26/2014).

Os câmpus por meio do Conselho Departamental possuem a autonomia para aprovar projetos com o perfil do câmpus e suas áreas de conhecimento, bem como a participação de servidores e alunos dos diferentes cursos oferecidos na instituição (nível médio e graduação).

Os projetos aprovados/cadastrados podem ser desenvolvidos com a colaboração de instituições públicas e privadas, com ou sem fomento, atendendo aos interesses sociais e da comunidade local.

Como o cadastramento de projetos de pesquisa via Resolução nº 26/2014 entrou em vigor no final do ano de 2014, esperamos que em 2016 o número de projetos de pesquisa cadastrados na



instituição possa duplicar, uma vez que os pesquisadores podem cadastrar seus projetos a qualquer tempo sem a necessidade de um Edital específico.

A DPI/PROPPG com apoio das Gerências de Pesquisa (GEPEX's) vem trabalhando de forma a interligar, via plataforma/sistema, todos os projetos de pesquisa cadastrados/desenvolvidos no IFG, sejam eles de iniciação científica e tecnológica ou projetos cadastrados via Resolução, facilitando assim o acompanhamento e implementação de políticas de pesquisa e inovação.

O Centro de Inovação Tecnológica (CITE)

O Centro de Inovação Tecnológica (Cite) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é o setor responsável por gerir a política de inovação e propriedade intelectual da Instituição. O Cite, implantado em novembro de 2010, é o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFG. Seus objetivos são: fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo; criar parcerias com empresas, Governo, associações; proteger e transferir para sociedade o conhecimento gerado por nossos pesquisadores; reconhecer e valorizar as pesquisas desenvolvidas no IFG por meio da classificação, proteção e divulgação dos resultados; socializar o conhecimento sobre propriedade intelectual e inovação, fornecendo a devida orientação a servidores, alunos e comunidade externa; contribuir para o desenvolvimento tecnológico do País.

Em 2015, o Cite realizou a proteção dos seguintes ativos tecnológicos: 1 (um) Programa de Computador e 2 (duas) Patentes de Invenção. O Cite ainda promoveu, por meio de projeto aprovado na Chamada CNPq-SETEC/MEC N ° 17/2014, Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica, na Linha 3: Torneio de Educação Profissional, o primeiro Desafio IFG.

Visando fomentar os melhores projetos e fortalecer o espírito empreendedor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, o Desafio IFG, competição de Plano de Negócios, teve como objetivo selecionar e premiar as melhores equipes participantes e, conseqüentemente, converter as pesquisas aplicadas do IFG em novos negócios.

Ao todo foram inscritos 24 projetos, dos diferentes Câmpus do Instituto, e, dentre esses, 10 foram selecionados para as etapas seguintes, que consistiram de treinamentos e da competição em si, que foi realizada no campus Goiânia, no período de 12 a 14 de agosto de 2015. Foram elegíveis projetos que ainda estavam em fase de projeto, assim como, em estágio inicial de negócio, desde que ainda não possuíssem faturamento.

Das dez equipes que foram selecionadas para as etapas finais do Desafio IFG, seis enviaram propostas para o *Idea to Product Latin America 2015*, que é uma competição de inovação tecnológica, cuja meta é preencher a lacuna entre a pesquisa universitária e as competições de planos de negócios e o mercado.

A competição ocorreu em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre os dias 27 e 29 de agosto. Como resultado das competições, duas tecnologias passaram pela Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação, considerando de interesse do IFG realizar a proteção intelectual. Duas equipes ganhadoras do Desafio IFG continuam participando de competições pelo Brasil.

O Cite ainda promoveu O Workshop de Ciência, Inovação e Tecnologia – WCite2015. O evento aconteceu no Teatro do Câmpus Goiânia, no dia 9 de abril, e teve por objetivo efetivar ações



de pesquisa e desenvolvimento a partir do contato entre pesquisadores e empresas. O evento foi dividido em duas partes: 1) Interfaces de Inovação e 2) Café Empresarial.

O evento contou com o apoio da Fapeg, Fieg, PUC, UFG, Funape, Crti, Editora IFG, Techmall SA, Embrapa, Heinz do Brasil, Sustenergyn, Celg e Instituto Flamboyant. Com WCite2015, o Centro de Inovação Tecnológica encerrou o projeto aprovado pela Fapeg na Chamada Pública nº 14/2012, para Criação e Estruturação de Núcleos de Inovação Tecnológica. Ao todo, foram 570 inscritos e 414 participantes certificados.

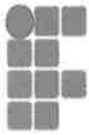
A equipe do Cite em parceria com a Incubadora 3D submeteu ao Edital da FAPEG nº 06/2015 – Apoio às Empresas Incubadoras de Base Tecnológica o projeto: Fortalecimento da Incubadora 3D e Fomento da Cultura da Inovação Empreendedora no Estado de Goiás. O projeto foi aprovado com contratação de 3 estagiários, mantendo nossa parceria com a Incubadora 3D.

O Cite também desenvolveu o software para armazenamento de informações das propriedades intelectuais já realizadas no IFG, protegidos e contratos de transferência de tecnologia realizados pelo Centro de Inovação Tecnológica; cadastra os pesquisadores que possuem tecnologia protegida; informa as atividades necessárias ao andamento do processo a serem realizadas, com datas e prazos, monitorando a realização das mesmas; exibe o status do processo de pedido de proteção de cada tecnologia; automatiza a criação de determinadas atividades, bem como a alteração do status do processo segundo a execução das tarefas; e gera relatórios segundo filtros específicos de cada contrato e tecnologia.

Programa Ciência Sem fronteiras

O Programa Ciência Sem Fronteiras é um programa do Governo Federal que busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes, e Secretarias de Ensino Superior (SESU) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC.

Em 2012, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás enviou 06 (seis) alunos para realização de graduação sanduíche no exterior, sendo 02 (dois) para a Suécia, 01 (um) para a Austrália, 01 (um) para a Itália, 01 (um) para os Estados Unidos e 01 (um) para o Canadá. Este número foi ampliado para 17 (dezesete) alunos, em 2013, 70 (setenta) alunos em 2014, e 12 (doze) em 2015. Totalizando 105 (cento e cinco) alunos contemplados com bolsas de Graduação Sanduíche.



ANEXO III – Relatório da Área Finalística EXTENSÃO

Atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão do IFG em 2015

A Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás tem desenvolvido ações que buscam fortalecer a sua atuação junto às Comunidades e promover a formação crítica e cidadã dos nossos alunos. Essas ações são implementadas por meio da Coordenação Executiva, da Diretoria de Ações Sociais e da Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas que coordenaram ações relacionadas à organização do seguro estudantil, cadastro de cursos e projetos de extensão, assistência estudantil, elaboração de orientações para o uso dos refeitórios, acompanhamento da implantação dos refeitórios nos câmpus, convênio com outras instituições a fim de prospectar vagas de estágio e a realização de projetos de extensão e/ou pesquisa e registro de cursos nos respectivos conselhos. Também elaborou e selecionou ferramentas que viabilizam o acompanhamento dos egressos.

No ano de 2015, a PROEX desenvolveu as seguintes atividades: Projeto Comunidades Tradicionais em Rede; Edital Mais Cultura nas Universidades; Eventos Institucionais; Rede Nacional de Extensão; Estudos e Avaliação da Metodologia de Participação Nacional Cultura Viva; e Condução de Atividades Transversais da PROEX.

Articulado junto à Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, o Projeto Comunidades Tradicionais em Rede pretende colaborar com a efetivação de políticas de extensão na região do Câmpus Uruaçu. Propõe-se estabelecer uma rede de ação/circulação entre as comunidades ali existentes, tal que valorizem os modos de vida tradicionais, bem como a relação de sustentabilidade em seus territórios. Como desdobramento dessa metodologia de ação, pretende-se criar as condições necessárias para a formação de arranjo produtivo voltado para economia da cultura. Esse projeto encontra-se em fase de execução, com encerramento previsto para 2016.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi uma das instituições contempladas pelo Edital Mais Cultura nas Universidades. O objetivo principal do Plano de Cultura IFG é a criação da Rede de Cultura IFG. Acredita-se que essa Rede possa dar suporte ao planejamento necessário à consolidação da cultura enquanto eixo estratégico para o desenvolvimento social e da concepção pedagógica desta Instituição. Além disso, a criação dessa Rede está em consonância com os conceitos e estratégias que o IFG vem adotando no sentido de dar respostas à construção de sua estrutura multicâmpus.

No ano de 2015, com o objetivo de cooperar com as atividades inerentes à Diretoria de Ações Sociais, a coordenação executiva colaborou na execução do Festival de Artes e Encontro de Culturas Negras. Tais eventos demandam um conjunto de iniciativas para que possam ocorrer: organização das oficinas, palestras e intervenções, compra de passagens, estruturação de horários e itinerários de logística, dentre outros.

A participação do IFG nas atividades promovidas por meio da Rede Nacional de Extensão tem por objetivo compreender os principais dilemas enfrentados por esse campo de atuação com a finalidade de aperfeiçoar as estratégias/metodologias de interlocução entre os IFs e as comunidades em que atuam. Observa-se o destaque aos seguintes dilemas a serem enfrentados: 1) a relevância

atribuída à interiorização e expansão da Rede Federal; 2) a centralidade em projetos de investigação e diagnóstico direcionados para áreas de grande pertinência social; 3) atendimento a populações em situação de vulnerabilidade social. Somado a essas estratégias, destaca-se o foco voltado para a avaliação e alterações das propostas curriculares dos cursos, que deverão atribuir créditos para a extensão e refletir sobre a inserção social dos mesmos.

Os Estudos e a Avaliação da Metodologia de Participação Nacional Cultura Viva estão relacionados a uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC) com a finalidade de realizar pesquisa na área de políticas culturais. Como parte das políticas de promoção da diversidade cultural e acesso aos bens sociais, pretende-se colaborar para o aperfeiçoamento de processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais.

A PROEX tem conduzido atividades transversais que visam promover a integração entre a Pró-Reitoria, a Diretoria de Ações Sociais e Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas no âmbito da Extensão e, ao mesmo tempo, articular as atividades extensionistas junto às demais Pró-Reitorias e os câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Diretoria de Ações Sociais

A Diretoria de Ações Sociais é responsável pela indução, orientação, viabilização e acompanhamento das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de apoio e assistência aos estudantes, de projetos, programas e eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos e de inclusão social desenvolvidos pelo IFG. Essa Diretoria contempla as Coordenações de Assistência Estudantil e de Ações Esportivas e Eventos.

A Coordenação de Assistência Estudantil visa a assegurar a qualidade de vida dos estudantes, a melhoria do seu desempenho acadêmico, o seu desenvolvimento psicossocial, em respeito aos valores éticos de liberdade, igualdade, democracia, direitos e cidadania. Não obstante, promove o acesso, permanência, êxito e inserção profissional dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, possibilitando uma formação profissional de qualidade, inclusão e exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, desenvolveu as seguintes ações durante o ano de 2015: Equipe da Nutrição; Seguro Estudantil; Assistência Estudantil; Edital de Permanência para Alunos da Educação a Distância (EaD); Eventos; Projetos e Cursos de Extensão.

A Equipe de Nutrição, consolidada em agosto de 2014, veio compor a Diretoria de Ações Sociais desta Pró-Reitoria com a finalidade de realizar ações relativas à alimentação no ambiente institucional (restaurantes e cantinas), além de compor equipe de atenção à saúde dos estudantes e servidores. Nesse sentido, a equipe de nutrição do IFG desenvolveu, em 2015, as seguintes atividades: Prosseguimento à elaboração da Política de Alimentação Saudável proposta nas metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012 a 2016; Finalização das minutas de regulamentos relativos aos refeitórios estudantis; Início da elaboração dos termos de referência para a contratação de empresa especializada em produção e fornecimento de alimentação para os Câmpus Cidade de Goiás e Valparaíso; Elaboração da proposta de termo de referência para aquisição de container equipado para os estudantes acondicionarem e aquecerem suas refeições nos câmpus sem refeitório ou cantina com o objetivo de minimizar sua situação de vulnerabilidade da



Segurança Alimentar; Realização de reuniões com as nutricionistas do IFG e visitas a outros locais para vivência das experiências no que tange o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Participação de cursos para capacitação; Avaliação técnica do contrato de eventos na sessão de alimentação: cardápios e especificações; Visita técnica para acompanhamento dos Refeitórios da Cidade de Goiás e de Valparaíso; Participação e comissão organizadora dos eventos; Realização de todo o apanhado de arquivos comprobatórios relacionados às atividades de nutrição no IFG para o Recredenciamento Institucional realizado em 2015.

O seguro estudantil visa a oferecer seguro de vida e acidentes pessoais aos alunos dos cursos Técnicos de Nível Médio, Superior, Formação Inicial e Continuada, Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Mulheres Mil e Programa Profucionário, bem como aos estudantes de outras instituições de ensino em desenvolvimento de atividades de estágio no IFG para todos os câmpus. O IFG deu continuidade do contrato firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e a Gente Seguradora S/A até 31 de julho de 2015. Após essa data, foi realizada adesão à ata do IFMT, que contemplava contrato com a empresa Gente Seguradora S/A, sendo assinado um novo contrato por mais um período de 12 meses.

A Assistência Estudantil do IFG, com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem como objetivo melhorar as condições dos estudantes na educação pública federal. O IFG disponibiliza aos estudantes regularmente matriculados o edital de auxílio financeiro estudantil, nas modalidades presencial e a distância, sendo na modalidade presencial oferecidos os auxílios alimentação, transporte e permanência e, na modalidade da Educação a Distância (EaD), o auxílio permanência. Todos eles buscando assegurar o desenvolvimento, a oportunidade de condições mínimas de cidadania, a permanência e o êxito nos estudos dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Para que os objetivos fossem alcançados, o IFG lançou dois editais no ano de 2015. O Edital nº 001/2015 foi na modalidade presencial contemplando os 14 Câmpus do IFG, sendo eles: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu e Valparaíso destinando 10 (dez) parcelas, referentes ao mês de março a dezembro de 2015. No segundo semestre de 2015, após o retorno da greve, foi lançado o Edital nº 002/2015, exclusivo aos alunos da Educação a Distância contemplando 05 (cinco) parcelas, referentes ao mês de agosto a dezembro do referido ano.

Devido à grande demanda reprimida, foram priorizados os casos emergenciais, a partir da renda *per capita*, mesmo sabendo que tal instrumento não é o único a ser utilizado na situação de vulnerabilidade do cidadão. A demanda reprimida compromete os objetivos de democratização nas condições de acesso, permanência e êxito na Instituição. É necessária a criação de outros mecanismos de enfrentamento à pobreza e a permanência dos alunos nos cursos, para assim podermos minimizar as desigualdades sociais existentes.

Pela primeira vez foi lançado edital para os alunos da Educação a Distância (EaD). Foram oferecidos 133 auxílios, contudo, apenas 43 alunos foram contemplados, em virtude da baixa procura. A entrada de novos alunos na modalidade a distância se dá em períodos diferentes da entrada presencial e por se tratar de uma modalidade nova algumas articulações ainda estão sendo realizadas.





Dentre os Eventos Institucionais realizados em 2015 estão: Agro Centro-Oeste Familiar 2015, III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, JIF Nacional 2015, JIF Goiás 2015, II Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – SIMPEEX, 2º Encontro de Culturas Negras e XIII Festival de Artes de Goiás.

A Agro Centro-Oeste Familiar 2015 ocorreu entre os dias 13 e 16 de maio de 2015 em Goiânia/GO. A Feira Agro Centro-Oeste Familiar 2015 teve como objetivo apoiar a agricultura familiar como segmento produtivo chave para a geração de emprego e renda no campo e na produção de alimentos para a população.

O III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT) ocorreu entre os dias 26 e 29 de maio de 2015 na cidade de Recife. O evento tratou de um movimento em prol da cidadania e do direito universal à educação que engloba instituições do mundo todo.

Os Jogos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (JIF Goiás) ocorreram entre os dias 8 e 12 de junho no Câmpus Goiânia e no Clube Ferreira Pacheco, localizados na capital do estado. Foram inscritas, no evento, delegações de 13 câmpus para as competições esportivas coletivas e individuais. Os Jogos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (JIF Goiás) tiveram a participação de cerca de 660 atletas que disputaram provas de atletismo, tênis de mesa e xadrez, basquete, futsal, futebol de campo, handebol, vôlei de areia e voleibol.

O II Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – SIMPEEX ocorreu entre os dias 27, 28 e 29 de outubro em Luziânia/GO e teve como objetivo articular, promover e divulgar as atividades fundantes que constituem a rede federal. O evento apresentou uma programação multidisciplinar, científica e cultural e contou com a participação de todos os câmpus do IFG. Na área da Pesquisa, o evento promoveu o 9º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (Sict) com a apresentação dos trabalhos concluídos na iniciação científica do ensino médio, superior e da tecnologia e inovação.

O XIII Festival de Artes de Goiás ocorreu entre os dias 3 e 7 de novembro na Cidade de Goiás e teve como tema Corpo (In)decente. O evento se fez um espaço de discussões, reflexões, aprendizado, socialização e de intensa divulgação das mais variadas formas de expressão artística, intelectual, cultural e de educação, e contou com a participação de artistas e pesquisadores renomados, docentes, estudantes e do público externo.

Os Jogos dos Institutos Federais ocorreram entre os dias 11 e 15 de novembro em Goiânia/GO. O evento reuniu atletas das cinco regiões brasileiras que competiram em diversas modalidades individuais e coletivas, sendo cada delegação composta por 220 pessoas, entre atletas e professores. Promovido pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) com o apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), o JIF teve como anfitriões os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e Goiano (IF Goiano).

O 2º Encontro de Culturas Negras – Povos do Cerrado e 3º Seminário de Educação das Relações Étnico-Raciais ocorreram entre os dias 26 e 28 de novembro de 2015 em Uruaçu/GO. O evento realizado pelo IFG é parte da celebração do Dia Nacional da Consciência Negra e teve uma programação variada, que incluiu atividades acadêmicas e culturais. Da programação acadêmica fizeram parte: conferências, mesas de diálogos, rodas de conversas, comunicações coordenadas e



oficinas. Já a programação cultural contou com mostra de cinema afro, feira multicultural, batalha de MCs, teatro, shows musicais e apresentações de grupos da cultura negra e regional.

A Diretoria de Ações Sociais orientou a elaboração e cadastrou projetos e cursos de extensão. Ao longo do ano de 2015, foram realizados 35 cursos e projetos de Extensão e 17 cursos de Formação Inicial e Continuada.

Em 2015, foi executado o projeto Oficina de Capacitação de Projetos Audiovisual, oriundo do TED firmado com o Ministério da Cultura /Secretaria do Audiovisual e o IFG em 2014. O projeto atuou no segmento da produção do audiovisual independente, de modo a contribuir com a formação de mão de obra técnica especializada, no debate de questões importantes do setor e na difusão de equipamentos e tecnologias disponíveis pouco acessíveis aos produtores da região Centro-Oeste e Norte.

A Diretoria de Ações Sociais coordenou as discussões e a elaboração dos projetos que serão desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Para realização dos Projetos foram celebrados dois Termos de Execução Descentralizada como: Projeto Mapeamento da Rede de Atenção às Situações de Racismo – TED nº 02/2015 e o Projeto Mulheres Negras de Goiás em Rede – TED nº 03/2015.

Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas

A Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas (DAPT), criada em 2014, é constituída por duas coordenações: a Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas e a Coordenação de Relações Interinstitucionais e Convênios. A Diretoria atua na indução de políticas e práticas de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, na viabilização e ampliação das ofertas de vagas de estágio; no acompanhamento de egressos; no credenciamento dos cursos regulares nos conselhos profissionais e, além disso, apoia e orienta os câmpus em assuntos relacionados à sua área de atuação e encaminha as ações propostas pela Pró-Reitoria de Extensão.

No ano de 2015, foram firmados 63 convênios visando a prospecção de vagas de estágio. Também foram iniciadas parcerias com a SANEAGO-FORMOSA, visando o desenvolvimento de um sistema de plataforma WEB para a implantação de plano de segurança de água em sistema de abastecimento de água, para elaboração e implantação do plano de segurança de água no sistema de abastecimento de água de Formosa e Meia- Ponte em Goiânia, o processo ainda está em andamento. Também foram iniciadas tratativas com a Prefeitura de Goiânia visando à realização do mapeamento socioeconômico histórico e cultural das comunidades tradicionais de matriz africana no município de Goiânia, essa parceria encontra-se em andamento.

O Projeto IFG-FUNASA, oriundo da assinatura do Termo de Execução Descentralizada nº 17, de dezembro de 2014, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA – e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG – tem com o objetivo a capacitação de agentes municipais e o assessoramento técnico para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) de 70 municípios, com população abaixo de 50.000 habitantes do Estado de Goiás.

Atualmente, 62 municípios estão devidamente inscritos e homologados para participar das capacitações e assessoramento técnico.





A Coordenação do Projeto, constituída por meio da Portaria nº 96,1 de 18 de maio de 2015, e atualizada pela Portaria nº 1.882, de 26 de outubro de 2015, iniciou as atividades em novembro de 2015.

O Evento de Abertura do Projeto acontecerá nos dias 15 e 16 de março de 2016 e marcará o início das capacitações. A cerimônia de abertura contará com a participação de aproximadamente 300 pessoas, dentre os técnicos municipais designados, convidados e autoridades locais.

A DAPT tem atuado ainda na indução de políticas e práticas de estágio curricular obrigatório e não obrigatório. Durante o ano de 2015, 1077 (um mil e setenta e sete) estudantes iniciaram estágio curricular obrigatório e não obrigatório.

O IFG oferece também Editais Simplificados para Seleção de Estagiários que visam oportunizar práticas de estágio curricular aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) dentro das próprias dependências da Instituição. O estágio desenvolvido pode ser remunerado, por meio de bolsas ou não remunerado dependendo da situação e especificação do edital de seleção. As práticas de estágio seguem todas as disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e os regulamentos internos do IFG. As vagas são oferecidas em ambientes laboratoriais, administrativos e institucionais e são supervisionados por servidores da própria Instituição conforme as previsões legais.

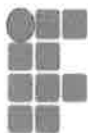
A distribuição das vagas, publicação e publicização dos Editais, inscrições dos candidatos, recebimento dos documentos e processo de seleção são de responsabilidade dos câmpus e, preferencialmente, assumidas pelas Coordenações do Serviço de Interação Escola-Empresa em consonância com as Gerências de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Em 2015, foram ofertadas pelo IFG 229 vagas de estágio curricular obrigatório remunerado sendo preenchidas 203 vagas nos diferentes câmpus do IFG.

O IFG tem trabalhado na construção de um Programa de Acompanhamento de Egressos que se estabelece por instrumentos/ação que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários do mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Diante desse entendimento, o IFG está trabalhando na construção de uma Política de Acompanhamento de Egressos, instrumento que irá nortear as ações, definir a forma de realizar o mapeamento e os mecanismos de controle. Em 2015, foi elaborada uma proposta de minuta da Política de Acompanhamento de Egressos que está em discussão nos câmpus. Essa etapa é necessária devido à complexidade e à diversidade de cursos e modalidades de cursos ofertados pelo IFG.

Outra ferramenta que está em desenvolvimento é o Portal do Egresso, espaço virtual de interação e socialização online com o objetivo de manter o vínculo entre os egressos, o IFG e o mundo do trabalho. O conteúdo do portal já foi definido e o *layout* construído, no entanto, ainda enfrentamos algumas dificuldades com o banco de dados. O IFG está envidando esforços para solucionar essa dificuldade com o banco de dados, que é de suma importância no acompanhamento do egresso.

Coordenação de Relações Interinstitucionais e Convênios

A Pró-Reitoria de Extensão também promove a interlocução do IFG com a sociedade a fim de fomentar atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão. Para desempenhar seu papel, é



importante que se estabeleçam relações com as mais variadas instituições públicas e privadas que se estabelecem por meio de instrumentos jurídicos. Em 2015, foram celebrados parcerias com diversas instituições visando à prospecção de vagas de estágio curricular. Atualmente, o IFG conta com 293 (duzentas e noventa e três) parcerias vigentes para a oferta de estágio curricular.

Algumas parcerias estão em andamento e em processo de análise e tramitação dentro do IFG ou na Instituição parceira, são elas: Empresa Brasileira de Telégrafos-Correios; Embrapa Arroz e Feijão; Prefeitura de Luziânia; Saneago de Formosa; Secretaria Municipal de Educação de Formosa; Universia Brasil; Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia.

Em atendimento ao Art. 5 da Lei nº 11.788/2008, em 2015, foram firmados termos de convênio com quatro agentes de integração. Os agentes de integração são instituições que promovem e potencializam as relações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) com órgãos públicos, privados e profissionais liberais resultando em mais oportunidades de estágio aos estudantes. Atualmente o IFG possui parceria com oito agentes de integração.

No primeiro semestre de 2015, não houve pactuação dos cursos da Bolsa Formação-Pronatec em decorrência de ajustes operacionais da SETEC/MEC. A pactuação para os cursos 2015-2 foi realizada entre os meses de maio e junho de 2015, sendo que a proposta de oferta dos cursos pelas instituições no SISTEC foi realizada ao final de junho de 2015. Após esse processo, os cursos foram homologados pela SETEC/MEC para início no segundo semestre de 2015.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

ANEXO IV – Relatórios Contábeis, Financeiros e Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Atual
SUBTÍTULO	26409 - INST.FED.DE EDUC.CIENC E TEC DE GOIÁS - AUTARQUIA	EMISSÃO	02/09/2016	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias	14.353.027,91	-
Receita Tributária	371.630.329,73	-
Receita de Contribuições	1.246.117,90	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	75.000,13	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	044.002,24	-
Comunicação das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	226.450,53	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	370.444.267,83	-
Restituições a Pagar	972.628,69	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	14,63	-
Transferências Financeiras Recebidas	396.496.318,27	-
Anexação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Competência	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	5.046,27	-
Demais Recebimentos	-357.337.297,82	-
DESEMBOLSOS	-283.515.625,88	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-33.862.622,69	-
Trabalho	-	-
Educação	-349.333.066,68	-



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 03/03/2016 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2015	2014
Cultura	-656.753,81	
Direitos da Cidadania	-229.544,06	
Urbanismo		
Habitatção		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais	-895,34	
(H) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-37.876.501,16	
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Concedidas	-37.814.642,16	
Outros Desembolsos das Operações	-42.250,00	
Despesas Extraorçamentárias	-36.944.720,78	
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Pagamento de Passivos Recebidos	-672.528,08	
Transferências Financeiras Concedidas		
Cancelamento de Dívidas do Exercício Anterior		
Transferência de Amortização para Outra Unidade		
Variação Cambial		
Valores Compensados		
Valores em Trânsito		
Ajuste Acumulado de Conversão		
Demais Pagamentos		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.386.122,07	
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/09/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-44.366.127,87	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-44.366.127,87	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-81.716,47	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-83.894,16	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.058.590,87	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.035.496,71	-



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	29429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA	EMISSÃO	03/03/2016	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2015	2014	2015	2014
Receitas Orçamentárias				
Ordinárias	1.246.117,90		339.484.170,37	
Vinculadas	225.878,58		74.463.696,84	
Educação	1.023.689,98		265.060.684,13	
Seguridade Social (Exercício RGPS)			208.130.246,08	
Operação de Crédito			141.182,28	
Alienação de Bens e Direitos			90.135.382,84	
Transferências Constitucionais e Legais				
Previdência Social (RGPS)				
Doações				
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.023.489,06		993.670,13	
Outros Recursos Vinculados a Fundos				
Demais Recursos	3.250,86			
() Deduções da Receita Orçamentária	369.465.318,27		34.971.862,12	
Transferências Financeiras Recebidas	347.506.842,68		28.150.155,34	
Resultantes da Execução Orçamentária				
Cota Recebida	310.358.707,34			
Repasso Recebido	28.150.155,34			
Sub-repasso Recebido				
Recursos Arrecadados - Recebidos				
Valores Diferidos - Baixa				
Valores Diferidos - Inscricao				
Correspondência de Débitos				
Cota Devolvida				
Repasso Devolvido				
Sub-repasso Devolvido				
Independentes da Execução Orçamentária	21.957.455,50		8.521.736,78	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	21.256.520,41		8.565.860,20	
Demais Transferências Recebidas				
Movimentação de Saldos Patrimoniais	700.935,18		225.878,58	
Movimentações para Incorporação de Saldos				
Aporte ao RPPS				
Aporte ao RGPS				
Recebimentos Extraorçamentários	21.213.716,34		17.523.165,38	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.280.445,08		1.398.620,00	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	12.995.381,10		15.192.803,58	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	972.828,06		972.828,06	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.000,00		666,34	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento Restituíveis a Pagar			666,34	
Passivos Transferidos				
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	14,03			



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 03/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20429 - INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

		INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	
Arrecadação de Outra Unidade				Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	
Varição Cambial				Varição Cambial	
Valores para Compensação				Valores Compensados	
Valores em Trânsito				Valores em Trânsito	
DARF - SISCOMEX				Ajuste Acumulado de Conversão	
Ajuste Acumulado de Conversão		5.046,27		Demais Pagamentos	
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior		3.035.590,87		Saldo para o Exercício Seguinte	3.035.496,71
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.035.590,87		Caixa e Equivalentes de Caixa	3.035.496,71
TOTAL		394.594.743,38		TOTAL	394.594.743,38



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 03/03/2016 PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	845.324,00	845.324,00	1.246.117,90	400.793,90
Recargas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recargas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Recarga Patrimonial	67.133,00	67.133,00	75.005,13	7.872,13
Recargas Imobiliárias	67.133,00	67.133,00	75.005,13	7.872,13
Recargas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Recarga de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Recarga Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Recarga da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Recargas Agropecuárias	-	-	-	-
Recarga da Produção Vegetal	-	-	-	-
Recarga da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Recargas Industriais	-	-	-	-
Recarga da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Recarga da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Recarga da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Recargas de Serviços	775.977,00	775.977,00	944.652,24	168.675,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.214,00	2.214,00	226.450,53	224.236,53
Multas e Juros de Mora	-	-	90,05	90,05
Indenizações e Restituições	2.214,00	2.214,00	226.360,48	224.170,48
Recarga da Dívida Ativa	-	-	-	-
Recargas Dec. Apontes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Apontes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Recargas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 09/03/2016 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	29428 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE GOIAS - AJUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Outras Instituições Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiам.				
Receita Dívida Ativa Alienação Esboços de Café				
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional				
Receitas de Capital Diversas				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	845.324,00	845.324,00	1.246.117,90	400.793,90
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobilizãria				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobilizãria				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	845.324,00	845.324,00	1.246.117,90	400.793,90
DEPÓSITO			338.218,053,07	338.218,053,07
TOTAL	845.324,00	845.324,00	338.464.170,97	338.618.846,97
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Exercício de Anulação				
Créditos Cancelados Líquidos				
Créditos Adicionais Resbentos				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015
PERÍODO ANUAL

EMISSÃO 03/03/2016
PÁGINA 3

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 20629 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA

ORÇÃO SUPERIOR 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

		DESPESA						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES		283.359.977,00	328.228.354,00	323.510.088,25	317.976.136,19	313.876.761,97	4.745.266,75	
Pessoal e Encargos Sociais		218.979.055,00	264.070.624,00	263.623.187,56	263.623.187,56	263.623.187,56	447.436,44	
Juros e Encargos da Dívida		-	64.154.730,00	59.886.880,59	54.352.560,63	50.282.574,41	4.267.849,31	
Outras Despesas Correntes		64.380.922,00	23.150.834,00	15.954.102,72	8.532.651,68	5.352.582,22	7.196.731,28	
DESPESAS DE CAPITAL		23.150.834,00	23.150.834,00	15.954.102,72	8.532.651,68	5.352.582,22	7.196.731,28	
Investimentos		-	-	-	-	-	-	
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS		306.510.811,00	351.376.188,00	339.464.170,97	336.508.789,87	319.228.344,19	11.912.017,03	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	
Autorização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		306.510.811,00	351.376.188,00	339.464.170,97	336.508.789,87	319.228.344,19	11.912.017,03	
TOTAL		306.510.811,00	351.376.188,00	339.464.170,97	336.508.789,87	319.228.344,19	11.912.017,03	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.785.635,57	9.127.430,57	7.854.375,82	7.382.309,87	2.196.860,74	2.333.856,53
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	2.785.635,57	9.127.430,57	7.854.375,82	7.382.309,87	2.196.860,74	2.333.856,53
Outras Despesas Correntes	2.016.106,29	9.751.240,17	8.677.991,61	7.810.553,71	466.452,36	3.490.349,49
DESPESAS DE CAPITAL	2.016.106,29	9.751.240,17	8.677.991,61	7.810.553,71	466.452,36	3.490.349,49
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	4.891.741,96	18.878.670,74	16.522.267,43	15.192.863,56	2.663.313,10	5.924.236,02
TOTAL	4.891.741,96	18.878.670,74	16.522.267,43	15.192.863,56	2.663.313,10	5.924.236,02

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	137.312,11	133.839,86	63,35	3.398,90
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 03/03/2016	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	137.312,11	133.839,86	83,35	3.388,90
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.228.032,58	1.227.988,14	-	5.046,44
Investimentos	-	1.228.032,58	1.227.988,14	-	5.046,44
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.365.344,69	1.366.828,00	83,35	8.435,34



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/08/2016 PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28202 - INST.FED.DE EDUC.CIENC E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVIDADE	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	89.844.699,50	70.545.889,98	PASSIVO CIRCULANTE	9.702.941,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.035.456,71	3.068.590,87	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	40.398,80
Créditos a Curto Prazo	-	-	Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo	7.815.854,33
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-
Cliques	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Respartição a Outros Entes	-
Emprestimos e Financiamentos Condiçioais	-	-	Provisões de Curto Prazo	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.846.058,15
Dívida Ativa Não Tributária	-	-		4.020.895,35
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	84.718.910,02	65.775.443,23		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.090.092,77	1.701.855,88		
Estoque	-	-		
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	438.735.826,22	424.625.468,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-
Estoque	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	-	-		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9.702.941,28
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	518.877.384,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	28.969.870,93
Imobilizado	438.227.298,35	424.216.251,14	Resultados de Exercícios Anteriores	489.900.687,02
Bens Móveis	87.281.950,00	78.442.555,52	Ajustes de Exercícios Anteriores	20.046,49
Bens Móveis	87.281.950,00	78.442.555,52	(-) Apóses / Cobas em Tesouraria	-
(-) Depreciação/Amortização/Excaução Acum. de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	489.900.687,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-		



EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 03/09/2016 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA	
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
Bens Imóveis	350.805.348,35	345.773.665,02		
Bens Móveis	351.003.078,08	345.788.953,11		
(-) Depreciação/Exatidão Acum. de Bens Imóveis	-38.031,33	-25.257,49		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis				
Intangível	508.527,87	409.217,48		
Softwares	508.527,87	409.217,48		
(-) Amortização Acumulada de Softwares				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.				
Direitos de Uso de Imóveis				
Direitos de Uso de Imóveis				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis				
Diferido				
(-) Amortização Acumulada				
TOTAL DO ATIVO	528.580.325,72	465.171.358,60	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	465.171.358,60

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	3.035.496,71	39.349.340,55	PASSIVO FINANCEIRO	26.589.923,62
ATIVO PERMANENTE	525.544.829,01	465.822.018,05	PASSIVO PERMANENTE	7.461,54
SALDO PATRIMONIAL			- SALDO PATRIMONIAL	501.572.540,95
				465.524.111,96

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	13.437.648,18	8.579.010,36	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	43.368.757,06
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.437.648,18	8.579.010,36	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	43.368.757,06
Execução dos Atos Potenciais Ativos			Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contrapartidas Recebidas a Executar			Garantias e Contrapartidas Concedidas a Execut	
Direitos Contratados e Outros Instrumentos Cong			Obrigações Conventuais e Outros Instrum Congên	
Direitos Contratados a Executar			Obrigações Contratuais a Executar	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	
TOTAL	13.437.648,18	8.579.010,36	TOTAL	43.368.757,06
				39.134.467,69



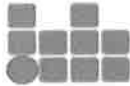
INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	26438 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA	EMISSÃO 09/03/2016	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-432.222,58	
Recursos Vinculados		-23.532.104,32	
Educação		-24.332.066,22	
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-601.142,28	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.401.106,18	
TOTAL		-23.964.426,91	



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 03/03/2016 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20420 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	466.342.339,74	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.021.259,03	-
Venda de Mercadorias	-	-
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.021.259,03	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	60,02	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	60,02	-
Desoncos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	432.000.263,64	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multip governamentais	-	-
Transferências de Condições Públicas	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Erros	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	25.640.067,23	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	147.630,73	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	3.005.942,50	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	226.330,51	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Atual
SUBTÍTULO	29409 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC DE GOIÁS - AUTARQUIA	EMISSÃO	03/03/2016	PÁGINA	2
ORGÃO SUPERIOR	20001 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VPA de Dívida Líquida	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	226.300,51	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	437.966.168,81	437.966.168,81
Pessoal e Encargos	217.059.878,53	217.059.878,53
Remuneração a Pessoal	106.450.925,53	106.450.925,53
Encargos Patronais	37.023.183,48	37.023.183,48
Benefícios a Pessoal	9.899.068,12	9.899.068,12
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	55.081,00	55.081,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.264.397,41	31.264.397,41
Aposentadorias e Reformas	20.492.360,57	20.492.360,57
Pensões	4.775.458,34	4.775.458,34
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Públicas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.078,10	28.078,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	39.029.193,25	39.029.193,25
Uso de Material de Consumo	1.564.057,70	1.564.057,70
Serviços	37.431.715,22	37.431.715,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	33.400,35	33.400,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.594,69	1.594,69
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mercado	3,03	3,03
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.591,66	1.591,66
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	97.502.004,49	97.502.004,49
Transferências Intergovernamentais	34.971.882,12	34.971.882,12
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	62.530.112,37	62.530.112,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	40.356.262,33	40.356.262,33
Rescaldo, Redução a Valor Recuperável e Ajustes por Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	2.106.560,87	2.106.560,87



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 03/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26428 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC DE GOIAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

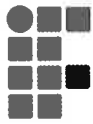
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Desincorporação de Ativos	38.188.060,46	-
Tributárias	89.575,05	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.542,12	-
Contribuições	51.432,83	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.689.863,06	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	8.921.782,10	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.768.080,96	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	28.956.670,53	-

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		



PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA





PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Parecer a respeito das Contas inerentes ao exercício de 2015, a serem apresentadas pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG) ao Tribunal de contas da União (TCU), em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, e conforme as disposições contidas na Instrução Normativa/TCU n.º 63, de 01 de setembro de 2010, e com as Decisões Normativas/TCU n.º 146, de 30 de setembro de 2015 e n.º 147/2015 de 11 de novembro de 2015.

APRESENTAÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, obedecendo ao artigo 15, § 6º, do Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000, apresenta o **parecer a respeito da prestação de contas do IFG** a ser exposto ao Tribunal de Contas da União, em congruência com a Instrução Normativa/TCU n.º 63, de 01 de setembro de 2010 e com a Decisão Normativa/TCU n.º 146, de 30 de setembro de 2015 e Decisão Normativa/TCU n.º 147, de 11 de novembro de 2015.

A prestação de contas do IFG ocorrerá mediante incorporação no Sistema E-contas do TCU, compreendendo os seguintes elementos: Relatório de Gestão, Rol de Responsáveis e Parecer da AUDIN.

O presente parecer abrangerá o compêndio das análises e resultados das ações de auditoria planejadas e executadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) inerente ao exercício de 2015, exteriorizando aspectos relevantes da Gestão. Também serão emitidos entendimentos com relação aos controles internos administrativos de cada uma das áreas examinadas, expondo as providências adotadas que fortaleceram os controles. Por fim serão prestadas informações significativas sobre a estrutura e o funcionamento desta Unidade de Auditoria Interna.

A AUDIN emitirá opinião acerca dos aspectos exigidos no Processo de Contas do exercício de 2015, conforme indicação agregada ao sistema E-contas, abaixo elencados:

- a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o cominho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas neste item;
- b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;
- c) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);
- d) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;

- e) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;
- f) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- g) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;
- h) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;
- i) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas.

INFORMAÇÕES E ATUAÇÕES DA AUDIN

No que se refere à evidência das informações importantes acerca da AUDIN e de seu trabalho, é necessário ponderar os itens abaixo:

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na *Internet*, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas neste item:

O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) foi aprovado pela Portaria nº 488, de 27 de agosto de 2009. O documento descreve a estrutura da Instituição e trata da Auditoria Interna em seus artigos 39 a 41, estando acessível em: <http://www.ifg.edu.br/images/arquivos/Estatuto/estatuto%20ifg.pdf>.

A AUDIN elaborou o manual de auditoria interna, que contempla a competência regimental do setor, as atribuições do auditor-chefe e da equipe, as diretrizes, os procedimentos e as técnicas essenciais para a realização das atividades, além de procedimentos éticos aplicáveis aos auditores. O documento está disponível em: <http://www.ifg.edu.br/images/2015/GABINETE/resolucao0032016.pdf>.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC:

A Auditoria Interna está vinculada hierarquicamente à autoridade máxima do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, sendo vedada a delegação a outra autoridade de grau inferior.

Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à unidade de auditoria interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência, maior autonomia e independência, de modo que possa evitar possíveis ingerências e pressões na realização de seus trabalhos, além de manter a liberdade de agir sobre todos os setores e Câmpus do IFG.

c) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC):

A Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria, responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Além do assessoramento à Reitoria, a AUDIN fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Atualmente a equipe da AUDIN é composta por três auditores.

De acordo com a previsão contida no artigo nº 15, § 5º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2.000, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

d) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes:

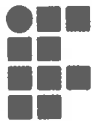
Os controles internos avaliados na Instituição pela AUDIN abrangeram os processos pedagógicos e de pesquisa, funcionamento da educação à distância – EAD e a jornada de trabalho dos servidores docentes. Os controles apresentaram um aprimoramento tendo como referência os dois exercícios anteriores. Esse processo evolutivo foi motivado pela atuação das Pró-Reitorias envolvidas que são respectivamente: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).

Os controles internos estabelecidos pela PROEN evidenciaram melhorias consideráveis, tendo em vista que a maioria dos cursos constituíram os núcleos docentes estruturantes e estes provaram que estão atuantes, pois fizeram revisão dos projetos, ementas e bibliografias. Como exemplo, fazemos alusão a dois NDEs que se destacaram: o do curso de Dança do Câmpus Aparecida de Goiânia, que revisou e solicitou alteração da Matriz Curricular e o de Engenharia Ambiental do Câmpus Goiânia, que fez indicações adequando o projeto às exigências legais para o reconhecimento do curso.

Constatamos que houve avanços nas atualizações das portarias, especialmente quanto aos coordenadores e às comissões instituídas, que são a de permanência e êxito e a de diagnóstico dos cursos de tempo integral.

Outra evolução importante foi à criação de um fluxo de processos para os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), que resumidamente tem a seguinte estrutura: Câmpus → Proen → Câmara de Ensino → Conepex → Conselho Superior.

A Proen elaborou o manual do ENADE que diminuiu os erros de registro dos dados, acelerou os processos e otimizou os prazos. Criou o Guia DAA, que pode ser acessado por qualquer servidor, que orienta os procedimentos administrativos em relação ao Q-Acadêmico.



Ainda implementou a orientação de procedimentos para Comissão de Avaliação do INEP/MEC in loco.

A Proen instituiu o Sistema Visão no início do exercício de 2015, que ampliou a transparência para a gestão. O software permite informações em tempo real de alunos para cursos, evasões, diário de aulas, frequência de alunos e carga horária dos docentes. Ampliou o leque de consultas sobre diversos relatórios acadêmicos, atualmente emite 38 (trinta e oito) relatórios diferentes. O sistema é integrado em tempo real com o Q-Acadêmico, com o SUAP e importa dados do SISTEC.

No que se refere à Educação a Distância (EAD), também ocorreram melhorias nos controles internos com a implementação de relatórios de avaliação de desempenho e padronização de procedimentos, como o de desligamento de bolsistas. A diretoria da EAD elaborou o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos cursos à distância, que foi enviado à Câmara de Ensino para aprovação.

Com relação à jornada de trabalho dos servidores docentes, os controles internos apresentaram fragilidades nos procedimentos de entrega de documentos e comprovação da pontuação. Os relatórios finais não foram elaborados pelos docentes nos Câmpus auditados, entretanto a Prodi atuou com o objetivo de elidir os problemas providenciando o software Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Atividades (SA3), que permitirá cumprir o previsto na Resolução nº 08/2014, que determina que a progressão somente aconteça se o servidor for aprovado na avaliação de desempenho e tiver apresentado o plano de trabalho. O sistema deverá entrar em funcionamento no ano de 2016.

Os controles internos dos projetos de pesquisa demonstraram melhoria considerável nos procedimentos administrativos, principalmente após a implementação do Software Plataforma de Gestão Eventos, que ocorreu em março de 2015. Com isso, adveio a redução da quantidade de arquivos em papéis e agilidade nos processos. O sistema propicia a consulta a qualquer tempo pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e pelos Câmpus.

De modo geral, na análise dos controles internos foi possível verificar algumas situações de fragilidades, mas que foram aprimoradas por meio da melhoria de procedimentos adotados, corroborando de forma estratégica com o processo de reportar dados e informações confiáveis aos gestores.

e) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna:

A Auditoria Interna elabora anualmente o Plano de Providências Permanente (PPP) para o acompanhamento de suas recomendações e a cada novo relatório, o PPP é atualizado. Posteriormente, é feita a verificação periódica da implementação das recomendações, essencialmente às não atendidas ou atendidas parcialmente, mediante a solicitação de documentos comprobatórios ou a confirmação por meio dos sistemas eletrônicos de dados pertinentes a cada achado de auditoria.

O Plano permite acompanhar os prazos outorgados aos setores para a tomada de providências, de forma inescusável quanto a dirimir as vulnerabilidades observadas nas auditorias efetivadas.

Com a aplicação prática do acompanhamento do PPP, os impactos são observados de forma profícua, considerando os resultados conquistados quanto à melhoria de procedimentos e controles nos Câmpus e Reitoria.

f) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

As ações desenvolvidas pela AUDIN são estrategicamente planejadas buscando sempre o alcance dos resultados institucionais, por isso a atividade de monitoramento exerce papel nevrálgico no processo das auditorias executadas. Ela permite, por meio do Plano de Providências Permanente, observar o progresso da implementação das melhorias decorrentes das recomendações elaboradas, além de oportunizar a interação com os gestores encarregados pelos procedimentos nos Câmpus e Reitoria.

g) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

h) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência:

No que se refere aos itens g e h, as ações da Auditoria Interna são delineadas para se conquistar uma segurança satisfatória sobre as questões auditadas, com isso tem-se procurado entender melhor os eventos, as transações e práticas operacionalizadas na Instituição. Além disso, há diligência por uma interação maior com as Pró-Reitorias, para que haja um alcance de resultados mais relevantes e o aperfeiçoamento de seus trabalhos e processos.

As constatações e recomendações emitidas pela AUDIN são desenvolvidas por meio da emissão de relatórios de ações específicas estabelecidas no PAINT. A comunicação interna com os Câmpus, com a alta gerência e com os setores envolvidos nas auditorias, é feita por meio de memorandos. Os documentos são enviados aos destinatários (responsáveis pelos pontos auditados), com cópias para os Pró-Reitores e para o Reitor, que acompanham e cobram as implementações pelos setores de forma sincrônica com a Auditoria Interna. Quando a auditoria for realizada na Reitoria, o relatório é encaminhado à Pró-Reitoria pertinente com cópia para o Reitor. As auditorias são realizadas na Reitoria e in loco em todos os Câmpus do IFG.

No caso de alguma recomendação não ser implementada pelo gestor, ele é comunicado dos riscos decorrentes dessa decisão e a AUDIN remete um memorando ao Pró-Reitor responsável e, ao Reitor, advertindo acerca dos perigos inerentes a não efetivação desta recomendação.

i) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas:

A Auditoria Interna está estruturada em procedimentos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado e caracteriza-se por atividades consultivas, de avaliação e assessoramento da administração, busca a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e a qualidade do desempenho das áreas.

A Auditoria Interna tem por finalidade essencial o exame da integridade e confiabilidade das informações e registros, a simplificação dos procedimentos e a correta aplicação da legislação.

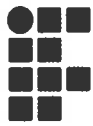
I - Ações previstas e realizadas no exercício de 2015:

Ações previstas para o Exercício de 2015:

1. Acompanhar o atendimento a atuações do Tribunal de Contas da União;
2. Acompanhar o atendimento dos trabalhos realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e de forma primordial a implementação do Plano de Providências sobre as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno;
3. Análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2014;
4. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2016;
5. Produção do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2015;
6. Verificar as diárias e passagens concedidas pelo IFG aos seus servidores;
7. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão Corporativo do Governo Federal;
8. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão BB Pesquisa;
9. Verificar os pagamentos de despesas de exercícios anteriores;
10. Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios;
11. Acompanhamento da movimentação de pessoal (admissões, vacâncias, aposentadorias e pensões);
12. Análise dos pagamentos de assistência médica e odontológica;
13. Examinar os processos de Assistência aos Estudantes do Ensino de Graduação e Técnico, assim como a execução dos programas de monitorias e bolsas de estágios.
14. Análise dos controles de bens móveis e imóveis;
15. Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal;
16. Realização de processos seletivos / concursos públicos;
17. Análise dos processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;
18. Verificação do controle de frequência dos servidores;
19. Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
20. Análise do Programa e-Tec;
21. Análise do Sistema SUAP (Módulo protocolo);
22. Verificação do acúmulo de cargos e funções públicas;
23. Análise dos controles internos dos Projetos Pedagógicos;
24. Análise dos controles internos dos Projetos de Pesquisa.

Ações Executadas no exercício de 2015:

1. O IFG adotou providências no sentido de cumprir as deliberações provenientes dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) durante o exercício, entretanto algumas ações somente poderão ser cumpridas plenamente no ano de 2016. Segue a relação dos Acórdãos emitidos pelo TCU no exercício de 2015:



- I. Acórdão nº 910/2015 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
- II. Acórdão nº 988/2015 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
- III. Acórdão nº 989/2015 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
- IV. Acórdão nº 854/2015 – TCU – 1ª Câmara (Aposentadoria);
- V. Acórdão nº 1459/2015 – TCU – 1ª Câmara (Aposentadoria);
- VI. Acórdão nº 1909/2015 – TCU – Plenário (Representação);
- VII. Acórdão nº 8362/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- VIII. Acórdão nº 8310/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- IX. Acórdão nº 7979/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- X. Acórdão nº 7980/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- XI. Acórdão nº 9175/2015 – TCU – 2ª Câmara (Atos de Admissão);
- XII. Acórdão nº 10719/2015 – TCU – 2ª Câmara (Aposentadoria).

No exercício de 2015, o Tribunal de Contas da União não emitiu em seus Acórdãos recomendações ou determinações ao IFG.

2. O Controle Interno não efetuou a Auditoria Anual de Contas no ano de 2015. Contudo, existiram trabalhos para o acompanhamento da Gestão. A CGU efetuou duas auditorias na Instituição que abordaram as seguintes áreas:

- Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Estrutura e atuação da Auditoria Interna.

A AUDIN acompanhou os trabalhos realizados e supervisionou todas as atividades internas necessárias ao cumprimento das solicitações feitas pela Controladoria-Regional da União em Goiás (CGU-GO).

3. Análise de Prestação de Contas referente ao exercício de 2014: A Auditoria Interna efetuou o acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão e respectiva prestação de contas ao Tribunal de Contas da União – TCU.

4. A Auditoria Interna elaborou o Plano Anual de Atividades (PAINT) para o exercício 2016. O PAINT 2016 foi produzido consoante às instruções contidas na Instrução Normativa nº 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa nº 9, de 14 de novembro de 2007, da Controladoria Geral da União, abordando os itens contidos no Art. 2º da Instrução Normativa nº 01, de 3 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União.

5. O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna foi elaborado atendendo ao disposto na Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União.

6. Diárias e passagens: Efetuamos análises por amostragem no Sistema SCDP, o valor total foi de R\$ 1.112.214,54 (Um milhão, cento e doze mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos). Foram emitidos relatórios às seguintes unidades:

- a) Câmpus Anápolis com um total verificado de R\$ 24.467,90 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos);
- b) Câmpus Jataí com um total verificado de R\$ 107.007,02 (cento e sete mil, sete reais e dois centavos);

- c) Câmpus Goiânia com um total verificado de R\$ 208.444,89 (duzentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos);
- d) Reitoria com um total verificado de R\$ 741.379,01 (setecentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e um centavo);
- e) Câmpus Uruaçu com um total verificado de R\$ 30.915,72 (trinta mil, novecentos e quinze reais e setenta e dois centavos).

As diárias e passagens objetivam indenizar os servidores ou colaboradores eventuais pelas despesas extraordinárias com hospedagem, alimentação e transporte urbano, durante o período de deslocamento.

Expõe-se que, os exames dos procedimentos para utilização de diárias e passagens no âmbito do IFG demonstraram algumas impropriedades procedimentais, às quais foram regularizadas após as emissões dos relatórios de auditoria. Retrata-se ainda que, houve muitos pagamentos fora do prazo determinado pela legislação, decorrentes de atraso no repasse de recursos financeiros.

A Reitoria por meio da Diretoria Executiva foi criada em agosto/2015 a Coordenação de Controle do SCDP, resultando no aprimoramento dos procedimentos.

7. Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Foram analisados 07 (sete) processos de pagamento no valor total de R\$ 142.140,00 (cento e quarenta e dois mil, cento e quarenta reais).

Os controles apresentaram fragilidades, considerando que, as inconsistências verificadas são inerentes à instrução processual dos pagamentos de bolsas do Pronatec, com falta de cronologia dos documentos e datas nas planilhas. Não foram definidas normas e procedimentos referentes à instrução processual do pagamento de bolsas do Pronatec (alunos, professores e pessoal de apoio).

8. Verificamos por amostragem os controles internos dos Projetos de Pesquisa no Câmpus Goiânia Oeste.

A avaliação identificou que, as falhas foram apenas referentes à não uniformização de atas dos NDEs, em descumprimento à orientação da Pró-Reitoria de Ensino. Entretanto, os controles internos dos projetos de pesquisa expressaram melhoria considerável nos procedimentos administrativos, no tocante aos anos anteriores, principalmente após a implementação do Software Plataforma de Gestão Eventos, que ocorreu em março de 2015. Com isso, adveio a redução da quantidade de arquivos em papéis e agilidade nos processos. O sistema propicia a consulta a qualquer tempo pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e pelos Câmpus.

9. Verificamos por amostragem os controles internos dos Projetos Pedagógicos nos Câmpus: Anápolis, Jataí, Goiânia, Goiânia Oeste e Uruaçu.

Os controles internos estabelecidos pela PROEN evidenciaram melhorias consideráveis, tendo em vista que a maioria dos cursos constituíram os núcleos docentes estruturantes e estes provaram que estão atuantes, pois fizeram revisão dos projetos, ementas e bibliografias. Como exemplo, fazemos alusão a dois NDEs que se destacaram: o do curso de Dança do Câmpus Aparecida de Goiânia, que revisou e solicitou alteração da Matriz Curricular e o de Engenharia Ambiental do Câmpus Goiânia que fez indicações adequando o projeto às exigências legais para o reconhecimento do curso.

Constatamos que houve melhorias nas atualizações das portarias, especialmente quanto aos coordenadores e às comissões instituídas, que são a de permanência e êxito e a de diagnóstico dos cursos de tempo integral.

Outro avanço importante foi à criação de um fluxo de processos para os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), que resumidamente tem a seguinte estrutura: Câmpus → Proen → Câmara de Ensino → Conepex → Conselho Superior.

10. Auxílio Transporte: Foi verificado por amostragem no Câmpus Goiânia.

Os exames demonstraram fragilidades nos controles do Câmpus, haja vista que, os servidores beneficiários do auxílio transporte não efetuaram o cadastramento solicitado pela Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH).

11. Folhas de Pagamento: foram analisadas por amostragem as folhas de pagamento dos três Câmpus discriminados abaixo:

- Jataí → 56 servidores;
- Goiânia → 188 servidores;
- Goiânia Oeste → 39 servidores.

Os pagamentos verificados pela Audin estão em consonância com a legislação federal de pessoal em vigor.

12. Analisamos por amostragem 132 (cento e trinta e dois) processos do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos (PROCAP) no valor total de R\$ 182.626,12 (cento e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte seis reais e doze centavos). No Câmpus Anápolis, foram verificados 45 (quarenta e cinco) processos totalizando R\$ 42.999,56 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos); no Câmpus Jataí, foram 18 (dezoito) processos totalizando R\$ 33.136,22 (trinta e três mil, cento e trinta e seis reais e vinte e dois centavos); no Câmpus Goiânia, foram 60 (sessenta) processos no total de R\$ 88.993,87 (oitenta e oito mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos) e no Câmpus Uruaçu foram 09 (nove) processos no valor total de R\$ 17.496,47 (dezessete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Os processos examinados apontaram falhas na instrução processual e no pagamento de auxílio financeiro, em valor acima do limite estabelecido.

13. Frequência dos servidores: A frequência foi analisada por amostragem nos Câmpus Goiânia, Goiânia Oeste e Anápolis.

As folhas de frequências dos servidores apresentaram fragilidades, tendo em vista que, vários desses controles possuíam horários arredondados e estavam sem as assinaturas dos responsáveis. Detectamos que servidores com coordenações não estavam assinando folhas de frequência e que, servidores da biblioteca do Câmpus Goiânia, estavam utilizando folhas de frequência diferentes do padrão adotado na Instituição, folha única para um servidor durante todo o mês, enfraquecendo muito os controles.

Percebemos falhas nas entregas do Resumo Mensal de Frequência, com vários documentos sem as assinaturas dos responsáveis e não remetidos ao Setor de Recursos Humanos para controle e arquivo.

14. Jornada de Trabalho dos Servidores Docentes: O trabalho dos docentes foi examinado por amostragem nos Câmpus Goiânia, Goiânia Oeste, Uruaçu e Anápolis.

Com relação à jornada de trabalho dos servidores docentes, os controles internos apresentaram fragilidades nos procedimentos de entrega de documentos e comprovação da pontuação. Os relatórios finais não foram elaborados pelos docentes nos Câmpus auditados, entretanto, a Prodi atuou com o objetivo de elidir os problemas, providenciando o software Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Atividades (SA3), que permitirá cumprir o previsto na Resolução nº 08/2014, que determina que a progressão somente aconteça se o servidor for aprovado na avaliação de desempenho e tiver apresentado o plano de trabalho. O sistema deverá entrar em funcionamento no ano de 2016.

15. Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP: Foi analisada por amostragem a utilização do módulo Protocolo na Reitoria e nos Câmpus Goiânia, Jataí e Goiânia Oeste.

Os testes realizados identificaram falhas na utilização do Sistema Unificado de Administração Pública, no módulo protocolo, para a tramitação de processos.

16. Verificamos a legalidade e formalidade dos processos licitatórios procurando possíveis impropriedades, assim como, a execução dos contratos. Foram examinados 20 (vinte) processos licitatórios no valor total de R\$ 46.815.312,12 (quarenta e seis milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e doze reais e doze centavos), sendo: 08 (oito) pregões, 03 (três) dispensas, 03 (três) inexigibilidades, 05 (cinco) adesões e 01 (uma) concorrência. O valor total analisado representa 66,03% montante previsto no orçamento.

Na execução de contratos, foram analisados 11 (onze) processos de pagamento no valor total de R\$ 676.941,62 (seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos). A AUDIN utilizou como referência, as variáveis de relevância, materialidade e criticidade na seleção das amostras.

Os procedimentos licitatórios verificados por esta Auditoria Interna estão devidamente formalizados e apresentaram a regularidade exigida pela legislação vigente.

17. Em referência à Assistência ao Estudante de Ensino de Graduação e Técnico (Bolsas de auxílio ao estudante – apoio técnico, auxílio estágio), verificamos a existência de normas para seleção de bolsistas por tipo de bolsas e o cumprimento das etapas de cadastro e registro de frequência. Igualmente, foram averiguados os processos de pagamento e outras formalidades.

Foram analisados 127 (cento e vinte e sete) processos no valor total de R\$ 1.579.024,28 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), representando 2,71% do orçamento, conforme detalhado abaixo:

- 38 (trinta e oito) processos de alimentação, permanência e transporte no valor total de R\$ 861.985,00 (oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais);
- 37 (trinta e sete) processos de monitoria e estágio no valor total de R\$ 305.709,28 (trezentos e cinco mil, setecentos e nove reais e vinte e oito centavos);
- 52 (cinquenta e dois) processos de visitas técnicas no valor total de R\$ 145.170,00 (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta reais);

- 20 (vinte) processos de Proeja totalizando R\$ 266.160,00 (duzentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta reais).

Os processos de auxílio estudantil avaliados apresentaram falhas na instrução processual com documentos sem assinaturas e/ou assinaturas não identificadas, além da não comprovação de devolução ao erário de recursos financeiros recebidos por alunos que não participaram das atividades. Ressalta-se também a ocorrência pagamentos sem a devida autorização.

18. Na avaliação da Gestão do Uso do Cartão Corporativo realizamos, por amostragem, a avaliação das concessões de suprimentos de fundos por meio da utilização dos cartões de pagamentos atualmente em uso no Câmpus Goiânia. Sua utilização está em consonância com os Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008. O valor total examinado foi de R\$ 41.120,00 (quarenta e um mil, cento e vinte reais).

O Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF é um meio de pagamento que permite à Instituição maior celeridade, controle e atualidade na administração dos recursos públicos.

Os processos de pagamento apresentaram inconsistências referentes à falta de carimbos e assinaturas, falta de dados nas solicitações, não observação dos procedimentos na estruturação dos processos relativos à disponibilização orçamentária e falhas na comprovação da prestação de contas.

19. Despesas de Exercícios Anteriores: Examinamos um total de 31 (trinta e um) processos, sendo que, 18 (dezoito) são inerentes à progressão funcional, 04 (quatro) de adicional de insalubridade, 02 (dois) sobre ressarcimento de plano de saúde, 06 (seis) de incentivo à qualificação, e 01 (um) que trata de diferenças salariais. O montante dos processos verificados foi de R\$ 35.107,10 (trinta e cinco mil, cento e sete reais e dez centavos).

Nas análises dos processos foram encontradas inconsistências formais inerentes à numeração de folhas, cronologia do processo e falta de assinaturas em documentos. Outrossim, houve processos sem requerimento do interessado, bem como, a cópia dos documentos comprobatórios que amparam a concessão da vantagem.

De forma abrangente, os processos examinados se apresentaram em conformidade com a legislação pertinente.

20. Bens móveis e imóveis: O imobilizado foi examinado por amostragem e realizado mediante trabalho de campo, sendo que ocorreu nos Câmpus: Goiânia, Anápolis e Goiânia Oeste. Foram verificados o funcionamento do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, o controle dos bens e os termos de responsabilidade, maquinários comprados e que não estão em funcionamento, locação de espaço público, conservação e manutenção dos bens imóveis.

Nas Unidades auditadas constatamos construções em bom estado de conservação. Contudo possuem alguns problemas, especialmente no Câmpus Jataí (Unidade Riachuelo), de vidros quebrados, depredado pelos próprios alunos. Ademais, encontramos alguns problemas na aferição da emissão dos termos de responsabilidade pelos Câmpus.

21. Educação a Distância (EAD): Foram avaliados os Controles Internos da EAD.

Os controles internos da EAD manifestaram progresso com a implementação de relatórios de avaliação de desempenho e padronização de procedimentos, como o de desligamento de bolsistas. Outro ponto meritório foi que, a diretoria da EAD elaborou o

Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos cursos à distância, que foi enviado à Câmara de Ensino para aprovação.

22. A utilização da Logomarca atualizada foi verificada na Reitoria e nos Câmpus: Anápolis, Jataí, Goiânia e Goiânia Oeste.

Os principais problemas identificados foram ocasionados por utilização da logomarca antiga, alterada ou desproporcional, prejudicando o reforço da imagem da Instituição, confundindo o público interno e externo sobre qual a logomarca correta, além de não produzir boa leitura da marca.

Os resultados foram satisfatórios considerando que a maioria dos documentos, internos ou externos, foram adequados à logomarca correta reforçando a imagem Institucional.

23. Processos Seletivos: Foram analisados no final de dezembro, com emissão de relatório no exercício de 2016.

Foram identificadas inconsistências nos controles referentes às horas trabalhadas por servidores envolvidos nos processos seletivos e falhas formais na estruturação dos processos.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, manifestamos a opinião pela aprovação da Prestação de Contas Anual do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS relativa ao exercício de 2015, considerando que ela está em condição de ser apreciada pelo Tribunal de Contas da União.

DEAN MARDEM
Auditor-Chefe
Portaria nº 1669 de 08/10/2012